

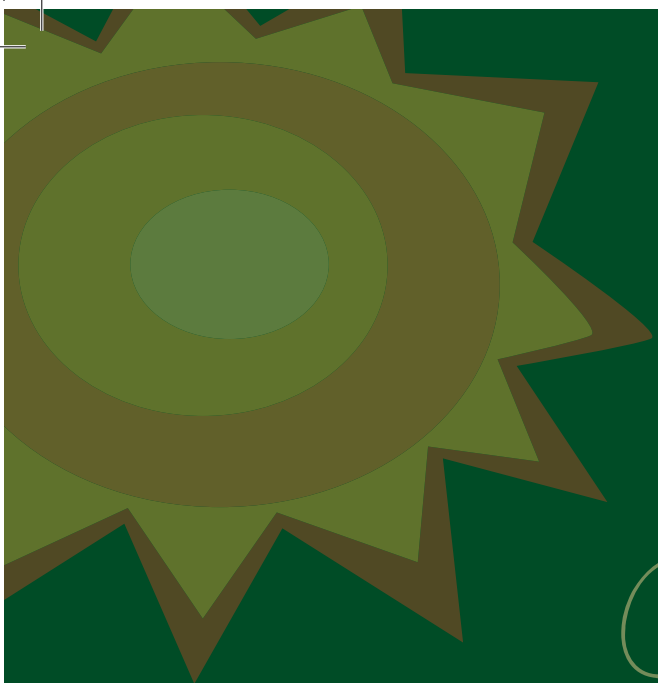
CPP 50 ANOS:
celebrar a resistência
profetizar a esperança

TEXTO BASE

"Avancem para águas mais profundas e lancem as redes para pesca."

Lc. 4,5





CPP 50 anos

FICHA TÉCNICA

O Texto-base do Jubileu dos 50 anos do CPP é uma publicação do Conselho Pastoral dos Pescadores. O Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP é uma pastoral social, vinculada à Comissão Episcopal para Ação Social Transformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

Presidente: D. JOSÉ VALDECI MENDES

Vice-presidente: D. FREI CARLOS ALBERTO BREIS PEREIRA

Secretária-Executiva: ORMEZITA BARBOSA DE PAULO

TEXTOS

PARTE I - HISTÓRIA E MEMÓRIA

Autores: MARIA INEZ DE ALMEIDA LIMA, LAURINEIDE MARIA SANTANA DE CARVALHO, MARIA JOSÉ HONORATO PACHECO

PARTE II - MÍSTICA E ESPIRITUALIDAD

Autores: FRANCISCO NONATO NASCIMENTO FILHO, NEUSA FRANCISCA DO NASCIMENTO, MARCOS BEZERRA, SUELI MARTINS MIRANDA.

PARTE III - DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Autores: MARCELO APEL, MARCOS BRANDÃO, SEVERINO ANTÔNIO, ORMEZITA BARBOSA

PLANEJAMENTO VISUAL

MANDALLA COMUNICAÇÃO

Projeto Gráfico e Direção de arte: SÂMILA BRAGA

Diagramação e tratamento de imagens: GUSTAVO RODRIGUES

TEXTO BASE



celebrar a resistência

APRESENTAÇÃO

“
JAVÉ, TU OUVES
O DESEJO
DOS POBRES,
FORTALECES
O CORAÇÃO
DELES E LHES
DÁS OUVIDOS,
FAZENDO JUSTIÇA
AOS ÓRFÃOS E
AO OPRIMIDO [...]”

Salmos 10.17-18

O Conselho Pastoral dos Pescadores se caracteriza por ser presença e ouvido do **Deus Libertador** entre os pescadores e pescadoras artesanais. Nossa ação pastoral nasce da escuta. Nossa missão pastoral se sustenta na justa fidelidade ao projeto de Deus, pela escuta amorosa, resistente e viva junto aos Povos das Águas. Aprendemos com Frei Alfredo a escutar e ler os **Sinais do Verbo** existente em cada comunidade pesqueira. É no chão da comunidade que o face a face acontece, renovando o nosso compromisso com a **Igreja Popular** em profunda aliança com os empobrecidos.

Estamos no lugar da escuta e da ação pastoral, há 50 anos entre mares, lagoas e rios, anunciando a **Boa Nova**, denunciando o anti-projeto e construindo os caminhos do **Projeto do Reino de Deus**. Nossa trajetória pastoral é vivenciada pelo **Compromisso Profético** com o **Deus dos Pobres**, com o verbo que se fez carne e habita entre NÓS. O CPP vivencia no seu cotidiano a **Pastoralidade do Conflito**, se vê na missão de ser e sentir do **Bom Samaritano**¹, que cuida, escuta e acolhe as vozes silenciadas de mulheres e homens que existem e resistem em seus territórios tradicionais pesqueiros ameaçados pelos projetos de morte do capital.

Somos convidados/as a entrar na canoa e seguir o **balanço das águas** que, sendo caminho, nos leva a ler, admirar, entender, sonhar, partilhar e vivenciar as experiências que são sinais do Reino dentro do CPP e para o CPP. Em nossas mãos, enquanto profetizas e profetas da caminhada, a nossa memória histórica. Em nossos corações a identidade, mística e espiritualidade que são nutrientes para o nosso **Bem Viver**. Em todos os agentes de pastoral do CPP estão presentes os desafios e perspectivas da ação pastoral para os próximos tempos. O nosso Congresso é um marco do nosso ano jubilar, é como uma grande rede de pesca que precisa ser feita com atenção, cuidado e carinho para acolher os bons frutos da pescaria. As redes estão lançadas!

O Congresso dos 50 Anos do CPP é um grande mutirão! Feito por muitas mãos que acreditam na **força histórica dos Povos das Águas** e no projeto de libertação de Jesus de Nazaré, anunciado por muitas vozes e atualizado no cotidiano dos povos e comunidades tradicionais, razão da nossa fé e vida. O convite feito para avançar para as águas mais profundas significa Celebrar a Resistência, Profetizar a Esperança, enquanto parte do pacto com o **Cristo Libertador**. Seguimos pelos rios e mares **CELEBRANDO, RESISTINDO, E PROFETIZANDO A ESPERANÇA**.

“Celebramos a caminhada pastoral do CPP ao longo de seus 50 anos feita entre terra e águas com uma diversidade de histórias contadas e cantadas pelas vozes de agentes de pastoral, pelos muitos pescadores e pescadoras artesanais que vão sendo presença do verbo entre nós. Aprendemos com as comunidades a festejar a vida, as conquistas, a existência. A procissão entre nós é feita nas águas, agradecemos o Dom da Vida, no sentir do balanço das águas nossas de cada dia. Celebramos o sonho coletivo de libertação de homens e de mulheres presente em cada território pesqueiro”

“Resistimos de LEME na mão para não perder a mística e a revolução que anima a nossa caminhada, enquanto Igreja Popular na América Latina. Nossa resistência tem o rosto e o gosto de 519 anos de luta contra a colonialidade que, segundo as conclusões de Medellín² gerou profundas desigualdades entre os povos. As lutas das comunidades tradicionais pesqueiras em todo o Brasil deslocam os imaginários coloniais e os projetos de racismo estrutural e ambiental enfrentados no dia a dia. A resistência ativa presente no CPP mobiliza para o rompimento com as estruturas geradoras de desigualdades e possibilita desenhar caminhos para a presença do reino na terra”.

“Profetizar é parte da caminhada coletiva de todas e todos que assumiram o compromisso com o Cristo Libertador e as justas lutas do seu povo por justiça. Fazemos memória de cada mártir da caminhada para manter a chama da profecia viva entre nós enquanto alimento sagrado partilhado nos diversos espaços da nossa ação pastoral. Seguir sendo profetizas e profetas da base, significa que a nossa ação pastoral está rumando para o horizonte histórico desenhado pelas vozes e pelos diversos exemplos pedagógicos da Igreja Latino-Americana em Saída. Nascemos em plena ditadura militar, vivenciamos hoje no Brasil um governo neofacista que ataca o direito a vida dos povos e seus modos de vida. A terra vermelha banhada de sangue dos mártires da caminhada é sinal vivo que atualiza o nosso compromisso evangélico com o Deus dos Pobres. O CPP é a expressão viva da profecia que se faz carne viva em cada território, nas lutas dos pescadores e pescadoras artesanais contra o agro/hidronegócio e minerionegócio. A profecia é movimento que deixa profundas marcas no fazer pastoral. Profetizar a esperança é traduzir em diversas linguagens e no corpo pastoral as múltiplas formas de resistir às atrocidades do capitalismo neoliberal que mercantiliza a vida”.

“Temos profunda confiança e esperança nas lutas dos povos por dias melhores. Acreditamos nas diversas iniciativas de base comunitária de retomada dos territórios, dos diversos espaços organizativos dos pescadores/as artesanais, na economia solidária que pulsa e acontece nas comunidades. A nossa esperança em outros dias tem origem na força viva do evangelho que vai ganhando volume em cada mulher e homem que carrega a teimosia esperançosa no coração e na mente”.

Aqui se encontra sistematizado uma caminhada longa feita de marés baixa e alta, em meio a muitas tempestades, mas, sempre, mão do Nazareno segurava a nossa e seguíamos confiantes. As experiências do CPP precisam ser anunciadas, partilhadas e socializadas com todas e todos que acreditam que é possível profetizar a esperança.

Gratidão a todas e todos que fizeram e que estão sendo parte dessa tão bela história; a todas e todos que contribuíram para essa escrita potente, em rede e, de forma coletiva. Ser apaixonado/a pelo serviço pastoral junto aos pescadores/as sinaliza que, o convite de Cristo, feito ao pescador Pedro, é atual e se renova em cada território onde o CPP é presença. Estamos avançando para as águas mais profundas, estamos diante da profundidade do compromisso profético e evangélico com a causa dos/as prediletos/as do Reino.

CPP Nacional

¹ Parábola do Bom Samaritano, evangelho segundo Lucas 10,25-37.

² Documento da Conferência Geral do Episcopado Latino-americano realizado em Medellín, na Colômbia no período de 24 de agosto a 6 de setembro de 1968.





PARTE I

Memória histórica da
PASTORAL DOS PESCADORES
na trajetória dos
seus 50 anos





INTRODUÇÃO

“
É GRAÇA DIVINA
COMEÇAR BEM.
GRAÇA MAIOR
PERSISTIR NA
CAMINHADA
CERTA.
MAS GRAÇA DAS
GRAÇAS É NÃO
DESISTIR NUNCA.”

Dom Helder
Câmara

Este texto tem por objetivo refletir a Memória Histórica de Ação Pastoral, Resistência, Profetismo e Esperança da Igreja do Brasil junto aos Pescadores e Pescadoras ao longo de 50 anos de existência. O CPP nasce durante a ditadura militar, período de intensa perseguição às diversas forças populares contrárias ao regime. Somos parte da Igreja Popular, dos sonhos de libertação. Da Igreja Povo que vai sendo chamada viva em toda *Nuestra América*. De LEME na mão somos convidados/as a sentir a força da Maré das Décadas que revela as lutas, compromissos, beleza e amor profético a causa dos povos das águas.

O fim dos anos 60 e a década de 70 revelam-se os diversos sinais do Verbo entre os pescadores/as, seus valores, modos de vida, sonhos e lutas. É nesse período que Frei Alfredo inicia os processos de sensibilização para o trabalho junto aos pescadores/as. É interessante a gente entrar na barca e se deixar conduzir pelos primeiros passos do CPP.

É possível respirar. A liberdade não tem preço. A década de 80 é o período de redemocratização do país, do surgimento de diversas organizações de trabalhadores/as. Os círculos de cultura popular, a Educação Popular é o caminho para a formação de sujeitos históricos que leem o mundo ao seu redor. Pescadores e pescadoras soletrando a liberdade para incidir na Constituinte da Pesca. É nesse período que somos reconhecidos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB. O CPP desenha sua prática e missão com base na Denúncia, Conversão e Anúncio. De apetrechos nas mãos vamos construindo lutas, sonhos e anúncio, a dedicação coletiva é uma marca desse período.

Mesmo com todo avanço do neoliberalismo sobre os direitos e conquistas do povo, a década de 1990 revela o processo da construção e delicadezas da organização popular dos pescadores/as. É nesse período que morre Frei Alfredo Schuettgen, vitimado por malária. O CPP passa por um dos momentos mais difíceis de sua história. Entre as linhas desse período somos convocados/as a perceber e sentir o cuidado pastoral e a teimosia esperançosa existente.

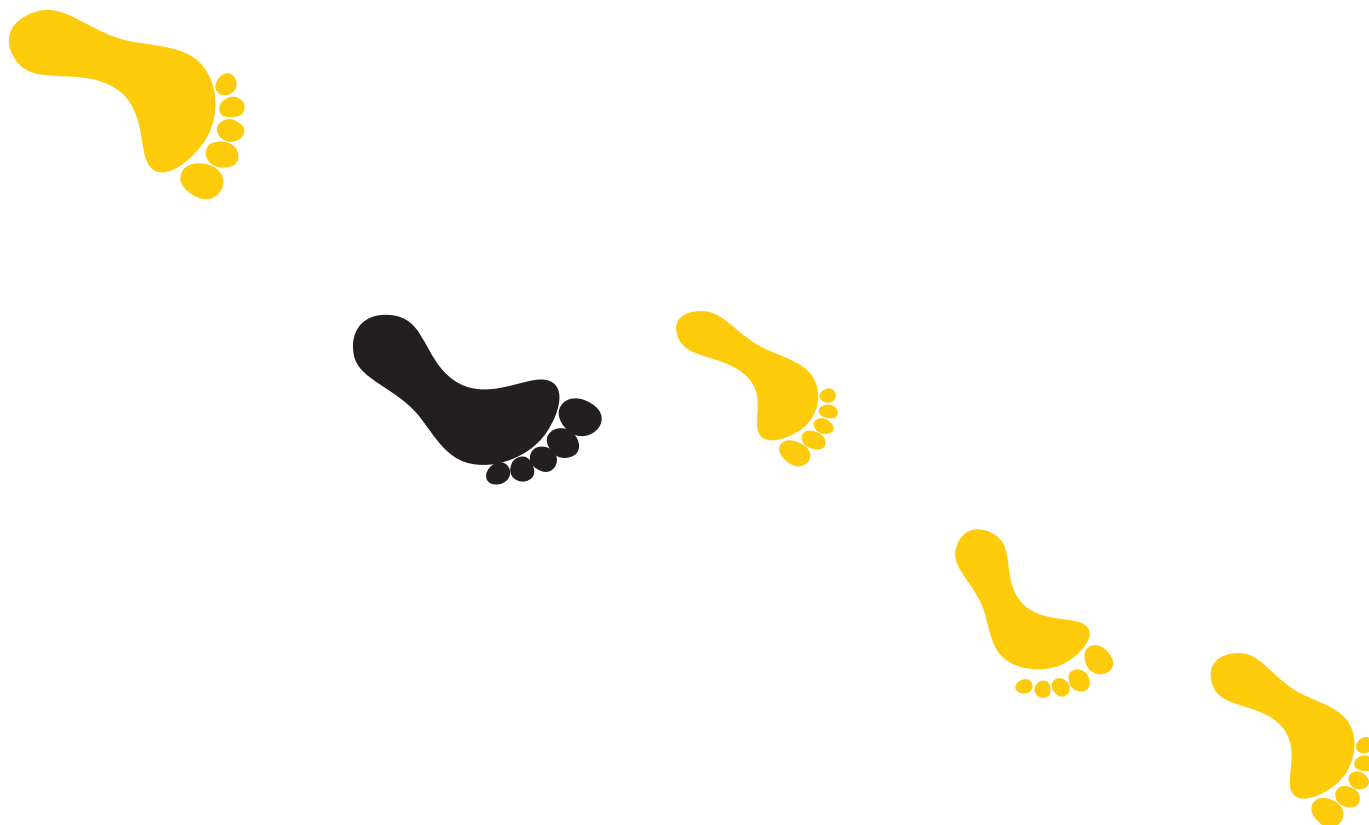
Os anos 2000 são marcados por intensa aliança indígena, negra e popular contra os 500 anos de colonização. Diversas lutas por Reforma Agrária sacudia as estradas, muitas mobilizações populares contra a ALCA. É eleito o primeiro operário presidente do Brasil. É um momento marcado por muitas contradições,

as reformas tão esperadas não foram feitas. Os pescadores e pescadoras artesanais dizem não ao projeto neodesenvolvimentista, não a mercantilização dos seus territórios tradicionalmente ocupados. Essa década é feita por muita luta, resistência e articulação.

É preciso fortalecer processos de retomada de territórios, resgatar a cultura viva e ancestral das comunidades, perceber e ver o Bem Viver que acontece. O CPP sente o balanço das águas e o convite profético de avançar, de aprofundar o projeto de libertação. Estamos na praia olhando para o horizonte e avistando o Cristo Libertador que chama. Nós avançaremos.

Temos em nossas trajetórias retalhos de uma história feita a muitas mãos. É das lembranças, histórias, relatórios de assembleia, encontros, seminários, Lemes e de inúmeras outras publicações. Nossa rede de pesca é feita de tudo isso, principalmente das lembranças de cada agente de pastoral no seu cotidiano junto aos pescadores/as artesanais. O cotidiano do conjunto dos agentes do CPP revela o segredo do Pai, da construção da Casa Comum junto com os herdeiros do Reino.

Boa leitura!!!



DA FUNDAÇÃO (68) À DÉCADA DE 1970 NA TRAJETÓRIA DOS 50 ANOS DA PASTORAL DOS PESCADORES

1. CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DA PRIMEIRA DÉCADA DA PASTORAL DOS PESCADORES

O contexto político onde nasce a pastoral dos pescadores, final da década de 60, como muitas outras pastorais sociais, se dá no período da ditadura militar onde a sociedade não podia se organizar. O compromisso da igreja popular da América Latina foi fundamental para a garantia dos direitos fundamentais da população e de inúmeros grupos específicos, como também de profunda importância para a organização da sociedade, de resistência aos processos de violações de direitos, e de intensa luta pela redemocratização do país.

Para analisar este contexto vamos voltar um pouco atrás para depois dar um passo a frente.

De 1956 a 1961, época onde Juscelino Kubitschek era o presidente do Brasil, o crescimento econômico do Produto Interno Bruto/PIB, cresceu em média 7% ao ano, enquanto a taxa per capita aumentou num ritmo quatro vezes maior que no restante da América Latina. Tal situação refletia as prioridades daquele governo no desenvolvimento econômico-industrial do país. Foi então que a indústria se desenvolveu e a capital do Brasil foi levada para o centro do país, com a construção de Brasília. Em 1958, o governo lançou um plano de estabilização da economia, de combate à inflação. O plano previa um empréstimo norte-americano de 300 milhões de dólares, mas o governo dos Estados Unidos condicionou a liberação dessa soma à aprovação do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em 1960, o Brasil chegava a um desenvolvimento econômico que atingia apenas a uma parcela da população concentrando riquezas, pois assim o desenvolvimentismo se estabelecia. Tem ascensão ao governo do país Jânio Quadros (1961) que vai ser pressionado e renuncia. O governo de João Goulart, popularmente conhecido por Jango vai de 1961 a 1964, e esse governo vai acolher as reivindicações da população. Jango foi submetido às exigências dos militares. Entretanto, em 1963, conseguiu a aprovação de um plebiscito que reestruturou o presidencialismo e, consequentemente, fortaleceu a ação do poder Executivo. Nesse momento, João Goulart ofereceu ao país um conjunto de mudanças previstas pelas Reformas de Base, fruto da reivindicação de uma ampla mobilização popular dos movimentos populares do Brasil que estavam com força naquele momento e buscavam mudanças estruturais. Movimentos específicos reivindicavam reformas agrária, urbana, da educação e dentre outras.



Foto de Frei Alfredo, fundador do CPP.

Em 01 de Abril de 1964, começa a ditadura militar que tinha como principais características: a cassação de direitos políticos de opositores; a repressão aos movimentos sociais e manifestações de oposição ao regime; a censura aos meios de comunicação, às artes e aos artistas; aproximação com os Estados Unidos; fechamento e controle dos sindicatos; implantação do bipartidarismo compostos pela Aliança Renovadora Nacional/ARENA (governo) e Movimento Democrático Brasileiro/MDB (oposição controlada); enfrentamento militar dos movimentos de guerrilha contrários ao regime militar; uso de métodos violentos, inclusive tortura contra os opositores ao regime; desaparecimento de presos político; perseguição aos religiosos contrários ao regime ditatorial; milagre econômico: forte crescimento da economia com altos investimentos em infraestrutura e aumento da dívida externa.

A burguesia industrial dos países capitalistas centrais progressivamente redefinía a sua posição, passando a encarar os países capitalistas periféricos como campo

para investimentos diretos, correspondia assim a uma rede de interesses monopolistas, que articulava o capital monopolista estrangeiro, o capital monopolista interno e o capital monopolista estatal, com a preponderância dos interesses do grande capital bancário nacional.

A Ação Popular (1962–1973) é composta por militantes de esquerda ligados à Juventude Universitária Católica (JUC). Inúmeros movimentos, congregações religiosas, padres, freiras e leigos vão participar do processo de resistência, oferecer asilo e esconderijo para muitos militantes e organizar os grupos de base que vão problematizar com o povo o processo vivido de perda de direitos.

O contexto desta década é de perda de direitos para os/as trabalhadores/as. Na presidência do país, está o general Ernesto Geisel que atua com endurecimento da violência, e nesse contexto é decretado o Ato Institucional n.º 5 (AI-5), que cerceia vários elementos das liberdades individuais e coletivas.

O ano de 1973 foi marcado pela saída dos pescadores do Instituto Nacional de Previdência Social/INPS para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural/FUNRURAL. Assim sendo, perderam direitos do auxílio-doença e da aposentadoria após 25 anos de serviço, e quem já estava pelo INPS passou a pagar 16% do salário.

A pastoral nos vários lugares, em 1977, vai através do LEME denunciar a situação e contribuir com o despertar dos pescadores. Os registros apontam um relato em 1976 de um diálogo entre os senadores Marcos Freire e José Sarney que dizem ter recebido reivindicações de pescadores do Maranhão e de Pernambuco denunciando proibições de redes e perdas de direitos, bem como os prejuízos com a mudança de INPS para FUNRURAL. Em 1978, o conteúdo é uma reflexão de mulheres pescadeiras que relatam perdas de direitos e preparam reações.

Há relatos deste tempo de pressões sobre lideranças pesqueiras, e também sobre pessoas da pastoral como Frei Alfredo, da Ir. Amélia Bonatti e muitos outros agentes.

2. AS LUTAS E ORGANIZAÇÃO DOS PESCADORES E PESCADORAS

O contexto de vida dos jangadeiros artesanais que Frei Alfredo relata nos seus contatos iniciais mostrava os tipos de pescaria realizados com redes e covos para captura de peixes, camarão e lagosta. Permaneciam no mar de três a cinco dias. A renda era muito baixa, não chegava a um salário mínimo durante o verão e quando o pescador não era o dono da jangada, nem da rede recebia e apenas a “banda”, equivalente a 50% da produção de pescado. As pescarias de rede grande, com sete pescadores eram feitas no regime de pagamento chamado “quinhão”, que significava que a produção era dividida em nove partes, sendo uma para a rede, outra para a embarcação e sete partes para os sete pescadores e essa forma baixava mais ainda em tempos de chuvas.

A exploração dos armadores e peixeiros intermediários se dava da seguinte forma: enquanto o pescador vendia por quilo do peixe o valor de Cr\$3,00, o mesmo peixe era vendido na mesma hora pelo armador por Cr\$6,00 e até Cr\$8,00. Quando o pescador reclamava era dispensado facilmente. A exploração da lagosta era ainda maior. O armador recebia do pescador a Cr\$1,00, revendia o quilo entre Cr\$15,00 e Cr\$18,00 e o quilo da cauda era revendida entre Cr\$30,00 e Cr\$32,00.

A alimentação básica do pescador era composta principalmente por farinha de mandioca, arroz, feijão, milho e peixe.

Segundo Frei Alfredo, o analfabetismo se acentuava nas aldeias e povoados. O pescador não tinha como pagar despesas escolares de livros, cadernos e fardas. Poucos se destacavam com aprendizados mais gerais, pela formação escolar primária, e facilmente se destacavam como liderança da classe.

As moradias eram quase sempre mocambos de palha de coqueiros e taipa. Não havia saneamento, água encanada e nem energia elétrica.

Os pescadores em grande parte possuíam uma mentalidade fatalista. Acreditava que tudo dependia de cima “como Deus queria que fosse”. Julgavam que não possuíam nenhuma inteligência e esperavam do patrão a resolução dos seus muitos problemas. Cultivavam a desilusão, a desconfiança, a apatia do pescador diante das promessas vindas de fora. Não havia capacidade de recolher ao INPS, por própria conta e o atendimento do PRORURAL era precário com uma aparente desorganização das Colônias de Pescadores, que eram reduzidas a instrumentos de fiscalização dos pescadores e das praias. A tudo isso havia também o fracasso das cooperativas oficiais, as dificuldades de tirar os documentos profissionais, a ameaça da SUDEPE de confiscar e queimar as redes de malha inferior a 30 milímetros, alegando a necessidade de acabar com a pesca predatória e a derrubada de caixas nas praias por exigência da Capitania dos Portos. Consolidavam-se despejos de terrenos próximos às praias. Havia dificuldade de comprar material de pesca, devido às distâncias e uma profunda desilusão diante de projetos oficiais de desenvolvimento da pesca, e em consequência um espírito fatalista que os levava a cruzar os braços diante dos problemas.

O conceito de ser homem para os pescadores era ser valente, brigão, “morrer sim, apanhar não”. A mulher mandava em casa e ele mandava na mulher, que deveria ficar calada. A religiosidade era expressa em ritos populares, respeito e guarda dos dias de Santa Luzia, Imaculada Conceição, São Pedro, e padroeiros de seus lugares. Os sacramentos não eram frequentes, no entanto, suas mulheres eram mais devotas.

Havia nos pescadores uma profunda aspiração à liberdade, um desejo forte de libertação dos peixeiros e armadores para poder fugir da exploração e uma esperança no futuro, um desejo latente, às vezes consciente, de superar as desigualdades. Presente na prática vivida era o espírito de solidariedade, de ajuda mútua nas pescarias e na conservação de embarcações, na ajuda espontânea a velhos e doentes e a capacidade de doação de alguns pescadores aos colegas e à classe.

Essa realidade se constatava em outras praias como a de Pitimbu, na Paraíba. Nesse local a maioria dos jovens e adultos (pescadores) eram analfabetos. Havia pouco cuidado com a educação dos filhos, uma vez que, para eles, isso era secundário, e as crianças logo que ficavam um pouco maiores já ajudavam os pais - os meninos, indo para a maré pescar, as meninas, ajudando a mãe a “consertar” o peixe fresco que era posto para secar e vendido nas feiras de Goiana e João Pessoa.

Nesse lugar, a maioria dos jangadeiros pescadores eram empregados de donos de empresas. A renda da pesca variava conforme a época, ventos e marés. O seu resultado era dividido de maneira que 50% ia para o dono e 50% ia para os pescadores. Fazia-se uso das diferentes formas de pescar, como a pesca motorizada de lagosta; jangadas de tábuas de madeira; canoas para pesca nos rios; “covos de palheta” para pesca de peixe e “covos de arame” para pesca de lagos; pesca de anzol. As redes: de tresmalho, de malhas, caçoeira, camaroeira, de agulha, gamboa, de mangote, de arrasto, de sardinha, de sauneiro. Alguns paquetinhos pescavam nas imediações da costa. O trabalho na cidade de Pitimbu se organizava na COLÔNIA DE PESCADORES ' Z-4 “Henrique Dias”.



Tipos de Pesca



A realidade das comunidades era muito comum entre um estado e outro do Brasil. Dentre os principais problemas podemos destacar:

Organização: O principal problema, que atingia os/as pescadores/as, era uma organização opressora, ditatorial e extremamente atrelada ao Estado. Ela impedia a livre participação dos/as pescadores/as no destino de sua organização, uma vez que o modelo de organização adotado era imposto pelo Estado, através da Marinha de Guerra. O critério para a fundação das Colônias era a localização estratégica de uma comunidade pesqueira, com o intuito de usar os pescadores como “viveiro da marinha e reserva naval”. Atrás deste interesse do Estado, de manter os pescadores sob seu controle, estavam dois motivos: segurança da costa brasileira e a nacionalização da pesca. Assim, as Colônias de Pescadores foram criadas de cima para baixo. O próprio estatuto fora feito inicialmente pela Marinha de Guerra e mais tarde, com poucas alterações, pelo Ministério da Agricultura. Nem de longe era um sistema de representação da categoria. Os seus dirigentes eram comerciantes, políticos, militares de reserva, etc. As Federações e a Confederação tinham o direito de intervenção direta e usavam este “direito”, por exemplo, quando acontecia de alguma colônia eleger presidentes mais progressistas que não concordavam com a forma que o estado agia sobre as colônias.

Meio Ambiente: Um meio ambiente limpo e equilibrado é uma questão de qualidade de vida para todos. Mas para os pescadores e pescadoras artesanais é uma questão de vida ou morte. Com o avanço da industrialização e da urbanização o meio ambiente, principalmente os estuários, rios e lagos, se tomaram cada vez mais poluídos e devastados. A poluição industrial, o impacto dos grandes projetos, a especulação imobiliária, a pesca predatória industrial, os desmatamentos e queimadas, os despejos de vinhoto, mercúrio e outros detritos industriais, diminuiu a população pesqueira e jogou milhares de famílias na miséria. As organizações que tinham não pescadores na direção, nada, ou pouco se interessavam para impedir ou diminuir esta devastação do meio ambiente, tão vital para a sobrevivência de milhares de homens e mulheres, que tiram da água e da lama o seu sustento, e que são importantes produtores de alimentos.

Vida econômica, social, política e cultura: A história dos pescadores e a história da fundação das colônias de pescadores já mostrava a dependência desta categoria. A maior parte das comunidades pesqueiras estava completamente iso-

ladas da vida do país, sem estradas, energia, assistência médica, escolas e etc. Os/as pescadores/as eram condenados a trabalhar duro para a sua sobrevivência e de suas famílias. Viviam em total dependência dos intermediários, que ditavam um preço irrisório do produto. Os seus dirigentes, ou sendo políticos ou a mando deles, usavam a comunidade como “curral eleitoral”. A política pesqueira, em todos os níveis (Federal, Estadual e Municipal), ignorava os pescadores de tal modo, que dificilmente, chegavam créditos, financiamentos ou apoio técnico para os pescadores artesanais. Ao contrário, anzol e nylon foram declarados artigos supérfluos e neles pesava um enorme imposto.

A fiscalização da Capitania dos Portos e da SUDEPE, perseguiam principalmente os pequenos pescadores e deixava a indústria de pesca impune.

No entanto, se observava nas comunidades pesqueiras a conservação de muitos valores culturais. Apesar de tanta opressão, de tanta dependência de todos e de tudo, o pescador se sente um homem “livre” por ser capaz de lutar com bravura contra as tempestades, possuir uma riqueza de técnica de se orientar no alto mar, ser um homem comunitário tanto nas pescarias como nas festas e danças.

Os pescadores representam uma cultura brasileira das mais antigas: a cultura formada por pessoas que conseguiram, de uma ou **outra** maneira, **fugir** dos esquemas do sistema colonial implantado no país **pelos colonizadores**. Significativo é o **fato de os pescadores** serem de tradição africana na zona de cana-de-açúcar e de descendência indígena na zona de fazendas. Não foram importados africanos para serem pescadores no Brasil, já que a pesca no Brasil nunca foi negócio de exportação, o que interessava ao sistema colonial. “O que é provável é que os pescadores, que hoje encontramos nas praias, sejam descendentes de africanos ou indígenas que conseguiram fugir dos engenhos ou das fazendas e constituir comunidades afastadas dos centros colonizadores”, dizia Frei Alfredo nos seus relatos. As praias constituíram um ambiente de vida isolada, pois o acesso se possibilitava, na maioria das vezes, unicamente por mar, uma vez que não havia caminhos terrestres.

3. A AÇÃO PASTORAL DO CPP

“Cheguei em Olinda em novembro de 1968 ... tinha aprendido que o evangelho deve estar encarnado na vida do povo. Qualquer trabalho pastoral havia de partir da realidade em que o povo vive. Fomos ao encontro dos pescadores, descobrimos a realidade de vida deles, seus valores os sinais do Verbo entre eles e partimos para desenvolver...” “Frei Alfredo

Frei Alfredo começou um trabalho de reconhecimento da vida dos pescadores em novembro de 1968, na praia do Rio Doce, em Olinda. A forma de começar o trabalho com os pescadores desenvolvido pelo frade franciscano seguiu para além de conviver com os pescadores e passou-se a sensibilização e o engajamento de lideranças e agentes da Igreja.

“A evangelização se dá a partir da realidade descoberta pela conscientização progressiva, inquietando-os diante das consequências da realidade marginalizadora. Fazendo-os crer enquanto pessoas humanas e filhos de Deus, levando-os a refletir em comum na procura de soluções para seus problemas. Colocando-os “de pé”, para assumirem sua vida, despertando neles a consciência crítica da situação e dos projetos de desenvolvimento.” sistematizou Frei Alfredo nos primeiros documentos.

A evangelização também se dava pela palavra iluminada, pelas Escrituras, os valores já vividos, apresentando a pessoa de Cristo e sua posição diante dos marginalizados. Levava-os a descobrir que, à medida que viviam também desenvolviam seus valores de cooperação na libertação dos marginalizados em diferentes formas de participação.

A evangelização se dá pela ação, estimulando e desenvolvendo os valores já vividos, levando-os a procurar soluções mais definitivas para alguns de seus problemas como o de melhorar a organização da Colônia. E foi assim a criação de sociedades de ajuda mútua, que objetivava comprar e vender em comum o pescado e o material de pesca além de lutar pelo melhoramento da Previdência Social, levando os pescadores a tomarem uma posição política diante de pressões vindas de fora da classe.

A evangelização era feita em todas as organizações, a partir da vida e dos problemas concretos dos pescadores. A metodologia consistia numa linha ou visão de evangelização, não um esquema rígido. É a vida que indica o caminho.

Frei Alfredo elaborava uma crítica à perspectiva clerical da Igreja que não se adequava as condições necessárias para uma evangelização inserida e condizente com a vida e as condições dos pescadores e pescadoras:

“Claro que se trata aqui de uma religião não centrada no sistema clerical ausente da formação da vida praieira, mas sim, na vida: o mar generoso e perigoso, o peixe, a embarcação, os colegas de pesca, a mulher, os filhos. Como nós entendemos a religião a partir do centro clerical com suas atribuições, sacramentos, dogmas, moral, ritos, a religião dos pescadores se apresenta de difícil entendimento. É um problema de ponto de vista, a partir do qual se faz a observação, um problema de encontro cultural. Daí a necessidade de definir a sua cultura própria ao entrar em contato com os pescadores. Contudo, não podemos dizer que a religião dos pescadores não é católica ou cristã. O catolicismo dos pescadores nos é de certo estranho, mas isso prova exatamente que ele corresponde a um caminhar histórico, a uma história vivida que não é a nossa.”

Em março de 1969 a convite de D. José Maria Pires, Arcebispo da Paraíba, quatro irmãs da Congregação de Santa Dorotéia foram morar na praia de Pitimbu-PB. Animadas pelo desejo de prestar um testemunho evangélico, fizeram esta tentativa de inserção e engajamento no meio popular para serem solidárias com os pescadores e suas famílias na luta pela sua dignidade. Após cinco anos de permanência em Pitimbu, a pequena Comunidade das Irmãs Dorotéias, constatando que o grupo já estava capaz de caminhar sem uma presença constante, passaram a residir em outra praia.

Frei Alfredo logo vai ao encontro destas irmãs e constrói um trabalho conjunto de atuação com os pescadores da região, tendo como uma das suas principais colaboradoras, a Ir. Nilza Montenegro.

Uma experiência importante que se deu no processo de apoio aos pescadores foi a criação das sociedades de ajuda mútua. A primeira criada em 1969 nas praias de Olinda. Nas suas visitas às praias de Olinda Frei Alfredo observava que os pescadores quando voltavam da maré entregavam pescados a pescadores que por algum motivo não conseguiam pescar. Frei Alfredo depois de alguns dias de conversa valorizou os pescadores por aquela atitude de solidariedade, comparando a atitude de Jesus, dizendo-lhes que eles estavam praticando o maior mandamento que Cristo nos tinha deixado. A primeira atitude dos pescadores foi aumentar a cota de peixe para os doentes. Mas quando chegou o inverno e a produção baixou e nem os pescadores tinham peixes para sobreviver, eles perguntaram *“E agora padre, nem eles e nem nós – que é que nós faz agora?”*.

Foi então, após 4 meses de contatos Frei Alfredo pediu que se reunissem numa noite para discutir o problema. Era o mês de março de 1969, e a partir daquela data estas reuniões passaram a acontecer quinzenalmente, onde os pescadores discutiam livremente seus problemas. O padre apenas os estimulava com algumas perguntas, principalmente quando estavam à procura de soluções. O objetivo era valorizar e deixar que eles mesmos chegassem às soluções. Percebeu que naquele



SAMPECA

período o maior problema era a exploração por parte dos intermediários e que a maior aspiração era que se libertassem através da fundação de uma sociedade de ajuda mútua para que a renda da produção do pescado ficasse com eles. Estimulou que com muito sacrifício conseguissem comprar madeiras, frigorífico, material de construção e lentamente construíram sua própria peixaria em trabalho de mutirão e com ajuda de terceiros que Frei Alfredo conseguiu na Alemanha. De maneira semelhante foram sendo construídas sociedades em outros estados do Nordeste. Os pescadores reagiam diante dos atravessadores e peixeiros e criaram formas de se livrar dessa dependência, começando a vender o peixe diretamente ao consumidor. Essa atitude gerou “o início” da Sociedade de Ajuda Mútua de Pescadores da Colônia Z-4 de Olinda - SAMPESCA. E assim se relata que surge o **Desenvolvimento de valores** como a assistência aos doentes num processo de solidariedade com a partilha aos necessitados de uns aos outros com os recursos próprios da produção. A vontade de vencer as dificuldades, os leva com os recursos próprios a adquirirem jangadas e uma sede para a Colônia.

Um dos textos históricos relata sobre os prejuízos com uma enchente, que destrói a construção. Esse fato sensibiliza Dom Helder Câmara que acaba fazendo uma doação significativa, se tornando importante estímulo aos pescadores após perderem os bens adquiridos com o próprio esforço e recomeçam ganhando mais força ainda comprando novos barcos e uma nova sede.

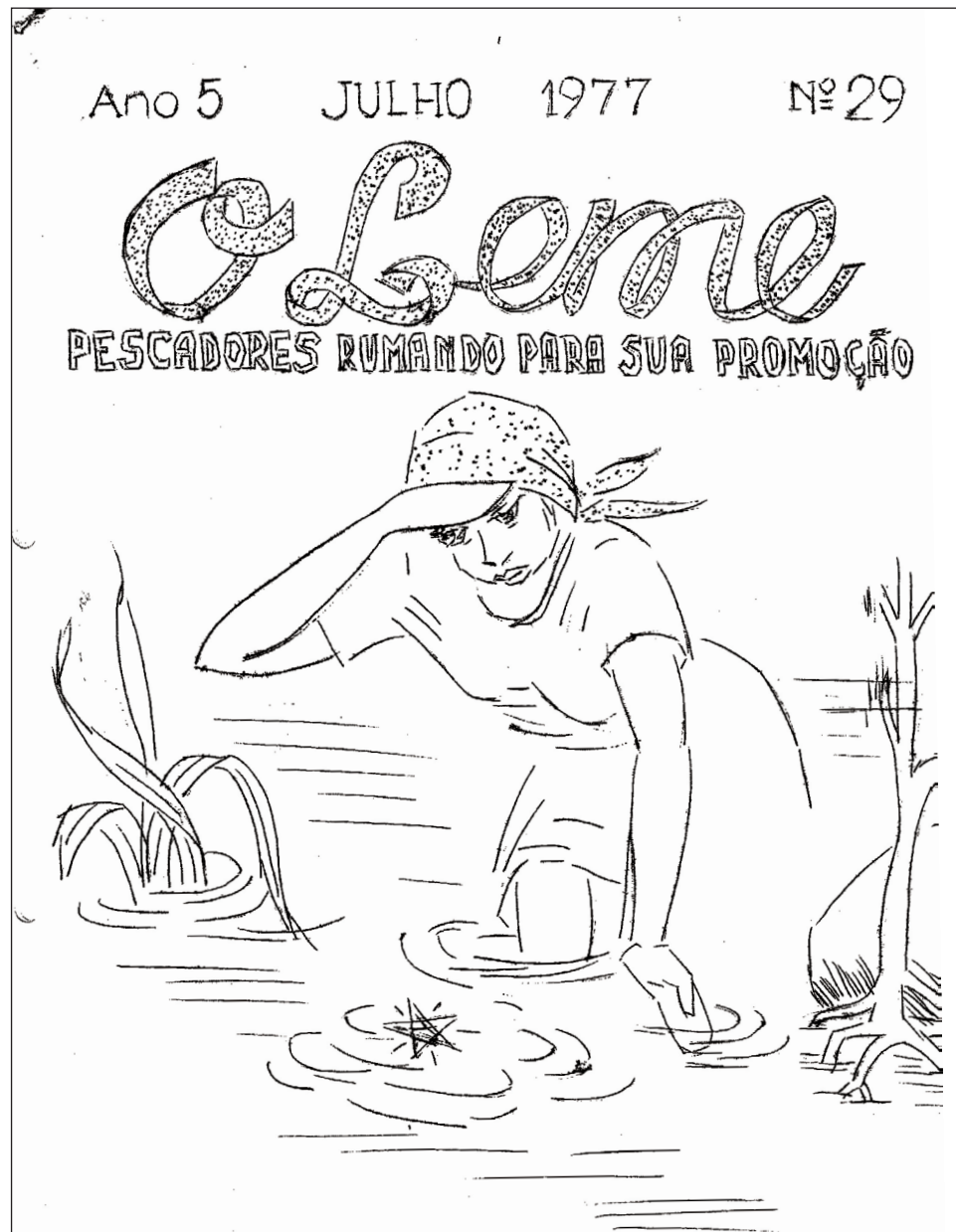
A partir de 1971, no mês de março, Irmã Nilza e Frei Alfredo convocaram e realizaram uma reunião onde compareceram treze agentes de pastorais de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. E o segundo encontro, que durou dois dias, realizado no mesmo ano no mês de junho com Padres e Religiosas, foi a mais uma tentativa de animar agentes para o trabalho com pescadores, mas não deu certo. A terceira tentativa foi uma convocação de pescadores, o que foi chamado de I Encontro Regional da Pastoral dos Pescadores. Um dos efeitos foi que a CNBB Regional Nordeste II assumir oficialmente a pastoral e a incluiu no seu Plano Pastoral. Frei Alfredo integrou a equipe do Secretariado Regional. Em 1975 a equipe do regional foi ampliada com mais três pessoas que realizavam as ações do regional e atuavam no trabalho de base.

Movimento regional “O Leme” – foi um instrumento criado no primeiro encontro regional, em agosto de 1972, com o desejo de um trabalho de evangeliza-

ção mais eficaz entre os pescadores e para tirá-los do isolamento. Começou com estímulos de Irmã Nilza Montenegro, que trabalhava também com pescadores em Pitimbu-PB. A evangelização era considerada como o trabalho de despertar o pescador além de ser também um trabalho de promoção de anúncio da palavra. **A organização do “O Leme – Pescadores Rumando para sua Promoção e Libertação”** contou com a formação de um conselho regional com representantes de cada praia atingida que se reunia três vezes ano, e dentro deste conselho foi eleita uma equipe de coordenação para executar e coordenar as decisões dos encontros e do conselho. Essa equipe era composta de um assistente ou animador Padre e três pescadores.

O Segundo Encontro Regional – realizou-se em agosto de 1973 – tratou da luta comum pelo atendimento aos direitos dos pescadores pela previdência Social através do INPS e do PRORURAL e analisou os objetivos das colônias e das Cooperativas Sociedades de Ajuda Mútua (criada por eles próprios). Teve como objetivos: tornar o pescador independente de intermediários e armadores exploradores; procurar juntos, soluções para seus problemas; preparar dias melhores para seus filhos; dar melhores condições de pesca e de vida, e dar assistência aos pescadores nas suas necessidades.

Jornal O
Leme





Assim formou-se uma equipe regional que tinha como integrante: Frei Alfredo Schnuettgen OFM (coordenador), Ir. Nilza Montenegro, Sônia Maria Guerra Ferreira e Todd Brem. Esta equipe não se firmou ainda, devido a distâncias das praias entre si.

Foram formadas nos estados equipes pastorais. Pernambuco era composta por: Frei Alfredo Schnuettgen OFM (coordenador), Ir. Nilza Montenegro, Pe. Benedito Tavares (Pe.Badu), Pe. Jacques Laberge S.J., Sônia Maria Guerra Ferreira, Ir. Maria Emília Guerra Ferreira, Maria Auxiliadora Cardoso, Todd Brem, Pe. Paulo Speekenbrink, Alfredo Francisco Batista (pescador). Na Paraíba: Ir. Hermínia Almeida, Ir. Maria Anna (coordenadora), Ir. José. No Rio Grande do Norte Ir. Aloísia Gerhardinger, Sra. Anna Elisabeth Lenze. Em Alagoas: Antônio Gomes dos Santos (pescador), Pe. Manoel Vieira, Frei Bernardo Siry, OFM.

Aconteciam encontros regionais uma vez por ano, com a participação de três representantes de cada praia atingida e de seus respectivos agentes pastorais para estudar sobre os problemas regionais. Uma vez por ano, realizavam encontros estaduais com a participação aberta a todos os pescadores atingidos, onde eram discutidos os problemas estaduais e locais e contava com a ação “Dias de Estudo”, conforme as necessidades e possibilidades. Neste tempo “O LEME” é um instrumento de conscientização dos pescadores e de suas famílias, mas também tinha a função de gerar relatórios de encontros, assembleias e atividades realizadas.

Já desde a década de 70 que a ação pastoral teve seus olhares também voltados para a situação das mulheres pescadoras. Irmã Nilza Montenegro descreve em um documento intitulado “Experiência Pastoral entre as Pescadeiras de Itapissuma” a ação desenvolvida especificamente com as mulheres que viviam em situação de pobreza extrema e falta de reconhecimento dos direitos e retrata a violência que as mulheres sofriam e como isso gerava baixa estima. Descreve pormenorizadamente a condição de vida daquelas mulheres, o que revela uma inserção de base, estando junto aonde o povo está. Esse relato descreve também um processo paciente de construção que resultou na realização de um encontro coletivo 9 meses depois do início do trabalho. O trabalho com a leitura popular da bíblia foi um elemento também muito presente que levava



Na foto à direita acima, trabalho de Irmã Nilza com Pescadores. Na outra, reunião de Irmã Nilza com Pescadores

à reflexão da realidade. Aponta os sinais do despertar: o fortalecimento da autoestima, a descoberta do valor da identidade, o desejo de aprender a ler e as ações concretas de construção de casas e de hortas comunitárias. Este processo de valorização do trabalho e da identidade das pescadoras gerou um movimento por reconhecimento que vai desembocar em 1978, quando as marisqueiras são reconhecidas como sujeitas de direito e têm direito de acessar a carteira da SUDEPE.

Na Assembleia Geral de 1976 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Frei Alfredo conseguiu falar aos bispos da situação e dos problemas da categoria dos pescadores artesanais. A CNBB encarregou, através do setor de Pastoral Especial, a equipe do Regional NE I da Pastoral dos Pescadores de preparar o 1º Encontro Nacional da Pastoral dos Pescadores.

Com este apoio dos bispos, Frei Alfredo, Irmã Nilza e Pe. Badu, numa longa viagem, visitaram praias da Bahia à Santa Catarina, realizaram contato com os bispos, padres, freiras, leigos, agentes pastorais para o trabalho com os pescadores. Nesta viagem, descobriram também, que já existiam trabalhos pastorais com os pescadores artesanais, mas todos feitos sem nenhuma articulação entre si.

Assim, aconteceu o 1º Encontro Nacional de Pastoral dos Pescadores nos dias 23 a 25 de dezembro de 1976 no antigo Seminário de Olinda. Estavam presentes, representantes de comunidades de pescadores e agentes de Pastoral dos Estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Frei Alfredo coordenou o encontro e Dom Davi Picão, bispo de Santos e responsável pela Pastoral do Mar na costa Atlântica da América Latina presidiu o encontro.

Do encontro Nacional surgiram novos e foram reforçados trabalhos pastorais em locais onde já aconteciam. Cada participante partilhou a sua experiência pastoral junto aos pescadores/as. Em seguida identificaram os principais problemas levantados, os valores existentes entre os/as pescadores/as e fizeram um estudo sobre as dimensões e fundamentações: psicológica, histórico-cultural e pastoral. Surgiram sugestões de como estruturar a pastoral dos pescadores e saíram os seguintes encaminhamentos:



- a) Formar grupos comunitários para preparar os pescadores para o projeto de ideal de vida em comum;
- b) Incentivar a união e participação no trabalho coletivo;
- c) Que o plano Nacional de Pastoral da CNBB programasse projetos de âmbito nacional exequíveis em nível regional e diocesano para tratar: da organização da Pastoral dos Pescadores e de estudos específicos desta mesma pastoral;
- d) Que a CNBB crie a comissão nacional de Pastoral dos Pescadores da qual faça parte Frei Alfredo considerando sua experiência;
- e) Que se organizassem encontros regionais para no segundo Encontro Nacional se tenha elementos mais concretos para os projetos de Pastoral da CNBB;
- f) Que se proporcionasse às comunidades de pescadores a oportunidade de se comunicarem e de se expressarem com linguagem própria por meio de circulares, literaturas, cordel, programas de rádio, etc.;
- g) Transformar o boletim “O Leme” em órgão nacional de comunicação da Pastoral dos Pescadores;
- h) Que se facilitasse maior participação dos pescadores nos encontros de pastoral, pois eles são os primeiros agentes de pastoral dos pescadores;
- i) Que se ajudasse o pescador a formar uma consciência de classe, de modo que diante da realidade marginalizada ele possa colaborar com seus companheiros na luta pela justiça;
- j) Que os agentes de pastoral sejam o sinal da Igreja-serviço, iniciando-se um trabalho a partir do seu contexto histórico-cultural;
- l) Que os agentes de pastoral acreditem nos pescadores e mantenham uma atitude de respeito aos valores, cultura, costumes e religião dos mesmos;
- j) Que os agentes de pastoral convivam e participem da vida dos pescadores no trabalho e celebrações, conhecendo sua realidade;
- l) Que o agente desperte o pescador para sua promoção pessoal, em vez de apenas arrepanhá-lo para a Igreja;
- m) Que o agente mantenha-se numa fé profética frente a “grandes e pequenos” contrapondo-se ao fatalismo;
- n) Que o agente busque educar o pescador para a hierarquia dos valores, mostrando-lhe que a pessoa humana vem antes das coisas e dos negócios;
- o) Que os agentes de pastoral procurem se despojar, para desmistificar a imagem de salvadores da comunidade;
- p) Que os agentes de pastoral aprendam a esperar e evitem imediatismos, para não queimar etapas, principalmente em se tratando de formar no pescador a consciência da realidade e a auto decisão do seu futuro.

PARA REFLEXÃO

- Complementar com elementos importantes da história.
- O que mais chamou nossa atenção neste período?
- Que lições tiramos para a pastoral nos dias de hoje?

A CNBB reconheceu a Comissão Nacional de Pastoral de Pescadores e colocou Frei Alfredo como Coordenador Nacional. A sede passou do local da “Ajuda mútua” para o “Jeriquiti” em Recife, sede da arquidiocese onde abrigava as demais pastorais.

As primeiras assembleias gerais da pastoral dos pescadores foram realizadas com a presença majoritária de pescadores do norte ao sul do país. Os temas centrais tratava da reflexão sobre a organização buscando como defender seus direitos de se organizarem livremente. Aprofundavam consciência de luta e se mantinham atentos ao sistema tutelar e opressor das colônias que precisava ser superado urgentemente e buscavam força na leitura popular da Bíblia como elemento para encorajar a luta pela dignidade.

Em 1978 aconteceu a experiência de Catequese Radiofônica de pescadores no Nordeste brasileiro, que tinha como objetivo levar a vivência prática da palavra de Deus confrontada sempre com a realidade dos acontecimentos atuais e interpretada à luz deles. O programa de rádio foi uma atividade que ia ao ar semanalmente às noites das quartas-feiras, sendo repetido aos domingos às 5 horas da manhã, com duração de 25 minutos.

As perspectivas e pistas de uma metodologia de evangelização dos pescadores valorizavam os momentos de receptividade do pescador para conduzir reflexões sobre o seu valor de pessoa humana; respeito e valorização de sua religiosidade e sua cultura; além de buscar levá-lo a descobrir o evangelho já presente em suas vidas. Os passos da evangelização são a **denúncia, conversão e anúncio**.

■ **Denúncia** da repressão à pesca, da ausência de assistência técnica do governo aos pescadores, da ausência de financiamentos aos pequenos, da influência da Marinha nas colônias de pescadores, nas federações e na confederação Nacional, à Previdência Social que não garantia direitos aos pescadores, à poluição causada pelas indústrias, às questões ligadas ao não acesso aos terrenos de marinha.

■ **Conversão** significa a mudança de vida, a busca pela transformação das situações de morte. A oferta do único caminho de libertação.

■ **Anúncio** significa mudança de vida. Depois da denúncia, depois de se perceber a situação de injustiça, é necessário que se mude esta situação de pecado. É a hora do desafio, ou se tenta transformar esta situação a caminho da liberdade ou se aceita permanecer na escravidão a caminho da morte.

1. CONTEXTO SOCIO POLÍTICO DA PRIMEIRA DÉCADA DA PASTORAL DOS PESCADORES

A década de 80 no Brasil foi um período de significativas mudanças e de novos ordenamentos no quadro político da nossa sociedade. O início do processo de redemocratização e abertura política, após longo período de ditadura militar, possibilitou o surgimento de novas organizações da sociedade civil e da classe política.

A população foi mobilizada a participar dos destinos do Estado e de intervir nos diferentes níveis de governo.

Embora o país vivenciasse essa efervescência de mudança, convivía com grandes contrastes sociais e econômicos, fruto de um modelo de sociedade extremamente excludente, em que a maioria da população não tinha acesso aos bens sociais básicos, entre estes, educação, saúde, saneamento básico e habitação. O Brasil ocupava um dos primeiros lugares no mundo em concentração de renda, e um dos mais baixos lugares na qualidade de vida da população.

É neste contexto que nos anos 80, surgem novos atores no cenário político e social, através de organização de novos sindicatos, associações científicas e comunitárias, novos partidos políticos e organizações não governamentais que começavam a desenvolver ações que não eram assumidas pelo Estado.

Houve um grande movimento intitulado “Diretas Já”, que mobilizou grandes contingentes da população, que após o longo período ditatorial exigiam a democracia e o direito de definir pela eleição direta quem exerceria os cargos executivos do país. Neste quadro, surgem vários movimentos e organizações que através da educação popular, procuravam conscientizar a população da sua condição enquanto sujeitos históricos e de direitos.

Do ponto de vista econômico, o Brasil vivia um período de muita dificuldade e a inflação estava em índices galopantes levando a uma grande insatisfação da população.

No plano internacional, é um momento que vigora a Guerra fria liderada entre a União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA) que mantinham uma polaridade no mundo entre uma perspectiva socialista e capitalista. Temendo a difusão do comunismo, os Estados Unidos, com o apoio de países da Europa, deflagraram várias guerras em países dos

DÉCADA DE 80 NA TRAJETÓRIA DOS 50 ANOS DO CPP

mais variados continentes (África, Ásia e América Latina). Esta polarização potencializava internamente nos países o surgimento de movimentos de esquerda que idealizavam mudar o regime capitalista e de exploração, contudo enfrentavam o conservadorismo, o poderio econômico e militar das elites e o conservadorismo da Igreja hierárquica oficial.

No entanto, no Brasil, este é um período de muita movimentação social onde podemos destacar o surgimento do partido dos trabalhadores (PT), o fortalecimento da luta dos sindicatos, a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Central dos Movimentos Populares (CMP).

A força impulsionadora das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) animadas pela Teologia da Libertação, estimulava as comunidades no engajamento de fé e vida. As comunidades conheciam profundamente a vida do povo através das visitas às casas, dos círculos bíblicos onde faziam a leitura popular da bíblia iluminando a realidade, os mutirões comunitários e o estímulo à participação nas associações de moradores, clubes de mães, grupos de mulheres, sindicatos, grêmios estudantis, partidos. A Igreja do Brasil estava em consonância com a Igreja da América Latina que produziu diversos documentos sobre a participação e caminhada de libertação dos povos.

Esta efervescência coloca fim à ditadura militar e irrompe um processo de construção da constituição cidadã que culminará em 1988, mas que tem um processo constituinte que levou 2 anos de discussão e é antecedido por momentos preparatórios dos vários seguimentos sociais do Brasil.

2. AS LUTAS E ORGANIZAÇÃO DOS PESCADORES E PESCADORAS

A década de 80 é marcada por grandes lutas, como já visto anteriormente, e a situação dos pescadores é semelhante à de outros segmentos de trabalhadores, marcada por inúmeras violações de direitos e opressões. Marca este período a intensificação da luta contra a poluição nos estados de Pernambuco, Alagoas e Bahia, destacando-se a luta contra as usinas de açúcar que poluíam os rios nos dois primeiros estados e a luta contra a implantação das empresas de celulose no extremo sul da Bahia. Estes empreendimentos poluidores contavam com a cumplicidade dos órgãos ambientais. As comunidades com o apoio do CPP vão fazer denúncias da situação e até da atuação dos órgãos ambientais.

Este período é marcado também por inúmeras disputas por terra, principalmente nos estados do Maranhão, Rio Grande do Norte e Ceará. No Maranhão vai estar no auge a luta das comunidades da península de Alcântara com a previsão na época da construção de uma grande base espacial militar. Milhares de famílias de pescadores e lavradores estavam ameaçados de expulsão e lhes foram oferecidas indenizações irrisórias, o CPP apoiou as comunidades no processo de resistência. No Rio Grande do Norte foram intensas as lutas com os fazendeiros que queriam expulsar as comunidades de suas terras, e aí vai ser palco de inúmeros conflitos agrários. É neste período que se busca apoio da Comissão de Justiça e Paz (CJP), principalmente para prestar apoio jurídico nas disputas judiciais. Os relatos do período dão conta de denunciar a parcialidade do judiciário que favorece sempre os fazendeiros em detrimento das comunidades pesqueiras. No Ceará é o momento da expansão da especulação imobiliária, os relatos denunciam que o governo do Estado e suas secretarias estariam vendendo e divulgando as belíssimas praias já ocupadas pelas comunidades para o turismo de massa. Diversos grupos empresariais são atraídos para desenvolver o turismo que começa a se expandir durante todo o ano trazendo sérias consequências para as comunidades, alterando a cultura, os costumes das comunidades locais. Vai transformar as comunidades de pescadores artesanais de povo nativo em retirantes, sem terra para

morar. Denuncia na época um dos informativo “O Leme” publicado: “a terra é constantemente grilada pelos especuladores, que apresentam falsa documentação, adquirida irregularmente em cartórios das cidades vizinhas. As comunidades ainda não estavam preparadas para este processo e muitas estavam perdendo pacificamente as suas posses”. Mas neste período as comunidades começam a enfrentar os empresários do turismo e resistem a ação de pistoleiros, e até policiais a serviço das imobiliárias que efetuam a queimada de suas casas, plantações, além da constante ameaça de morte. As lutas destacadas neste período são de Capim Açú e Lagoinha em Paraipaba, Jericoacoara, Batoque no Aquiraz, Balbino e Barra Nova em Cascavel, Prainha do Canto Verde e Parajuru em Beberibe; Fleixeiras no Trairi e Canoa Quebrada e Marjolândia em Aracati. Todas comunidades localizadas no estado do Ceará.

O CPP vai nesta década denunciar fortemente a situação da Amazônia – Denuncia os grandes projetos ambiciosos que estão sendo implantados na região sem que sejam levadas em conta as consequências desastrosas sociais e ambientais. É nesse período que se instala a hidrelétrica de Tucuruí que além de desalojar grande número de comunidades ribeirinhas, pescadores, indígenas e camponeses, inundou grandes áreas da floresta e que como consequência já naquela época o Rio Tocantins estava totalmente poluído com a decomposição da matéria orgânica submersa. Denuncia, também, a ação da ALBRÁS/ALLNORTE como outro grande projeto na região, uma fábrica de alumínio com grande investimento dos japoneses que se constituía como grande ameaça à Baía do Marajó. Apontam também o grande projeto do Carajás que descaracterizava totalmente o sul do Pará. Há denúncias também de contaminação dos rios e do ar provocada pela utilização do mercúrio utilizado no garimpo do ouro, com índices alarmantes de contaminação onde exames já tinham detectado pessoas contaminadas com índices elevados, mais de 100 vezes do admitido pela OMS (Organização Mundial da Saúde). Registram os altos contingentes de poluição que circulavam no Rio Madeira e no Rio Tapajós e suas consequências para as comunidades, a contaminação dos rios por metais pesados oriundos dos garimpos é constantemente denunciada pelos/as pescadores/as e agentes pastorais.

Outra frente de luta é o processo de organização autônoma dos pescadores e pescadoras, que até então era tutelada pelo Estado. Consequência do processo histórico de criação das colônias pela Marinha como instrumento de controle dos pescadores e pescadoras, mas que tinha recrudescido no período da ditadura pós 64.

Há relatos de lutas para retomada das colônias em vários estados do Brasil com destaque para Alagoas, que chegou a conseguir colocar pescadores do movimento popular na Federação dos Pescadores. O caso de Santarém é muito relevante, faz um amplo movimento para a retomada da colônia Z-20 enfrentando a polícia, jagunços e o Estado no geral, tornando-se inspiração para a luta pela retomada das colônias em outras regiões do Pará e até de outros estados do Brasil. Há também lutas de retomada das colônias da região do Vale do Sobradinho, como instrumento para lutar pelos direitos dos/as pescadores/as depois da implantação da barragem que deslocou inúmeras famílias de pescadores e pescadoras gerando sérios problemas sociais e ambientais na região do Rio São Francisco.

Assim, principalmente no Nordeste, mas também casos no Norte, Sul e Sudeste, há um levante dos pescadores e pescadoras para a retomada das colônias afim de que estas passassem a ser legítimos órgãos de classe a serviço dos pescadores e pescadoras na luta por seus direitos.

Como o conjunto da sociedade também os pescadores e pescadoras participaram do intenso processo de construção da **Constituição de 1988**. Foi desenvolvido um movimento que se chamou “Constituinte da Pesca” a qual foi convocada pela Confederação Nacional dos Pescadores depois da vitória da pressão do movimento

Formação com
pescadores para
Constituinte da
Pesca 1985



Constituinte da Pesca
1985



de pescadores para retirada de um militar que ocupava a direção e este pescador civil que assume tinha se comprometido com as organizações para a convocação da constituinte da Pesca. O Conselho Pastoral dos Pescadores vai ser um impulsionador e vai buscar garantir as condições para que haja um processo de discussão em vários níveis, mas, principalmente impulsionando a ampla mobilização e o envolvimento das bases. Acontecem encontros nos mais variados estados do Brasil até assembleias na Câmara e no Senado num processo de uma construção coletiva com envolvimento direto dos pescadores e pescadoras na construção das propostas e luta para que as mesmas integrassem o texto da constituição.

O intento para garantir direitos na constituição deste período se concentrou na organização sindical dos pescadores e pescadoras. Diante do histórico de domínio, opressão e tutela do Estado às colônias de pescadores, o objetivo era por um lado equiparar a colônia a sindicato garantindo a legítima representação dos pescadores, a livre associação das colônias sem o controle do Estado e ao mesmo tempo garantir a liberdade de associação aos pescadores e pescadoras que até então eram obrigados a se filiarem. Lutaram também com outros grupos sindicais para garantir uma lógica organizacional sem a intervenção do Estado e sem poder de intervenção vertical das federações e confederações tornando cada vez mais um sistema democrático de organização dos trabalhadores que tinha sido

revertido no período da ditadura militar.

Assim as principais conquistas do processo da Constituinte da Pesca foram:

- 1) Direitos fundamentais garantidos na constituição;
- 2) O artigo 5º que garante a liberdade de associação e a possibilidade se organizar em associações livre da interferência do Estado;
- 3) O artigo 7º sobre os direitos sociais que equiparou os direitos dos trabalhadores empregados e os avulsos, como também garantiu direitos iguais aos trabalhadores urbanos e rurais;
- 4) O artigo 8º que trouxe a liberdade de associação e a equiparação das colônias aos sindicatos; Os artigos 195, 201, 203 da seguridade social que garantiram direitos previdenciários aos que chamamos hoje de segurados especiais bem como à assistência social,
- 5) E por fim o artigo 225 da constituição sobre o direito ao Meio ambiente.

Os documentos tratam de divulgar as conquistas consagradas na constituição demonstrando quais foram os focos da luta dos pescadores e pescadoras do Brasil. Com o final do processo constituinte e todo o seu legado de mobilização de milhares de pescadores e pescadoras vai dar origem a fundação do MONAPE – Movimento Nacional dos Pescadores, no ano de 1988, que vai ser um dos principais instrumentos de organização para animar os pescadores e pescadoras a seguir as lutas e fazer sair da letra as conquistas consagradas na constituição, bem como seguir no processo de resistência diante dos vários desafios já apresentados anteriormente que enfrentavam os pescadores neste período.

A AÇÃO PASTORAL DO CPP

O LEMA do CPP neste período era “Pescadores e Pescadeiras rumando para novas águas”.

A ação do CPP parte da identidade de uma Pastoral Social vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB, com profunda identidade popular que bebe nas fontes da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base/CEB's. Frei Alfredo é um dos principais impulsionador, da AOC (Ação Operária Católica) e traz como inspirações para o CPP a metodologia do VER, JULGAR e AGIR, enquanto método pastoral para a ação evangelizadora junto às realidades dos pescadores e pescadoras.

A pastoral vai prestar o serviço de assessoria aos pescadores nos seus processos de luta, de apoiar e animar nas lutas contra a poluição, e todas ameaças que atingem as comunidades pesqueiras, bem como promover um processo de formação que leva os pescadores a compreenderem o contexto mais geral a que estão imersos, mas também a compreender profundamente a sua história e os aspectos mais específicos ligados a realidade dos/as pescadores/as.

Nesta década acontece o 1º encontro nacional de formação de pescadores. Este encontro analisa a conjuntura nacional e traz até elementos internacionais, principalmente a nível de América Latina; aprofunda a realidade dos pescadores, mas também tem uma iluminação bíblica que impulsiona a denúncia da injustiça e a defesa da vida. E depois tira encaminhamentos concretos para enfrentar a situação, explicitando o método assumido pela Igreja do ver, julgar e agir.

O LEME neste período é um instrumento de informação do que está acontecendo nos vários estados em que a pastoral está presente, conta com detalhes a luta dos pescadores em cada estado e também é um instrumento de informação sobre as lutas que estão acontecendo e os direitos que estão sendo conquistados.



Lançamento do livro A História dos Pescadores no Brasil

A edição de outubro de 1988 é um número especial que vai trazer os artigos da constituição conquistados pela luta dos pescadores e pescadoras. O desafio daquele momento era divulgar amplamente entre os pescadores e fazer o que foi colocado na lei maior se efetivar.

Os estados que compunham o CPP nesta época são Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Pará, Maranhão, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Santa Catarina. O CPP tem como presidente neste período Dom José Rodrigues e foi no ano de 1988 que o passou ser uma personalidade jurídica, afim de permitir as condições para acessar recursos de forma mais institucional. A coordenação nacional é composta neste período por um integrante de cada estado que em sua maioria era composto por leigos, padres e religiosas, predominando a região Nordeste, além disso participam o presidente, coordenador geral e adjunto. Há um processo sistemático e metódico de registro da ação desenvolvida. Tanto são registrados relatórios detalhados das atividades específicas, quanto são construídos relatórios e documentos periódicos que registram e relatam a ação desenvolvida junto aos pescadores e pescadoras, seus desafios, mas também a metodologia de ação, tendo sempre a iluminação bíblica como marca, numa explicitação de uma leitura profunda, popular e engajada da bíblia que impulsiona o compromisso com os pescadores e pescadoras, povo de Deus.

A pesquisa e a construção do livro “História dos Pescadores no Brasil” vai se dar nesta década, culminando com a sua publicação no ano de 1988 e gerando um processo de divulgação nos estados, onde Frei Alfredo era convidado para ir discutir junto aos pescadores e pescadoras elementos importantes da história dos/as pescadores/as no Brasil. Eram utilizados para expor materiais audiovisuais, álbuns seriais, slides, etc, sempre preocupado com a metodologia de educação popular.

O CPP constrói e publica neste período várias cartilhas sobre a história dos pescadores como instrumento de conscientização e conhecimento da história, afim de criar o ânimo para altera-la. Estas cartilhas falam de forma simples, são divididas em encontros e trazem perguntas provocadoras para que os pescadores discutam em grupos nas suas bases

Os encontros de agentes do CPP sempre partem da análise profunda do contexto. Estudam a realidade dos pescadores sempre convidando especialistas para que os agentes se apropriem de informações sobre os índices, indicadores, legislações sobre os pescadores, e busca a iluminação na leitura popular da bíblia sempre com a perspectiva de identificar quais os elementos da evangelização libertadora e opção pelos pobres alimenta a pastoral. Assim os documentos orientam que metodologicamente o trabalho pastoral deve seguir os seguintes elementos:

- 1) De levar os pescadores a tomar conhecimento e consciência da situação de opressão em que vivem;
- 2) Apoiados na força libertadora do Evangelho encarnado, sente-se Igreja de Cristo;
- 3) Convertidos, lutam contra o peso da situação e alimentados pela esperança, tentam influenciar os outros;
- 4) Busca a união de forças dos trabalhadores e vários grupos e é fermento na massa
- 5) Reflexão – união – organização - luta

O CPP neste período define como missão principal a evangelização dos pescadores, a partir dos seguintes passos:

1º Passo- Denúncia – inspiração do profeta Ezequiel Ez.34,1-31

2º Passo- Conversão - inspiração em São Paulo At. 9,1-25

3º Passo- Anúncio

Esta profunda consciência cristã leva o CPP a estar engajado, seja impulsionando ou apoiando as lutas dos pescadores, como explicitado na sessão anterior na denúncia das causas de morte e opressão.

No fortalecimento da organização dos pescadores e pescadoras que leva ao protagonismo e autonomia dos pescadores e pescadoras, ajudando os grupos de pescadores a serem fermento na massa. Levando os pescadores a se integrar nas lutas das comunidades locais e da classe trabalhadoras e ajudando os pescadores a se descobrirem como pessoa dentro de uma perspectiva libertadora global. No apoio à luta por direitos e iniciativas que melhorem as condições de vida a partir das demandas concretas apresentadas pelas comunidades.

LIÇÕES PARA O CPP

Neste período, o CPP promove o acompanhamento sistemático pelos seus agentes pastorais às comunidades a processos organizativos, promove processos de formação que aprofundam a realidade mais geral e específica da pesca, apoia os processos de enfrentamentos locais e nacionais, estimula a organização e participação dos pescadores e pescadoras nos processos de articulação e interferência nos rumos da democracia do país e na intervenção para a conquista de direitos, constrói documentos dos mais complexos como o livro “História dos Pescadores no Brasil” aos mais simples como as várias cartilhas que servem para o processo de educação popular e trabalho nas bases. Além de promover experiências e projetos concretos que respondem às demandas dos pescadores e pescadoras como foram os projetos de educação de adultos e de geração de renda, seja no processo de comercialização até no processo de criação de pescado de forma comunitária, bem como, estimula a luta e acesso a políticas públicas e investimentos do Estado.

O registro sistemático das atividades e das ações gera aprendizados e contribui para o processo de acumulação histórica. A profunda consciência do seu ser Igreja popular na América Latina que assume a opção preferencial pelos pobres e que tem a consciência de que a construção do Reino de Deus se faz a partir da imersão da pastoral na realidade e na luta concreta dos pescadores e pescadoras.

PARA REFLEXÃO

■ Complementar com elementos importantes da história.

■ O que mais chamou nossa atenção neste período?

■ Que lições tiramos para a pastoral nos dias de hoje?



Visita do papa ao Brasil
1980

DÉCADA DE 90 NA TRAJETÓRIA DOS 50 ANOS DA PASTORAL DOS PESCADORES

4. CONTEXTO SOCIO POLÍTICO DA PRIMEIRA DÉCADA DA PASTORAL DOS PESCADORES

A década de 1990 foi um período de muita instabilidade no Brasil com avanços das políticas neoliberais, teoria política que tem como perspectiva a diminuição do Estado, principalmente na promoção de políticas sociais e no controle do capital, propondo um Estado mínimo. O início do governo Collor se dá com o confisco da poupança do povo, aumentam as perdas salariais, o desemprego, a inflação, as privatizações, e a modernização dos parques industriais. Em 1992, em meio a grande mobilização nacional, o povo pedia o impeachment de Collor, o governo cai e assume a presidência, o vice-presidente, Itamar Franco. O período do presidente Collor de Melo foi marcado pela inserção do Brasil no processo de globalização, abrindo o mercado para o capital internacional, o que levou a quebra do parque industrial nacional.

Destacamos no **governo de Itamar Franco** dois acontecimentos importantes, um na área política, e outro na área econômica. Em relação à área política, coube a Itamar cumprir o dispositivo constitucional que previa a realização de um duplo plebiscito, tratando primeiramente do regime a ser instituído no Brasil, ou seja, a manutenção do regime republicano ou a restauração da monarquia em território nacional; o segundo ponto do plebiscito sobre a forma com que este governo deveria se organizar, se sob forma presidencialista ou parlamentarista. Tal consulta ocorreu em abril de 1993, confirmando o sistema que vinha sendo adotado, e que ainda o é, de república presidencialista. Ainda na área política foi realizada a “CPI do orçamento”, que procurou investigar denúncias de corrupção relacionadas a irregularidades no orçamento da União. As investigações revelaram o esquema dos chamados “anões do orçamento”, assim chamados devido às baixas estaturas dos envolvidos no esquema de corrupção, todos parlamentares, ministros e ex-ministros, além de governadores estaduais. O segundo acontecimento foi a criação do Plano Real, com apoio do então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso.

Em 1994 Fernando Henrique se elege presidente e, com o apoio do Congresso Nacional, implementa algumas reformas, como por exemplo a quebra dos monopólios estatais nas áreas de comunicação e petróleo, bem como a eliminação de restrições ao capital estrangeiro. É um período de muitas privatizações, entre elas podemos destacar a venda por um valor irrisório da Com-

panhia Vale do Rio Doce com todo o capital de riquezas minerais nacionais.

Percebeu-se neste período uma grande mudança na estrutura e no funcionamento do Estado brasileiro a partir da discussão das reformas tributária e fiscal, da previdência social e dos direitos trabalhistas. A justificativa era de que essas reformas e mudanças administrativas tinham por objetivo fomentar a modernização das estruturas estatais, a fim de garantir a sustentabilidade econômica e democratização das políticas sociais.

No campo eclesial foi uma década de aparecimento de novas religiões pentecostais e neo-pentecostais que atraíram inúmeros fiéis. Cresceu a ala conservadora e autoritária da igreja católica, juntamente com os movimentos pentecostais, onde grande número dos católicos passa a pertencer a esses movimentos. Essa década foi de fragmentação das igrejas.

A experiência de Deus que se fazia pela relação com a natureza, que acontecia, principalmente, no meio rural, com o avanço da especulação imobiliária, as comunidades foram forçadas a processos compulsórios de urbanização dos seus espaços. Deus não é mais reconhecido pela natureza e passa ser experimentado no interior de cada pessoa. O exemplo são os grandes eventos de massas, shows (Pe. Marcelo Rossi) que leva a sensação de alívio das grandes frustrações das grandes cidades. As CEBs entrou em crise por falta de apoio da hierarquia da Igreja. Neste sentido a Teologia da Libertação e Movimentos Eclesiais de Base, precisavam resgatar o projeto: Fé e vida; leigos e leigas autônomos do clero; fortalecer a opção pelos pobres e a igreja autêntica fortalecida no Evangelho de Jesus Cristo.

5. AS LUTAS E ORGANIZAÇÃO DOS PESCADORES E PESCADORAS NO PERÍODO

Dando continuidade ao processo animador da Constituinte da Pesca que culminou com a criação do Movimento Nacional dos Pescadores- MONAPE na década de 80, a principal bandeira foi a mobilização para instituir uma Política pesqueira, que garantisse as especificidades da pesca artesanal. Esse processo exigiu do MONAPE e do CPP habilidade para fazer lobby no campo da representação política e ao mesmo tempo fazer a situação acontecer na base, fortalecendo o movimento nas comunidades.

O MONAPE era o movimento novo, e precisava enraizar-se nas comunidades para se contrapor as políticas neoliberais, principalmente na defesa do meio ambiente (desmatamento do manguezal, poluição dos rios) e do território – através da defesa das unidades de conservação de uso sustentável.

O MONAPE tinha como desafio apoio efetivo em todas as reuniões para criar uma nova mentalidade de colônia dos pescadores, livre de intervenção do Estado e voltada para defesa dos pescadores e pescadoras.

No campo da Previdência social a perspectiva era de contribuir para que pescadores e pescadoras tivessem acesso aos direitos previdenciários. Tinha como estratégia informar e formar lideranças, que foi fundamental, principalmente para as pescadoras, que sempre teve negada sua identidade e direitos.

Essa ação teve característica especial porque primeiro foi trabalhado a informação e formação de lideranças. Como a maioria das lideranças que coordenavam as direções das organizações, especialmente as colônias, eram homens, o foco foi conscientizá-los sob o direito da mulher pescadora. O segundo foi por dentro do órgão governamental o INSS. Conjuntamente com pescadores e pescadoras fazer com que os funcionários do INSS enxergassem o pescador e a pescadora como sujeitos de direitos, garantido pela constituição brasileira.

O CPP trabalhou a questão da geração de renda em alguns grupos acompanhados.

Na colônia Z-10 em Itapissuma/PE, buscou melhorar a renda principalmente das pescadoras que eram exploradas na relação com os atravessadores. Contribuiu na organização da comercialização comunitária. O impacto foi que os atravessadores tiveram de melhorar a relação de compra, no valor e no prazo para pagamento.

Também apoiou projetos de compra e comercialização de Nylon nos estados do Maranhão, Pará e Piauí. Consistia em comprar rejeito de uma indústria de pneu, que transformava em nylon de seda. Esse produto era enrolado em carretel e vendido pelas organizações, por um preço bem menor que o do mercado.

Nessa década a pesca artesanal recebeu um “presente de grego” que foram os pacotes fechados de financiamento dos bancos estatais através Fundo Constitucional do Nordeste/FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO. Esse financiamento veio sem discutir com os/as pescadores/as artesanais e tampouco abriu margem para discussão. O financiamento funcionava da seguinte forma: O pescador que precisasse do financiamento era obrigado a acessar com as regras impostas pelo governo. Por exemplo, se um pescador precisasse fazer manutenção na embarcação, o financiamento o obrigava a comprar um novo barco, gerando endividamento e não atendendo as reais demandas dos/as pescadores/as.

Também foi nesse período que o Brasil abre as portas para invasão da criação intensiva de camarão em cativeiro, a carcinicultura. Sem legislação para regulamentar a atividade, mesmo assim o governo financiou gerando muitos impactos nas comunidades. A atividade tem início na região Nordeste, conflitos com as comunidades pesqueiras. Os conflitos tinham como principal característica: a privatização dos territórios pesqueiros, com impedimento do acesso do pescador e da pescadora ao mangue e ao rio; o crescimento do desmatamento do manguezal, a poluição dos rios pelos rejeitos das fazendas de camarão e mortandade de outras espécies como por exemplo o caranguejo e o peixe.

No entanto houve muita luta, resistência das comunidades para enfrentar o monstro da carcinicultura, principalmente nos estados de Alagoas, Ceará, Pernambuco e Bahia.

**Pescadoras de Ostra
Ceará 2001 /
Pescadoras de Ostra
1998- Santa Cruz**





Carcinicultura

A luta contra a poluição do Meio Ambiente e o desmatamento do manguezal foi um marco na história do CPP e das comunidades pesqueiras. Além dos conflitos já existentes com as empresas do turismo, o novo inimigo passa a ser a aquicultura. Nessa disputa pelos territórios pesqueiros levou vidas humanas a serem ceifadas, como por exemplo: Manuel em Macau e Sebastião Andrade em Rosado, ambos no Rio Grande do Norte.

Com o avanço dos grandes empreendimentos e o descaso dos governos com o meio ambiente, a principal pauta que movia a ação do CPP foi apoiar as comunidades na defesa dos rios, manguezais e comunidades, que dependia da natureza de garantir seu modo de vida. Destacam-se nesse período as lutas de Suape-PE, Rosado e Macau-RN, Cumbe/CE.

A luta pela terra dos pescadores, dos indígenas e pela questão ambiental proporcionou momentos emblemáticos na caminhada como o Grito da Terra, Ação pela Cidadania, Semanas Sociais Brasileira (nacionais e regionais), Encontros do Povos do Mar, Atingidos por Barragens, Fórum paralelo da Eco 92 no Rio de Janeiro. A questão ambiental foi a principal ação do CPP em toda sua área de atuação e possibilitou ampliar a atuação, conhecer e consolidar novas parcerias.

Como desafio desse período é importante destacar: necessidade de acumular forças para continuar resistindo na defesa da preservação dos rios, mangues, mar; capital de giro- financiamento inicial para apoiar as experiências de geração de renda, faltou pessoal qualificado para avaliar e potencializar as experiências; O MONAPE não conseguiu criar base nos estados e municípios para fortalecer o movimento; ajudar o pescador ter uma visão crítica frente as linhas de financiamento para pescadores.

6. A AÇÃO PASTORAL DO CPP

No CPP, esta década foi marcada por muitas perdas, mas também de reafirmação da missão pastoral na sua opção pelos pescadores e pescadoras artesanais. Em 01 de abril de 1990, foi chamado pelo Pai o Frei Alfredo Schnuettgen OFM, fundador e secretário nacional, depois de uma missão pastoral na África. Para os membros do CPP foi um imenso desafio, porque Frei Alfredo vivia com toda intensidade a realidade do cotidiano dos pescadores e pescadoras e se consolidou como uma grande referência da pastoral.

PARA REFLEXÃO

- Complementar com elementos importantes da história.
- O que mais chamou nossa atenção neste período?
- Que lições tiramos para a pastoral nos dias de hoje?



**Missã de Corpo Presente
de Frei Alfredo 1990**

Em 13 de novembro de 1998, Dom Mário Zanetta, então presidente do CPP falece vítima de um AVC. Na época Dom Mario era também bispo da Diocese de Paulo Afonso, mas assumiu a missão do CPP com muita doação e compromisso a luta dos pescadores/as. Para os membros do CPP os anos 90 foram desafiadores, diante de uma conjuntura política complexa e da partida repentina de Frei Alfredo. Mas também foi um momento de muito empenho e aprendizado, confirmando a missão do CPP junto aos pescadores e pescadoras artesanais do Brasil, garantindo apoio às organizações e ao movimento.

A mudança da política na ordem mundial, também trouxe mudanças nas relações do CPP com seus principais parceiros apoiadores, por exemplo, com MISEROR. Nesta década MISEREOR pressionada pelas transformações eclesial e políticas passa a criar novos mecanismos metodológicos para aprovação dos projetos no Brasil.

O CPP, em constante adaptação com as exigências da atualidade, permaneceu fiel ao carisma fundante, a partir do princípio da valorização da vida, teve que se firmar diante da conjuntura política e das mudanças internas para continuar, no serviço pastoral denunciando as injustiças. Teve que assumir ações articuladas com outros atores sociais; apoiar e acompanhar os grupos e comunidades, com presença e convivência, informação, formação e celebração.

No campo eclesial também foi um período de fechamento e retrocesso da igreja para o trabalho social, dificultando o a expansão do trabalho das pastorais sociais.

Nesse período identificamos como desafios: continuar com missão, diante das mudanças internas e externas, sem prejudicar a qualidade da ação pastoral junto aos pescadores e pescadoras; ampliar a ação pastoral de forma eficiente para linha geração de trabalho e renda, (melhorar a qualidade da renda das famílias); manter e ampliar as equipes do CPP.

7. CONTEXTO SOCIO POLÍTICO DA DÉCADA DE 2000 E 2010 NA PASTORAL DOS PESCADORES

A primeira década dos anos 2000 é marcada no Brasil pela insatisfação popular com os efeitos da implantação da política neoliberal.

O governo retira-se de várias ações da qual sempre foi responsável delegando às instituições do terceiro setor parte de suas responsabilidades. Assim algumas ações do campo da assistência social, de assistência técnica, vão deixando lugar para as organizações não governamentais.

A política neoliberal faz diminuir os investimentos para as políticas sociais, principalmente a saúde e educação e contraditoriamente com as conquistas da constituição a efetividade das suas propostas vai ficando cada vez mais longe. O processo de privatização deixa muita insatisfação, principalmente com demissões massivas de trabalhadores/as e a perda de direitos dos/as funcionários/as das estatais que passam a atuar nas novas empresas. Há um estímulo ao processo de terceirização.

No campo da saúde o corte nos recursos faz torna-se cada vez mais precário o acesso e surge um processo de privatização de hospitais públicos pelas tais organizações sociais que em muitos lugares passam a abrir duas portas: um serviço de excelência para convênios e particulares e um serviço precarizado para os que necessitam da saúde pública. Surgem alguns programas governamentais como o lançamento dos remédios genéricos com baixo custo, mas este é um período de avanço dos planos de saúde que vão adquirindo cada vez uma maior adesão diante da precariedade dos serviços públicos de saúde. No campo da educação há cada vez mais uma precarização do salário dos professores e uma ameaça à privatização das universidades.

A população se manifesta muito insatisfeita com a reforma da previdência liderada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso que vai aumentar os anos de contribuição e vincular a necessidade de juntar anos de contribuição e idade para se aposentar, o que, no período, vai impedir que muita gente consiga se aposentar devido à crônica realidade de desemprego no Brasil.

No campo da Reforma Agrária com o surgimento do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) com aparição pública no final da década de 90 vão crescer as ocupações de terras improdutivas forçando o governo a

DÉCADA DE 80 NA TRAJETÓRIA DOS 50 ANOS DO CPP

Posse do Lula - 2003



implementar precariamente a reforma agrária e o governo FHC vai lançar um decreto que depois se tornará uma lei que determinava que os processos de regularização fundiária ficassem bloqueados por dois anos quando a terra fosse ocupada e que não poderia ter negociação com as terras ocupadas, isto fez com que muitos trabalhadores rurais sem terra tivessem que ficar na beira da estrada sem perspectivas de sair os assentamentos.

Cresce a resistência popular que envolve a Igreja e os movimentos populares contra a ALCA (Área de Livre do Comercio das Américas) e acontece um plebiscito popular que pressiona a não assinatura do acordo unilateral do Brasil com os EUA. O Brasil vive um período de subserviência às políticas do Norte e da Europa acreditando que esta submissão o levaria a ocupar um espaço na política internacional, o que tem um efeito contrário.

No campo político, começa aparecer escândalos de corrupção e são promovidos espetáculos, como a disputa acirrada entre dois grandes expoentes conservadores da política do momento que são os senadores Antônio Carlos Magalhães e Jader Barbalho. Em São Paulo, Nicéa Camargo denuncia o esquema de corrupção envolvendo o ex-marido, o então prefeito Celso Pitta. Na denúncia, Nicéa afirma que Pitta pagou propina para vereadores da Assembleia Municipal que impediram a criação de uma CPI. Pitta foi afastado por 18 dias, retornou, mas o estrago estava feito.

Com todo este quadro e o crescimento da organização popular que canalizou as suas forças para o processo eleitoral acreditando que a chegada ao poder executivo inverteria nas prioridades históricas do Brasil transformando a realidade de desigualdade fez o PT chegar ao governo.

A década de 2000 ficou marcada como a década em que a esquerda política brasileira teve um representante seu eleito presidente do país, através de um legítimo processo democrático. O primeiro brasileiro operário a alcançar a presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, elegeu-se em 2002 após quatro tentativas anteriores, e foi reeleito em 2006.

A chegada do Partido dos Trabalhadores no governo se deu partir do que se chamou de Pacto de Conciliação de Classes. Onde o governo operou uma distribuição de renda através de políticas sociais sem mexer nos grandes interesses das elites e das corporações nacionais e internacionais, as reformas tão esperadas pelo conjunto dos movimentos populares não se efetivaram. Lula antes de se eleger apresentou a Carta ao Povo Brasileiro que se comprometia em não mexer

na estrutura e nem na condução da economia entre outras coisas.

O Brasil governado por Lula teve: aumento real de salário mínimo; redução significativa da miséria; ampliação do acesso à universidade; melhorias importantes no Sistema Único de Saúde (SUS); aprovação do o Estatuto da Igualdade Racial; garantia de crédito para os mais pobres; estímulo à estruturação do setor da construção civil, da indústria naval e petrolífera que em muito aqueceu a economia e permitiu a geração de um número muito grande de empregos gerando uma mudança significativa da participação dos trabalhadores no mercado. Estas políticas fizeram uma enorme diferença, principalmente ao erradicar a fome no Brasil.

Em grande parte, a melhoria da renda dos mais pobres, sem tocar na renda dos mais ricos, foi possível pela exportação de matérias-primas para a China que vivia anos de crescimento acelerado. Mas esse tipo de desenvolvimento teve um custo alto para a Amazônia, a natureza, os ecossistemas e as comunidades tradicionais, principalmente no Nordeste.

A década de 2000 a 2010 também se destacou por vários casos de corrupção, como o caso Waldomiro Diniz, o “Mensalão”, escândalos envolvendo José Sarney e a governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, sobre o DETRAN, e também o Escândalo do Mensalão no Distrito Federal.

O que se chamou mensalão do PT levou as principais lideranças do partido e do governo petista a cadeia, como por exemplo, José Dirceu e José Genoíno.

Foi também nesse período que se deu a descoberta de petróleo na camada pré-sal, da auto-suficiência em petróleo e da produção de biocombustíveis. O Brasil ganhou destaque internacional por condenar o golpe militar em Honduras em 2009 e por receber a visita do polêmico presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, que contesta a versão oficial dos atentados de 11 de setembro e acusa os sionistas de manipular números e fatos acerca do holocausto de judeus, para chantagear a Europa e obter a criação do estado de Israel.

Na economia, após os anos 1990 terem sido marcados pelas privatizações e redução do papel do estado, na década de 2000 tem início o enfraquecimento do neoliberalismo, com a retomada dos investimentos públicos nos setores estratégicos de infraestrutura, o que sempre ocorreu na China, sendo um dos motores de seu crescimento. Ocorre também na Rússia e na Argentina (recém-saídos de graves crises econômicas), no Brasil e em alguns países da Europa. A economia mundial passa por um dos maiores períodos de prosperidade e estabilidade da história, até o final do ano de 2007, quando é desencadeada a Crise do crédito hipotecário de alto risco, que coloca em risco a economia de vários países, principalmente dos desenvolvidos. Alguns destaques:

- Foi uma das décadas mais estáveis e prósperas da economia mundial até o final do ano de 2007 quando a Crise econômica de 2008-2009 colocou em risco a economia mundial levando vários países a entrar em recessão;
- O Brasil consegue acumular mais reservas do que a dívida externa, recebendo status de credor. Embora, apresentando crescimento econômico médio-baixo em comparação com a média dos países emergentes, o país mantém sua economia estável;
- A China atinge um crescimento econômico sem precedentes
- Crise financeira afeta o mundo no final da década.

Na política internacional, este período é marcado por ações militares dos Estados Unidos em países do Oriente Médio, na chamada Guerra ao Terrorismo: Guerra do Afeganistão e Guerra do Iraque, além do apoio militar dos Estados

Unidos a Israel na Segunda Guerra do Líbano e no conflito israelo-palestino. A região também foi marcada por conflitos internos, como a disputa entre os partidos Hamas e Fatah na Palestina, entre sunitas e xiitas no Iraque e entre o Talibã e líderes tribais no Afeganistão.

Os conflitos entre os Estados Unidos e o Oriente Médio foram justificados pelos atentados terroristas ao World Trade Center em Nova Iorque (em 11 de setembro de 2001). Iniciam-se as invasões americanas nos países do Oriente Médio e chegam ao fim as ditaduras de Saddam Hussein no Iraque e dos Talibãs no Afeganistão, o que, em certo ponto, beneficiou o atual inimigo dos Estados Unidos: o Irã, pois seus piores inimigos eram a ditadura de Saddam Hussein e o regime Talibã. Os países da União Europeia passam, em sua maioria, a adotar o euro como moeda comum entre os países membros do bloco e para as transações financeiras internas, substituindo as moedas nacionais, sendo algumas exceções o Reino Unido, a Suécia e a Dinamarca, que permaneceram com suas moedas nacionais.

Nos países da América Latina, onde partidos de esquerda chegam ao governo através de eleições, inicia-se também uma onda de antiamericanismo, destacando-se o bolivarianismo de Hugo Chávez, presidente venezuelano, apoiado por Evo Morales, o primeiro indígena a ser eleito presidente da Bolívia. Por outro lado, o regime socialista de Cuba - ainda liderado por Fidel Castro, já idoso e com a saúde debilitada - experimenta uma certa abertura, apesar do bloqueio à ilha. O cenário político e econômico da Rússia muda drasticamente com a chegada do centrista e conservador Vladimir Putin na presidência, sucedendo ao liberal Boris Iéltsin.

Nesta década a partir de meados, a Internet se consolida como veículo de comunicação em massa e armazenagem de informações, principalmente após a fase da Web e a Globalização da informação atinge um nível sem precedentes históricos. A diminuição dos preços de acesso e as conexões de banda larga, que substituíram as conexões discadas da década anterior, permitiram que as pessoas passassem mais tempo na Internet e possibilitaram não somente o acesso a informações, mas também a transferência de vídeo, áudio e softwares. Recursos da Internet como as redes sociais, a comunicação por mensagens instantâneas, a tecnologia VoIP e o comércio eletrônico modificaram em grande extensão a maneira como as pessoas se relacionam entre si, tanto em nível pessoal quanto em nível profissional.

Num país tão desigual como o Brasil, não foi possível fazer justiça social sem mudanças estruturais, sem mexer na renda dos mais ricos, redistribuindo a riqueza existente. A conciliação vendida foi provisória. Os protestos que irromperam em 2013 tiveram muitos sentidos, muitos deles contraditórios. Um dos sentidos – e só um deles – pode ter sido esse, o da perda da ilusão, que se materializou na “rua polifônica”, onde só o que ficava claro era uma furiosa e confusa insatisfação.

A ilusão de que é possível reduzir a pobreza sem perder privilégios, que vigorou na primeira década deste século e foi amplamente propagandeada pelo maior líder popular da história recente, é muito, mas muito sedutora. É necessário incluir na análise deste momento histórico o peso subjetivo que essa ideia de conciliação exerceu nesses anos de magia, em que o que era impossibilidade foi vendido como possibilidade em exercício. E o quanto essa subjetividade impactou nos fatos objetivos que fizeram do Brasil um país aos espasmos.

Os lucros eram ótimos quando o Estatuto da Igualdade Racial, ainda em fase de elaboração, foi combatido com fúria por setores da elite. Os negros, cada vez mais presentes nos espaços de antes ocupados apenas por brancos, avançavam sobre lugares simbólicos muito caros também para parte da classe média. Haveria que perder: objetivamente, vagas para brancos nas universidades e em concursos públicos; subjetivamente, muito mais. As reações foram imediatas. Nos últimos anos, o avanço do protagonismo negro mostrou o quanto mexer nos privilégios mais subjetivos, é um tema explosivo no Brasil.

A ampliação das ações afirmativas contra o racismo, assim como o Bolsa Família priorizando as mulheres como titulares do programa, também impactaram as relações no Brasil, muitos pobres testemunham que saíram do domínio de coronéis ou deixaram de submeter-se a trabalhos domésticos que faziam pagamentos irrisórios ou trocavam trabalho por comida por causa do bolsa família. Neste sentido, se Lula mantinha os bolsos das oligarquias e dos rentistas cheios, por um lado, por outro também fazia uma certa distribuição de renda.

Os programas sociais e as ações afirmativas dos governos do PT acabaram por colocar em risco a conciliação vendida por Lula. Essa fissura entre tantas expôs o óbvio. Não havia magia. A questão mais profunda do Brasil continuava a ser a mesma: para ter conciliação de fato é preciso que uma parcela da população perca privilégios. E isso, para as elites e também para setores da classe média, era – e continua sendo – inaceitável.

LULA

O INCONCILIÁVEL,

por Eliane Brum

Quando aconteceu a crise da venda das commodities, principalmente com a crise da China o maior exportador de minérios de ferro e grãos do Brasil, o Brasil entra num processo de recessão. A insatisfação popular iniciada em 2013 de capturada pela TV Globo e movimentos de direita com o apoio dos EUA, combinada com a crise econômica faz a direita se organizar e entrar fortemente na disputa. Articulam um golpe parlamentar e jurídico contra a presidente eleita Dilma Rousseff no seu segundo mandato que a levou ao impeachment da presidente.

O golpe jurídico/parlamentar tinha como objetivo substituir o programa do governo popular legitimamente eleito pelo povo, por um projeto ultraliberal da direita que não tendo as condições de ganhar nas urnas assim conseguiu implementar um programa austero de corte nas políticas sociais, alterando até elementos na constituição federal. Uma das ações emblemáticas foi a PEC do fim do mundo aprovada pelo congresso nacional e o senado que visou o congelamento por 20 anos dos investimentos em programas sociais, inclusive educação e saúde. Nestes anos estamos vendo muitos e direitos e políticas sendo retirados e por outro lado uma apatia da população fruto do processo de afastamento dos movimentos das bases por conta da influência do governo petista que levou os movimentos a uma constante pauta institucional, abandonando o trabalho de base, por outro lado devido à acomodação gerada pela influência e ideologia disseminada das igrejas neopentecostais que levaram o povo a uma fé individualista e a lógica da teologia da prosperidade.

Este processo de golpe culminou com a prisão do presidente Lula num processo judicial controverso e parcial que o levou a prisão sem as provas devidas e nem respeitar o processo de tramitação normal dos processos judiciais com a intencionalidade de retirá-lo da eleição, pois apresentava grandes chances de retorna à presidência da república.

AS LUTAS E ORGANIZAÇÃO DOS PESCADORES E PESCADORAS

Este período dos anos 2000 é um momento onde se aprofundam os conflitos com as comunidades tradicionais, especialmente as pesqueiras. O modelo neo-desenvolvimentista assumido pelo governo neo-extrativista, que encontra a resolução para a equação da conciliação de classe, agrandar o rentismo, o agro e hidronegócio e ao mesmo tempo distribuir renda com os mais pobres na maximização da exploração da natureza. As comunidades tradicionais que tem uma relação umbilical com a natureza para a sua reprodução física, cultural, social foram consideradas entraves para o desenvolvimento o que intensificou o ataque e violência as comunidades e aos seus territórios ao passo que as leis e políticas que reconheciam suas identidades e direitos também foram perdendo efetividade e/ou sofrendo alterações, seja pelo executivo, pelo judiciário e pelo legislativo.

Com todo este contexto sócio-político e econômico, inexistia entre os pescadores organizações mais fortes ou mais articuladas nos estados e muitos processos de resistências individualizados em comunidades, regiões, porém não existia um movimento nacional que juntasse as insatisfações e as lutas e fizesse frente ao projeto desenvolvimentista também implantado no setor da pesca e aquicultura. O MONAPE distanciou-se da base como relatado em períodos anteriores, as suas poucas lideranças estavam inseridos em vários conselhos e segundo as lideranças as dificuldades financeiras impediam de reunir o conjunto da diretoria, que dirá o conselho mais amplo ou as próprias bases dos estados. O MONAPE de que já vinha num processo de distanciamento da base, se consolidou como um grupo em função de assentos em conselho, afundado em dificuldades financeiras

Com a chegada do governo Lula e a criação da SEAP foi fortalecidos os setores aquícolas e industriais, aumentando os conflitos na pesca. Por outro lado nos primeiros anos houve uma euforia, com os cadastramentos das carteiras, a ampliação da política do seguro defeso com a facilitação do acesso com a diminuição de 3 anos para 1 do tempo de carência para o acesso. O número de pescadores se ampliou rapidamente tanto por conta da demanda reprimida e a divulgação das políticas, onde muitos pescadores que sequer tinham documentação pessoal buscaram ter acesso, quanto pelo estímulo do próprio governo e organizações para o cadastramento de não pescadores.

Nos primeiros anos houve ampliação do acesso ao crédito, que com dificuldade um número significativo de pescadores conseguiu adquirir. Uma demanda histórica dos pescadores pareceria que seria atendida com um então programa de alfabetização denominado Pescando Letras. Alguns investimentos como caminhões frigoríficos, fábricas de gelo, apoio para construção de centros de beneficiamento, mas estes recursos eram sempre para um número muito aquém das necessidades dos pescadores e sempre escolheram áreas de interesse políticos favorecendo, principalmente o sul e sudeste do país. Com o passar dos tempos os movimentos foram compreendendo que as políticas para a pesca artesanal eram fragmentárias e compensatórias e os recursos eram mínimos, enquanto que os grandes montantes de recursos, de forma extremamente desigual, eram destinados a aquicultura e a pesca industrial.

As conferências foram um outro elemento de análise contraditória. Ao mesmo tempo produziu um processo de mobilização social, de conhecimento do setor, de ampliação das articulações entre as regiões, de fortalecimento das organizações autônomas dos pescadores e pescadoras artesanais como por exemplo as associações que para fazer frente a hegemonia e manipulação da Confederação Nacional dos Pescadores tiveram que se articular em todo Brasil, na expectativa de que o governo popular democratizaria a participação e o acesso às políticas fugindo da exploração destes grupos, viu ao contrário as organizações tradicionais conservadoras se fortalecerem. Por outro lado o governo priorizou as várias manobras para impedir algumas questões importantes para as comunidades, principalmente as causas de conflitos como a carcinicultura e a pesca industrial.

No ano de 2004 como fruto do processo de continuidade do seminário de políticas públicas para a pesca artesanal no ano anterior o CPP propiciou que pescadores de vários estados se encontrassem para refletir o contexto e realizar ações conjuntas de luta. Assim esta chamada articulação de pescadores, teve como uma das principais ações retomar o dia de Luta da Pesca artesanal, que se realiza no dia 22 de novembro, inspirada pela Revolta da Chibata. Revolta de pescadores marinheiros que se rebelaram as chibatadas que sofriam da Marinha mesmo depois da abolição da escravatura. Esta revolta inspirou os pescadores para lutarem contra a exploração da Marinha. No ano de 2004 foi construído um abaixo assinado que juntou muitas assinaturas em todo Brasil e culminou com atos em alguns estados no dia 22 de novembro.

No ano de 2005 acontece à segunda conferência nacional da pesca e o movimento social agora calejado se preparou para fazer a crítica ao governo, mas as lideranças foram iludidas pela ideia de juntar as forças para a criação do ministério que era a razão por não atender bem aos pescadores, assim perdeu-se a oportunidade de fazer a crítica.

A articulação de pescadores seguiu se reunindo e numa destas reuniões ficou sabendo que haveria eleição no MONAPE e então decidiram concorrer, mas juntarem-se a outros que estavam organizando chapa e ganharam a eleição. No entanto apesar de ganhar não levaram. O MONAPE seguiu centralizado em poucas lideranças, sem transparência e as lideranças foram com o passar do tempo perdendo o estímulo de seguir articuladas no MONAPE.

Aumentaram os conflitos com a carcinicultura e houve violência contra comunidades no Ceará onde 7 lideranças, entre elas um jovem, foram alvejadas a balas e um outro caso na Bahia que teve morte de um pescador no município de Salinas das Margaridas. Conflitos também estouraram em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e culminou com a realização do seminário sobre Carcinicultura no ano de 2006 no Ceará.

O ano de 2006 também foi marcado pela fundação da Articulação Nacional das Pescadoras, que durante as conferências perceberam a quase nenhuma atenção às mulheres, pouca participação nas conferências e nenhuma discussão sobre as suas necessidades. A discussão da lei de pesca não contemplava o reconhecimento das atividades das pescadoras como pesca artesanal e questões específicas das mulheres não eram discutidas. O Ministério da Pesca e Aquicultura/MPA promoveu em 2004 um Encontro Nacional das Trabalhadoras da Pesca, mas tornou o resultado do encontro não em um documento político de propostas, mas apenas em uma memória. As mulheres se rebelaram na abertura da 2ª Conferência Nacional da Pesca e durante aquela conferência se articularam em todos os intervalos, fundando a ANP e apontando o encontro de fundação para Recife-PE no ano seguinte. A articulação impulsionou a ação das mulheres e com o tempo permitiu que com o fortalecimento das mulheres estas passassem a ser protagonistas nos movimentos gerais de pescadores e pescadoras.

Em 2009 foi realizado um seminário nacional organizado pelo CPP, MONAPE e CESE para avaliar a Política de Pesca no Brasil. É o primeiro momento que na avaliação se fala com clareza em território tradicional. Este seminário produz uma crítica contundente a política de pesca dos governos LULA/Dilma e sai com a decisão de realizar uma conferência paralela onde reuniria 1000 pescadores e pescadoras para realmente discutir os problemas da Pesca.

A Conferência foi construída pelos pescadores e pescadoras que em cada estado organizou caravanas. Um grupo de pescadores com apoio da Pastoral chegou um mês antes para construir as condições de acampamento das caravanas. Foi um momento rico, místico e profundo que produziu uma crítica elaborada ao modelo de desenvolvimento, à atuação do Estado e este processo identificou as

ameaças aos territórios como o principal desafio para as pescadores e pescadoras artesanais. Ao final do processo e por conta da postura de desarticulação que assumiu o MONAPE cedendo às pressões do governo, os pescadores avaliaram que não existia um movimento que conseguisse dar continuidade e encaminhamento àquelas pautas e tarefas apontadas pela Conferência da Pesca Artesanal. Definiram que cada estado voltaria aprofundar e discutir como deveria ser um movimento de luta e de base, escolheria 5 representantes e em 4 meses se reuniram para fundar um novo movimento capaz de aglutinar as lutas dos pescadores de forma crítica e a partir das bases.

Em abril de 2010 em Acupe de Santo Amaro na Bahia de 04 a 09 de abril foi fundado o MPP. Uma das principais bandeiras foi a luta pelo território. E ficaram de pensar melhor como lutar pela discussão específica do território dos pescadores, bem como de que forma defender os direitos, ser um movimento horizontal de base e garantir a participação igualitária de gênero.

No ano de 2011 o MPP convida parceiros entre eles o CPP para construir uma Campanha em defesa do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras e é construído um planejamento e estratégias. É instaurado um processo de reflexão sobre uma proposta de projeto de lei de iniciativa popular que conta com a contribuição de uma comissão que levanta elementos e depois segue para os estados contribuírem. Caravanas são organizadas para motivar os estados a participarem do processo e mobilizar as bases de pescadores e no ano de 2012 é lançada a Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, este vai ser um momento de avanço entre os/as pescadores/as que tanto vão discutir os conceitos de comunidade tradicional pesqueira, identidade, quanto sobre o que é o território tradicional pesqueiros, avançando na discussão sobre a tradicionalidade, o direito de consulta. Nos anos seguintes vai haver um processo intenso de difusão do projeto de lei nos estados onde tem o movimento e onde o movimento não está, o que vai ampliar o movimento principalmente para os estados do Sul e Sudeste e fortalecer a atuação no Norte e Nordeste.

A partir de 2012 vai haver retrocesso até no processo básico de emissão de carteira pelo MPA. Novas carteiras serão paralisadas, começará um processo de burocracia tendo como desculpa o aumento do número de novos pescadores, onde o ministério deu nome de falsos pescadores, mas as medidas só burocratizam e excluíam o acesso à documentação dos verdadeiros pescadores. Quem está no governo neste momento é o PRB com o bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, Marcelo Crivella, momento onde a emissão de carteiras têm aumento exponencial e por outro lado por pressão do Tribunal de Contas da União/TCU e a Controladoria Geral da União/CGU tem a exigência de diminuir o número de pescadores, por causa do aumento do número de pessoas que recebem Seguro Defeso e aí vão produzir um processo sistemático de cancelamento, suspensão das carteiras, sem que o ministério tenha a capacidade de atender aos pescadores e pescadoras.

No ano de 2014 os pescadores junto com outros trabalhadores são surpreendidos com as medidas provisórias da presidente Dilma Rousseff que diante da crise econômica busca economizar gastos, cortando direitos de trabalhadores vulneráveis revelando a incapacidade do governo em perceber e dialogar com a diversidade cultural dos pescadores e das pescadoras artesanais do Brasil, além de descumprir os acordos e legislações nacionais e internacionais que garantem os direitos dos Povos e das comunidades Tradicionais. As medidas provisórias 664 e 665 significaram retrocesso e perda de direitos fundamentais para os pescadores/as artesanais.

Estas medidas provisórias ensejaram os decretos 8424 e 8425 de 01 de abril de 2015 que foram considerados pelos pescadores como violação dos direitos humanos, sociais e culturais de povos e comunidades tradicionais, impondo sobre os pescadores o pagamento pela

crise econômica. Nestes decretos o governo criou a categoria “trabalhador e trabalhadora de apoio à pesca artesanal”. Desta forma, ele dividia o grupo familiar classificando uns como pescadores artesanais e outros não. Negava a identidade de pescador e pescadora artesanal a inúmeros trabalhadores que atuavam na cadeia da pesca artesanal em regime de economia familiar e na forma tradicional de produzir. Limitava o entendimento de que pescador ou pescadora artesanal eram somente aqueles e aquelas que exercem a captura do pescado e comercializam. Desta forma, negava direitos trabalhistas, previdenciários e a identidade de pescadora artesanal a centenas de milhares mulheres pescadoras. Os pescadores avaliaram que a pesca artesanal, na maioria das vezes, era uma atividade familiar indivisível, diversificada, interdependente e inseparável. E a lógica das comunidades tradicionais pesqueiras é de famílias extensas e o trabalho por vezes ultrapassa a lógica familiar e se dá no âmbito comunitário, que se embasa principalmente em relações de solidariedade e reciprocidade. E denunciaram que o decreto fazia parte de uma engrenagem de Racismo institucional que objetiva invisibilizar e eliminar os pescadores e as pescadoras artesanais, pois estes eram considerados entraves para o desenvolvimentismo degradador, excludente e concentrador ao estar perto e viver em íntima relação com a natureza tão cobiçada pelo capital e que conta com a anuência e conivência do Estado.

Este processo gerou amadurecimento no processo de luta, foram inúmeras mobilizações sincronizadas nos estados. Este processo combinou estudo e construção de estratégias jurídicas, ações diretas como ocupações, passeatas e processo intenso de incidências. Os pescadores e pescadoras, especialmente as mulheres não lograram êxito de que as atividades da cadeia da pesca tivessem acesso ao defeso, mas garantiram um decreto que reconheceu para estas atividades o direito previdenciário, representando um ganho histórico.

Este processo de luta trouxe um elemento interessante, vai juntar o MPP com a CONFREM, Coordenação Nacional das Reservas Extrativistas Marinhas e Costeiras. A CONFREM até então era uma comissão de Resex, mas vai passar a se afirmar como mais um movimento de pescadores e pescadoras artesanais que estão nas reservas extrativistas.

No ano de 2015 o Ministério da Pesca e Aquicultura é destruído e a pesca vai primeiro para o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento/MAPA, depois para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços/MDIC, com uma ampla mobilização contrária dos movimentos da pesca artesanal, principalmente MPP e CONFREM o que vai fazer com que mais tarde seja recriada a Secretaria de Pesca vinculada a Presidência da República.

O processo de luta que segue neste período é marcado pela destruição da já combalida política de pesca e se vive uma instabilidade muito grande que impede os pescadores e pescadoras de acessar direitos, aumenta a vulnerabilidade e se intensifica um processo de criminalização contra os pescadores/as artesanais.

O golpe vai ser uma pá de cal na medida em que destrói as políticas públicas diminuindo ainda mais os recursos para a pesca artesanal.

A AÇÃO PASTORAL DO CPP

A primeira década dos anos 2000 é marcada principalmente por toda preparação para festejar os 30 anos da Pastoral dos Pescadores. A assembleia anterior de 1999 tinha colocado para o período 3 prioridades:

- 1) Celebrar os 30 anos da Pastoral dos Pescadores
- 2) Avaliar e atualizar a prática e as linhas de ação do CPP;
- 3) Apresentar a proposta de PMA (Planejamento, monitoramento e avaliação), sugerida por MISEREOR e o andamento do Projeto da Formação do CPP Nacional.

A “Linha do Tempo” da história do CPP, deu o primeiro impulso para celebrar os 30 anos de existência da pastoral e motivou principalmente os regionais a programarem essa celebração em seus planejamentos. Todos os regionais estavam imbuídos de contribuir com a construção metodológica do momento e com contribuições sobre a cultura local, comidas regionais, mobilização das comunidades, etc.

A assembleia também confirmou e explicitou as linhas de ação do CPP como: trabalho de base; projetos alternativos; assessoria; parcerias; e temas importantes como gênero, cultura e meio ambiente.

O ano de 2001 tem especial relevo, pois aconteceu a assembleia geral trienal e eletiva que tinha como objetivos avaliar a ação junto aos pescadores, redefinir as linhas temáticas do CPP e eleger os novos membros que comporiam os órgãos do CPP. É o momento onde o CPP define suas linhas pastorais e de ação de forma mais sistematizada.

No campo metodológico e estratégico: trabalhar na base e estar presente nas comunidades pesqueiras; contribuir no processo de transformação das relações sociais entre homens e mulheres e de padrões sócio-políticos injustos; alimentar-se numa espiritualidade (mística) que tem suas raízes firmadas no evangelho de Jesus Libertador, visando mais a construção do Reino do que a igreja enquanto instituição eclesial; Contribuir na formação de parcerias e redes entre os movimentos populares e seus serviços; Contribuir na formalização de propostas alternativas; relacionar as prioridades com o número pequeno de agentes e voluntários e as condições financeiras;

No campo da formação: criar consciência organizativa, ecológica, de gênero e de cidadania; confeccionar cartilhas; propor e apoiar iniciativas de formação e de capacitação de lideranças; trabalhar a questão jurídica no campo da pesca (código de pesca) dos recursos hídricos e do meio ambiente.

No campo político: lutar contra a cultura clientelista e autoritária em nível local; fortalecer as organizações (colônias e associações); criar mecanismos que tornem visíveis o trabalho das mulheres e os direitos sociais delas; provocar diálogo e debate com o MONAPE; retomar a prática de pressionar parlamentares em Brasília para o debate sobre o código de pesca e a regularização do Artigo 8º da Constituição Federal; exigir a implementação de políticas de revitalização dos rios, sobretudo do Rio São Francisco.

No campo da comunicação: Criar formas de comunicação mais rápidas e provocar diálogo com a hierarquia eclesial.

Essa assembleia também apontou linhas de ação para o trabalho do CPP:

- 1. Metodologia** - trabalhar com as bases e acompanhamento das lideranças; serviço de assessoria; pedagogia popular, jeito de trabalhar com o povo;
- 2. Parcerias** - colaboração de várias entidades em torno de um objetivo comum numa participação democrática, com contribuição diferenciada, a partir de um diálogo aberto e transparente.
- 3. Projetos alternativos** - colaborar com os pescadores na discussão e implementação de projetos alternativos e oficiais que visam a geração de renda e melhora de vida.
- 4. Meio ambiente** - articular as trocas de experiências que estão acontecendo nos regionais para criar uma estratégia comum; Conscientização ecológica de preservação.

Estratégias: Organização, comunicação (interna e externa), formação e parcerias.

Eixos transversais: Gênero, cultura, políticas públicas e legislação, formas de organização e participação popular.

Nessa assembleia também se definiu as linhas temáticas que se mantêm na contemporaneidade:

Meio ambiente: apoiar e dar visibilidade às lutas em torno da pesca predatória, da transposição das águas do rio São Francisco, privatização das águas, poluição das águas, desmatamento dos mangues, destruição das matas ciliares, criando uma rede e uma secretaria para formar e informar os agentes do CPP e as organizações sobre legislação ambiental, conflitos e conquistas.

Direitos: fazer um diagnóstico dos direitos sociais nas comunidades pesqueiras, direitos previdenciários, moradia, terra, seguro desemprego, linha de crédito, políticas públicas, documentos, capacitação de agentes e pescadores, direitos e deveres, denunciar os desrespeitos dos direitos dos pescadores, resgatar a dimensão política do movimento dos pescadores, cobrar assessoria jurídica das organizações.

Geração de Renda: os regionais devem fazer levantamento das experiências, o CPP nacional juntar as experiências e sistematizar e publicar; o nacional deve subsidiar a discussão dos regionais na economia solidária e redes solidárias, capacitar em gestão administrativa e de recursos, incentivando a participação das mulheres e dos jovens, identificar os financiamentos públicos e procurar explicar os prós e contra.

O CPP realizou um programa de formação no período de julho de 1998 a julho de 2001. Tinha como assessor o Educador Popular Flávio Lira. A formação tinha como objetivo – investir na capacitação dos agentes pastorais frente a desafios da realidade no mundo da pesca. Envolveu os Regionais de Ceará e Nordeste formando um grupo de 30 cursistas e no Regional Norte no estado do Pará 60 participantes.

A formação seguiu-se com conteúdos temáticos. Na primeira etapa tinha como eixo – História do CPP e a sua metodologia de trabalho seguido de planejamento de atividades e processos e intervenção/formação. A segunda etapa era voltada para a Realidade e História dos Pescadores e as alternativas de desenvolvimento sustentável. Na terceira etapa discutiu sobre a questão do Meio Ambiente e a quarta etapa fez a recapitulação dos conteúdos das etapas anteriores.

Embora os temas tenham seguido o roteiro previsto foi diferenciado quando de sua aplicação priorizando nos regionais Ceará e Nordeste os assuntos seguintes: as experiências de luta pela posse da terra no Ceará e no Nordeste, a luta dos moradores das ilhas do município de Sirinhaém que se tornou APA e dos pescadores de em torno da bacia do rio Jaboatão contra a poluição de dejetos industriais.

No regional Norte foram 60 participantes e os subtemas foram os seguintes: elaboração dos acordos de pesca, pesca predatória, pirataria, criação de reservas extrativistas nos manguezais, defeso de algumas espécies, seguro desemprego, piscicultura.

Além dos momentos alusivos à formação nos Regionais foram trabalhados ainda dois seminários no decorrer das assembleias nacionais. A primeira sobre: A intervenção do movimento dos pescadores e do CPP nas políticas públicas e no segundo: Organização política dos pescadores.

Na assembleia de 2002 cada regional cuidou da análise de conjuntura e nesta assembleia foi alterado o estatuto. A situação dos regionais foi analisada a partir dos temas: problemas e desafios; situação da equipe regional; o rumo do CPP, para onde queremos ir; e em que o nacional pode ajudar os regionais.

Nesta assembleia todo processo de avaliação segue a metodologia do Planejamento, Monitoramento e Avaliação/ PMA, já implantada na assembleia anterior, através da assessoria do então APD/CERIS que depois vai transformar-se no APD/CAIS. Este é um momento que do ponto de vista da ação social tem um processo de especialização e se volta bastante para a perspectiva de monitorar os efeitos dos projetos, os resultados dos trabalhos, principalmente por conta da exigência da co-operação internacional que vai se tornando mais exigente. Se avalia que as ações passaram a limitar-se muito em torno do monitoramento e avaliação dos projetos.

Nesse período o CPP é retomada a presença de um bispo na Diretoria, com a morte de pe. Humberto Plumm, Dom José Haring, bispo de Limoeiro do Norte/CE assume a presidência do CPP. Também neste mesmo período a Bahia passa a ser regional com a chegada do litoral do recôncavo que vai se juntar com a Diocese de Juazeiro

Em 2003, com a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca pelo governo Lula a pastoral propicia a realização de um seminário sobre políticas públicas para a pesca artesanal, juntando muitos pescadores a outros atores políticos como organizações, entidades, universidades, afim de que a sociedade organizada pudesse interferir nos rumos daquela secretaria. Apoiou ativamente a realização da primeira Conferência da Pesca e logo na primeira ficou explicito os rumos da secretaria e foi evidente o descontentamento dos pescadores, em forma de protesto a pastoral junto com alguns pescadores se retirou antes do encerramento dela. Durante um período o CPP participou ativamente de forma crítica do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE), até o momento de uma avaliação sobre o uso político de sua imagem para legitimar processos que não levavam em consideração a pesca e os pescadores artesanais e revelavam uma falsa participação, decidindo então pela retirada daquele espaço.

No campo da relação internacional o CPP passa a se relacionar com a Redemanglar Internacional, importante articulação em nível de América Latina que articula pescadores, entidades e pesquisadores da Zona Costeira e enfrentam problemas com a carcinicultura. No ano de 2004 há uma Assembleia Eletiva da Redmanglar em Fortaleza no Ceará que aponta as ações para o próximo período.

No ano de 2006 a pastoral junto com os movimentos e comunidades pesqueiras e outras entidades promove no Ceará um seminário Nacional para refletir, aprofundar e denunciar as violações de direitos e impactos causados pela carcinicultura às comu-



Seminário manguezais e Vida Comunitária 2006

nidades pesqueiras. Este seminário já era fruto de um processo de acompanhamento nos vários regionais de processos de conflitos das comunidades com os empreendimentos de carcinicultura. E produziu uma crítica contundente que vai junto com outros processos fortalecer o enfrentamento das comunidades aos projetos de carcinicultura fazendo também uma crítica incisiva aos órgãos ambientais. E vai-se lograr êxito de barrar a ação da carcinicultura no Brasil até a aprovação do código florestal.

Em 2006 o CPP participou junto com outras entidades da sociedade civil da construção do Contra informe para o Comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas/ONU denunciando as inúmeras violações de direitos do Brasil. Coube ao CPP fazer a denúncia das violações que os empreendimentos de carcinicultura estavam causando às comunidades pesqueiras, o que gerou recomendações para o governo Brasileiro. Todo este processo vai empoderar o enfrentamento dos movimentos sociais no Conselho Nacional do Meio Ambiente/CONAMA nos questionamento e construção de resoluções que protegem os manguezais

Nos anos de 2008, 2009 o CPP, os pescadores e outras entidades acumulam a crítica à política de pesca do governo Lula fazendo uma avaliação profunda e percebendo que o sentido da sua criação foi para favorecer a pesca industrial e a aquicultura empresarial. Neste tempo, onde vai cada vez ficando mais clara a perspectiva desenvolvimentista do governo é desafiador para o CPP neste tempo conseguir colaborar com as comunidades pesqueiras numa leitura crítica mais elaborada a estes processos ao tempo que os conflitos socioambientais com as comunidades vão crescendo em progressão geométrica.

Em 2009 é realizada uma conferência paralela da pesca artesanal que conta com todo apoio, força mobilizadora da pastoral no apoio aos movimentos de pescadores o que vai fazer surgir um novo movimento de pescadores e pescadoras, o MPP e o CPP vai colocar grande parte das suas energias para ajudar a fortalecer um movimento crítico, autônomo, de base que fortaleça a luta dos pescadores num momento tão difícil para as comunidades e com tantos desafios.

O CPP contribui com as comunidades pesqueiras no debate sobre território pesqueiro, subsidiando a discussão que o movimento vinha fazendo e problematizando através de um seminário nacional que acontece em Olinda no ano de 2010. E depois vai apoiar a realização e difusão da campanha pelo território pesqueiro em todo território nacional, o que dá novo impulso a luta dos pescadores, mas também a ação do CPP, possibilitando reaproximar-se com áreas de anterior atuação, bem como de novas áreas sendo provocado a construir o serviço pastoral em novas áreas. A Campanha vai ter o apoio político da CNBB, através da articulação do CPP junto aos pescadores e pescadoras no secretariado geral da CNBB que vai participar do lançamento, passando a se sensibilizar com a realidade dos pescadores e pescadoras artesanais e a Igreja sempre que vai tocar em suas cartas de apoio nos indígenas e quilombolas, vai lembrar também dos pescadores e pescadoras artesanais.

De 2011 até os dias atuais o CPP junto com outras Pastorais Sociais do Campo como a Comissão Pastoral da Terra, Conselho Indigenista Missionário/CIMI, Caritas, Serviço Pastoral dos Migrantes e da Pastoral da Juventude Rural, vão construir um processo de aproximação em articulação diante do contexto de aumento de violência contra os Povos e Comunidades tradicionais e do afastamento da CNBB das discussões das questões da Terra e da falta de uma crítica mais profética diante do Estado. Serão anos de partilhas das vivências de cada pastoral e de construção de solidariedade mútua. De atuação conjunta junto a CNBB para que esta assuma atitude profética diante da situação dos Povos, de apoiar a articulação e fortalecimento da unidade entre os povos e comunidades tradicionais, bem como de se posicionar conjuntamente diante da sociedade

em momentos importantes onde os direitos dos povos estão sendo aviltados de forma mais drástica. Assim são organizados encontros ampliados conjuntos, formações de formadores, e junto com os povos e comunidades tradicionais construímos o encontro sobre Estado e comunidades tradicionais por ocasião da 5ª Semana Social com o apoio da CNBB, sendo até definido que o tema da Campanha da Fraternidade no ano de 2016 fosse sobre os Biomas e os Povos e Comunidades tradicionais. Sendo que as pastorais participaram na elaboração do texto base da Campanha da Fraternidade e os povos participaram do lançamento da Campanha daquele ano.

De 2011 até os dias atuais foi retomado o processo de formação sistemático com o apoio de DKA onde passou-se a juntar todos os agentes. Na sua primeira etapa possibilitou o fortalecimento da identidade e ação dos agentes do CPP a partir de temáticas, criando uma unidade de leitura da realidade e do contexto que atingia os pescadores e pescadoras. Possibilitou o conhecimento do conjunto do CPP, juntando agentes de trajetória mais longa na pastoral a agentes recém-chegados. O segundo período a partir de 2014 possibilitou dentro de um programa permanente de formação continuada um processo de avaliação da metodologia da ação do CPP que contou com um seminário inicial nacional com todos os agentes aonde foi refletido de forma geral os desafios da atuação, principais dificuldades bem como os termos de referência para o processo de avaliação. E com a colaboração de assessoras externas de uma entidade de nome SOS Corpo foram realizadas oficinas, entrevistas, visitas aos 5 regionais com suas várias equipes de base. Realizou-se um segundo seminário para a devolutiva da avaliação o que suscitou muitas questões que apontaram necessidades de aprofundamento metodológico e pedagógico, bem como questões políticas a serem trabalhadas. Assim foram apontadas dificuldades, fragilidades, fortalezas, acertos, aprendizados, potencialidades e perspectivas. Atualmente, a partir do rico processo de avaliação a continuidade da formação está propiciando uma perspectiva de reflexão da ação permitindo a sistematização e construção de princípios coletivos comuns mínimos de uma prática pedagógica baseada na educação popular e nos princípios de uma Igreja popular encarnada no evangelho a partir dos pobres em vista da construção do Reino de Deus. O contexto da prática político pedagógica do CPP está colocada em um cenário sociopolítico de muitas perdas de direitos, motivo de agravamento dos conflitos das populações pesqueiras, que sinalizam cada vez mais para a ausência e o distanciamento da desvalorização da identidade e consequentemente da cultura ancestral desses povos. Essas questões desafiam o significado que damos como agentes responsáveis por essa atuação, sobre o fazer metodológico do CPP, na perspectiva pedagógica numa proposição de estar em maior sintonia.

No ano de 2016 o CPP abre um escritório político em Brasília, com o objetivo de atuar de forma mais sistemática no poder executivo federal uma vez que as demandas dos pescadores e pescadoras artesanais passam por essa esfera. Essa decisão foi precedida de uma avaliação do Conselho que definiu que diante o agravamento do contexto das comunidades essa estratégia seria importante, pois poderia resultar em maior eficácia nas incidências. A presença do CPP em Brasília tem possibilitado ainda maior relação com as pastorais sociais, CNBB e com movimentos sociais em geral.

Por fim um processo coletivo e animado está construindo a celebração dos 50 anos do CPP e está sendo um tempo importante de retomada, valorização e aprendizado de toda caminhada do CPP ao longo dos 50 anos na sua atuação no Brasil celebrando a ação junto aos pescadores, fazendo memória da caminhada e das pessoas que contribuíram com este processo, bebendo nas fontes inspiradoras da mística e espiritualidade da igreja popular junto aos pescadores, refletindo sobre os desafios atuais e futuros numa perspectiva de melhor servir aos pescadores e pescadoras artesanais e suas comunidades.

PARA REFLEXÃO

■ Complementar com elementos importantes da história.

■ O que mais chamou nossa atenção neste período?

■ Que lições tiramos para a pastoral nos dias de hoje?

BIBLIOGRAFIA

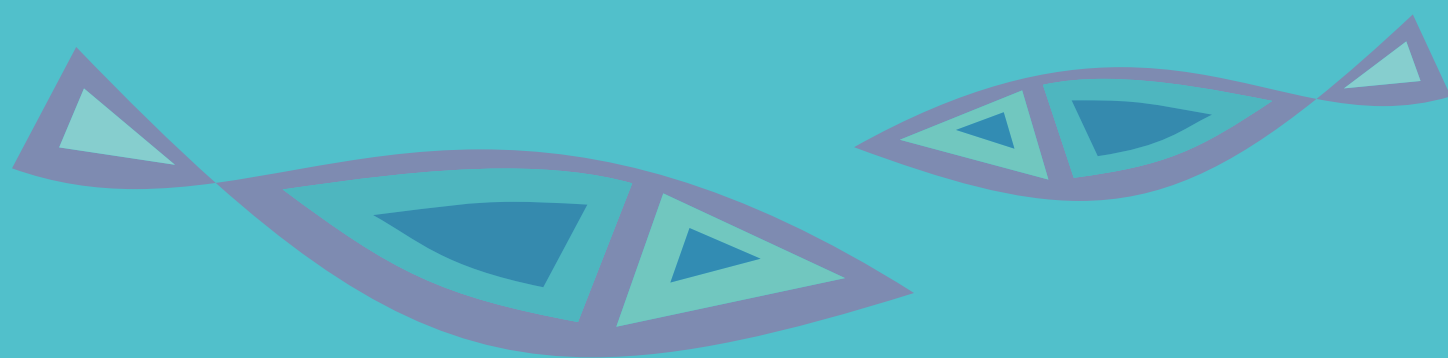
- II etapa do curso de formação do Conselho de Pastoral dos pescadores Regional Norte. Novembro de 1999
- III etapa do curso de formação do Conselho de Pastoral dos pescadores Regional Norte. Junho de 2000
- Relatório do Secretariado Nacional do CPP. Março de 1999 a março de 2000
- Relatório do Programa de formação Nacional do CPP – Olinda . Julho 1998 – Julho de 2001
- Reunião da Coordenação Nacional. Recanto do Pescador – Olinda, Pernambuco. 29 a 31 de janeiro 2001
- Relatório da I etapa do curso de formação do Conselho de Pastoral dos Pescadores – Regionais Nordeste e Ceará. Abril de 1999
- Relatório da II etapa do curso de formação do Conselho de Pastoral dos Pescadores - Regional Norte. Junho de 1999
- Relatório da II etapa do curso de formação do Conselho de Pastoral dos Pescadores – Regionais Nordeste e Ceará. Agosto de 1999. Relatório da III etapa do curso de formação do Conselho de Pastoral dos Pescadores – Regionais Nordeste e Ceará. Maio de 2000
- Relatório da Assembleia Geral do CPP. Centro de Formação Recanto do Pescador – Olinda, Pernambuco. 28 de Fevereiro a 03 de março de 2002
- III Semana Social Brasileira – Jubileu do ano 2000 (PRNM, n. 127) - Bernardo Siry – Secretário Nacional do CPP
- Assembleia geral Eletiva do Conselho Pastoral dos Pescadores . Recanto do Pescador – Olinda – Pe. 07 a 10 de março de 2001
- Coordenação Nacional – 5 a 7 de abril de 2001
- Reunião da Coordenação nacional – recanto do pescador – Olinda Pe. 27 de fevereiro, de 2002
- Reunião da Coordenação nacional – Olinda , Pernambuco. 18 a 19 de agosto de 2000
- Relatório da Assembleia nacional do Conselho Pastoral dos Pescadores. Olinda – Pernambuco. 04 a 08 de março de 2008
- Relatório da IV etapa do curso de formação. Sede da CNBB – Norte II. 15 a 17 de 09 de 2000
- Relatório da IV etapa do curso de formação do Conselho de Pastoral dos Pescadores. Regional Norte – Setembro de 2000
- 30 Anos Pastoral dos Pescadores (3) – O Leme. Ano 1972
- Relatório CPP – A lição dos quinhentos anos. Olinda, Recanto dos pescadores – 12 de fevereiro de 1992- Eduardo Hoornaert.
- Ação direta de inconstitucionalidade – Liminar nº 00000853/6000 – Supremo Tribunal Federal – 07 de fevereiro de 1992
- Políticas pesqueiras implementadas no país – São Paulo 01 de setembro de 1998. Sonia Maria Guerra Ferreira – Pastoral dos Pescadores – Regional Sul.
- Relatório de Assembléia geral eletiva do CPP . Em Olinda 01 a 03 de julho de 1997 – Centro de formação Recanto dos pescadores. – Genero e cultura.
- Relatório da Assembleia Geral Ordinária do CPP – Olinda março de 1995.
- Relatório de Assembléia Nacional do CPP – Recanto do Pescador – Olinda Pernambuco 26 de fevereiro a 01 de março de 1991.
- Ata da Assembleia geral ordinária do CPP – Olinda 28 de fevereiro de 1991
- Catequese Radiofonica de Pescadores no nordeste brasileiro. Comissão pastoral dos pescadores – Rua Giriquiti 48 Boa Vista – Recife – Pe.
- Estudo Bíblico para agentes de pastoral do CPP – Recanto do Pescador – fevereiro 7 a 9 de 1990
- Revista Ecologia e desenvolvimento nº 25 – A ética do pescador Artesanal – Março de 1993.
- Relatório de Experiencias dos pescadores – CPP. Igarassu – Pe Fevereiro de 1975 a outubro de 1976
- Boletim – O Leme nº 5 julho de 1978 – Pescadores rumando para sua promoção.

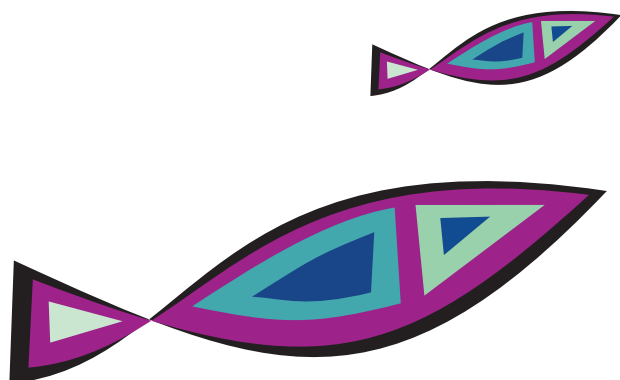
- Boletim – O Leme nº 6 dezembro de 1976 - Pescadores rumando para sua promoção.
- Boletim – O Leme nº 27 abril de 1977 – Pescadores rumando para sua promoção.
- Relatório da Assembleia geral do CPP – Legislação Pesqueira - Olinda Pernambuco. 11 a 13 de dezembro de 1998
- Ata da Assembleia geral do CPP – Olinda Pernambuco . Fevereiro de 1974
- Relatório de atividades do CPP Nacional – Olinda Pernambuco. Fevereiro de 1998
- Relatório da coordenação Nacional – Olinda Pernambuco. 18 a 20 de dezembro de 1999
- Relatório do Encontro Nacional de Agentes do CPP – Olinda Pernambuco. 06 a 10 de fevereiro de 1990
- Relatório do Seminário nacional do CPP – Olinda Pernambuco . 10 de outubro de 1999
- Relatório – Visão Geral da Pastoral dos pescadores – Região Nordeste II- Olinda Pernambuco. Novembro de 1976
- Relatório de IV Assembleia do CPP – Olinda Pernambuco. 17 a 22 de novembro de 1984
- Ata da III Assembleia Nacional – Olinda Pernambuco. 19 a 22 de novembro de 1981
- Ata da Assembleia Nacional – Olinda Pernambuco 28 de fevereiro de 1991
- Encontro Nacional de agentes do CPP – Olinda Pernambuco 07 a 08 de março de 1989
- Reflexão do Padre Servart – O papel do CPP
- Relatório de atividades do CPP – Março de 1983 a 1987
- Relatório de atividades do CPP – janeiro a agosto de 1980
- LEME vários númros dos anos de 1980, 82, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 94;
- Caminhar Juntos / Boletim informativo . Nº 123 – Especial – Ano 1987 - Diocese de Juazeiro
- Relatório do III Encontro da Comissão Nacional – Olinda 1 a 3 de agosto de 1980
- Relatórios assembleias nacionais do CPP 2005, 2008, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016
- Relatório de Avaliação externa de Misereor -2014
- Relatório Seminario sobre Território Pesqueiros- 2010
- Relatório 1ª Conferencia Nacional da Pesca Artesanal -2009
- Relatório 1º Seminario sobre Políticas Públicas para a Pesca Artesanal -2003
- Relatório do Seminário e Vida Comunitária: os impactos socioambientais da carcinicultura- 2006
- Relatório Lançamento da Campanha Nacional pela Regularização do Território Tradicional Pesqueiro-2012



PARTE II

Identidade
MÍSTICA E ESPIRITUALIDADE
no Conselho Pastoral
dos Pescadores - CPP





INTRODUÇÃO

Esse texto tem por objetivo refletir a identidade, mística e espiritualidade a partir da vivência do CPP ao longo de 50 anos de caminhada junto aos pescadores e pescadoras artesanais espalhados/as no mar, nas praias, rios, lagoas e açudes, de Norte a Sul do Brasil. A identidade, mística e espiritualidade libertadora vivenciada no CPP é feita de muitas mãos, dos muitos sotaques, dos sonhos e esperança coletiva no projeto do Reino de Deus.

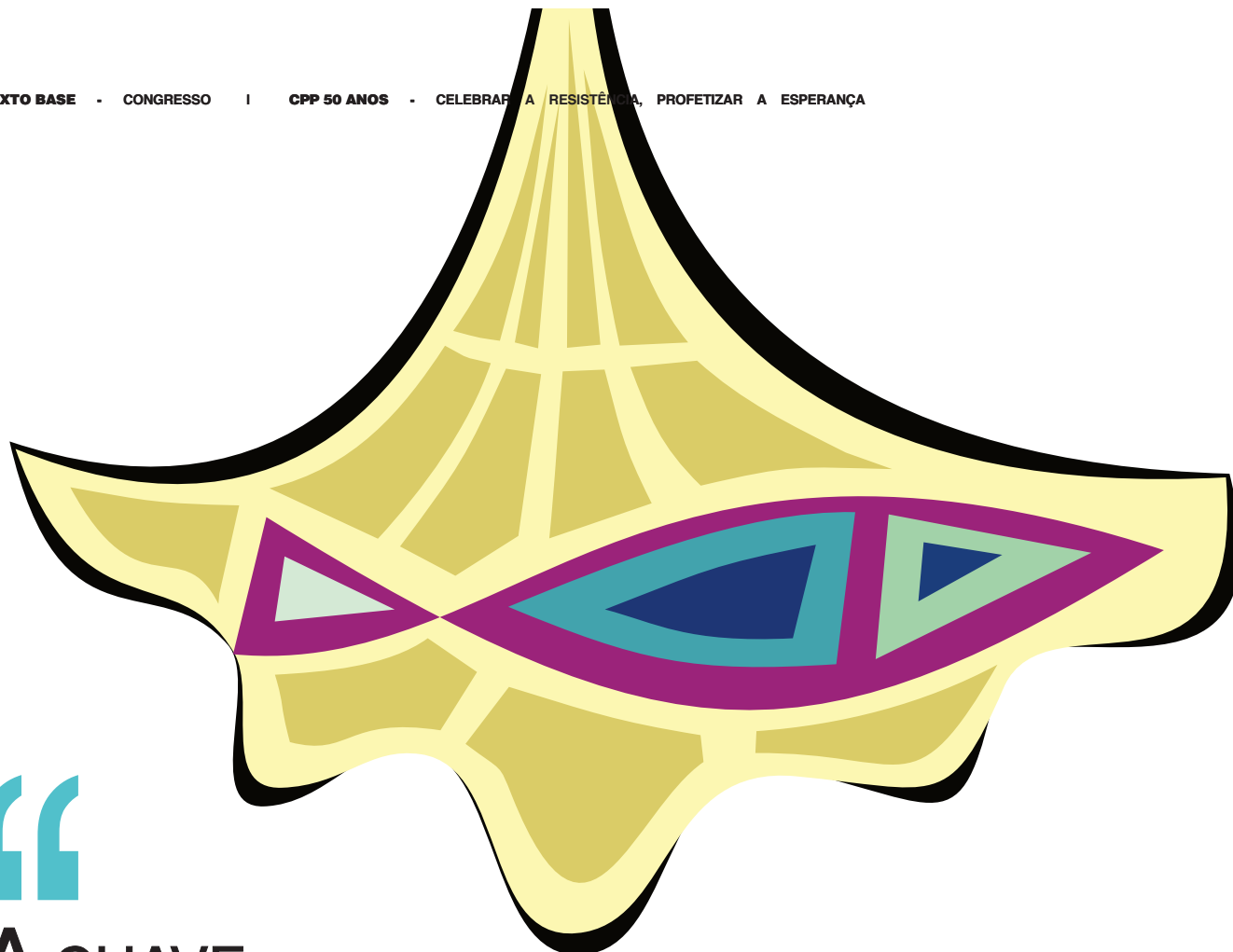
Em nossas mãos o entendimento coletivo da nossa construção pastoral sobre as nossas vivências junto aos pescadores e pescadoras artesanais. Nossa espiritualidade libertadora é comprometida com a promessa do novo céu e da nova terra, com a ação transformadora da Igreja Popular. A mística que acontece entre nós é alimento que anima e dá força para continuar na caminhada por dias melhores, nas diversas lutas das comunidades tradicionais pesqueiras do Brasil.

As marcas profundas da nossa identidade pastoral é revelada e construída no cotidiano com os pescadores e pescadoras artesanais, nos espaços comum de formação, de luta e vivência. Esses são espaços privilegiados onde os sorrisos, olhos e atenção são voltados para a construção de projetos libertários, de autonomia e de construção de novos rumos.

Muito do que se encontra em cada linha deste caderno está entrelaçado na vivência pastoral, no grande círculo que não se fecha mais se amplia para novas experiências. O CPP tem um rosto marcado pela esperança viva dos povos e comunidades tradicionais. Nós aprendemos em cada vivência a se refazer, se reconstruir, se reconectar com a Casa Comum na perspectiva da construção da Terra Sem Males para o Bem Viver.

Entre jangadas e canoas nossa identidade, mística e espiritualidade é alimentada pelas estrelas que vão revelando segredos somente aos homens e mulheres das águas, que na convivência do dia a dia podem entender o ritmo que somos carregados pelas correntezas do mistério profético de “Movidos pela força libertadora do Evangelho, colaborar com os pescadores e as pescadoras nos justos anseios de suas vidas, respeitando sua cultura, estimulando suas organizações, tendo em vista a libertação integral e a construção de uma nova sociedade

Boa leitura!!!



“

A CHAVE
DO MÍSTICO É
PROCURAR VER
O QUE ESTÁ POR
TRÁS DE CADA
COISA, O QUE
A CONSTITUI
E SUSTENTA.
NÃO FICAR
PRESO AO
SUPERFICIAL, MAS
FAZER DE TUDO
UM SÍMBOLO, UM
SACRAMENTO,
UMA IMAGEM.

—
Leonardo Boff

1. IDENTIDADE, MEMÓRIA E TRAJETÓRIAS DO CPP

O Conselho Pastoral dos Pescadores é uma Pastoral Social vinculada a Comissão Episcopal Pastoral para Ação Social Transformadora, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Somos agentes pastorais, leigos/as, religiosos/as e padres comprometidos com o serviço junto aos pescadores e pescadoras artesanais na construção de uma sociedade justa e solidária, **fazendo surgir os sinais do Reino de Deus diante das mulheres e homens da pesca artesanal.**

A identidade coletiva do CPP é constituída pela contribuição dos/as pescadores/as, agentes, assessores/as, somando-se à história do povo das comunidades, das praias, das beiras dos rios, das lagoas, dos igarapés, dos mangues, dos campos e das cidades onde vivem. Nossa identidade é marcada pelo companheirismo que é feito de profecia, denúncia e anúncio da Boa Nova. Carregamos em nós alegrias, lutas, conquistas e encontramos diversos irmãos e irmãs de caminhada na construção da rede, que envolve todas as lutas. Iluminados/as pela Palavra de Deus somos testemunhos vivos da Igreja em saída, estamos aliados com os povos na justa luta do cuidado com a Casa Comum.

A Mística no CPP é força que anima e não nos deixa desistir, faz continuar teimando e acreditando que ***“haveremos de ver, qualquer dia chegando a vitória, o povo nas ruas contando a história. Crianças sorrindo em toda a nação”***; e na certeza da chegada do dia da distribuição do maná que caminhamos lado a lado com os sujeitos históricos e preferenciais de Jesus, os pescadores e pescadoras artesanais. A mística alimenta a nossa identidade pastoral e nosso compromisso com a profecia, com as forças que vão brotando em cada território no cotidiano pastoral.

A identidade do Conselho Pastoral dos Pescadores é parte da construção permanente da memória e da trajetória de 50 anos a serviço dos povos das águas no fortalecimento de sua organização comunitária por vida e dignidade. Seus valores e inspirações nascem do compromisso evangélico por terra e águas sem males, da força libertadora da palavra que brota vida e promove transformação para a superação das diversas formas de injustiça contra a *Casa Comum*.

A nossa Identidade e memória tem se apresentando como projeto de futuro escrito a muitas mãos, buscando incorporar as diversas formas de fazer e ser, considerando os muitos rostos e sotaques

“
AVANCEM PARA
ÁGUAS MAIS
PROFUNDAS,
E LANCEM AS
REDES PARA A
PESCA”

(Lc 5.4)

que estão à serviço do reino junto às comunidades tradicionais pesqueiras do Brasil.

Nossos trajetos são desenhados pelas forças das águas que movimentam e impulsionam a busca cotidiana a ser graciosidade evangélica junto as pescadoras e pescadores artesanais, respeitando e reconhecendo as suas diversidades étnicas, culturais e religiosas enquanto parte de uma cosmovisão comunitária necessária para a continuidade de suas práticas tradicionais e ancestrais.

Entre barcos, jangadas e seus diversos apetrechos de pesca, aprendemos coletivamente a construir percursos que compreende a importância da pesca artesanal e da garantia de seus ambientes cuidados pelos povos das águas, dessa maneira é possível garantir a relação com a criação.

É na maré alta que anunciamos que nossa identidade e memória são feitas de profecia e compromisso com o *Deus-Irmão* que se faz presente nas lutas contra o agronegócio, hidronegócio, minérionegócio que privatiza e mercantiliza os bens comuns, das diversas práticas de injustiça ambiental que provoca Racismo Ambiental contra os povos e comunidades tradicionais. Nossa identidade e memória é feita de profecia, no exemplo de dedicação e presença de Frei Alfredo Schnuettgen, Irmã Nilza, Dona Maria do Paraguaçu, entre outros tantos que dedicaram a vida em serem profetas e profetizas em defesa da construção de uma sociedade do Bem Viver.

Somos passos firmes entre mares e rios com identidade pastoral própria, atuando em diversas comunidades tradicionais pesqueiras profetizando a esperança e cuidando para não deixar cair a profecia, como sempre alertava Dom Helder Câmara. Estamos organizados em regionais, numa rede viva, espalhados pelo Brasil com uma diversidade de contribuições e memórias coletivas que vão desenhando essa grande rede.

1.1 O CPP nasceu e se consolidou no embalo da Igreja do Vaticano II

O “berço” que embalou o CPP nas suas origens e que lhe imprimiu seu caráter missionário, foram os “ventos” do Espírito da Igreja do Concílio Vaticano II. Eis a razão pela qual, hoje, podemos dizer com o PAPA Francisco, que servimos a uma Igreja “em saída” numa perspectiva libertadora, nas pegadas do Cristo anunciado no Evangelho.

O Concílio Vaticano II foi convocado pelo Papa João XXIII, em 25 de dezembro de 1961 e concluiu-se em 08 de dezembro de 1965. Em 1969, ano da fundação do CPP, o Concílio Vaticano II se consolidava para sempre como marco na existência da Igreja Católica. *Ao mesmo tempo em que destruiu velhos edifícios religiosos, construídos durante séculos, colocou em febril trabalho de reconstrução os mais diversos setores da igreja católica (LIBANIO, 2000, p. 77).* Em pouco tempo, o rosto da Igreja se transformava, assumindo novos traços na sua vida interna, assim como na dimensão missionária. Era “o começo de uma era”. (RESTORI, 2015, p. 64-5). “A busca e o respeito às Sementes do Verbo”¹, nos outros e nas diferentes culturas era um apelo emergente.

Em 1967, o Papa Paulo VI havia instituído o Pontifício Conselho “Justiça e Paz” (RESTORI, 2015, p. 69). A atividade missionária da Igreja assume novos e diferenciados contornos, incluindo o compromisso de promover no mundo a justiça e a paz à luz do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja. A Igreja procura perscrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho, visando responder aos anseios, às angústias e às tristezas dos homens (RESTORI, 2015 p. 69).

Em 1968, a Conferência de Medellín havia sido o primeiro passo da Igreja, como

PARA REFLEXÃO

- O que caracteriza a identidade do CPP?
- Que memórias precisam ser resgatadas?

¹ Decreto Ad gentes, um dos documentos do Concílio Vat II

rápida e criativa recepção do Concílio Vaticano II na América Latina. Expressou claramente o desejo da Igreja em se comprometer, em sua ação evangelizadora, a serviço do enorme contingente de pobres e excluídos, até então objeto de caridade, para se tornarem sujeitos de sua própria libertação e história. Com os temas abordados, justiça, paz, família, demografia, educação, juventude, demonstrou visivelmente que seguia as indicações do Concílio Vaticano II, a partir das leituras dos sinais dos tempos e do método VER – JULGAR – AGIR. Doravante, a atividade missionária da Igreja passa a ser entendida não só como anúncio do Evangelho, mas também como compromisso em prol da justiça, do autêntico desenvolvimento da libertação integral do ser humano. (RESTORI, 2015, p.92). O documento de Puebla, fruto da terceira Assembleia da Conferência Episcopal da América Latina e Caribe, é o documento que marca e conceitua a opção preferencial da Igreja aos pobres e ilumina o CPP. Nos ajuda a compreender que não se trata, pois do simples necessitado mas do oprimido, do explorado. Não designa apenas o indivíduo, mas a classe social explorada, a raça marginalizada, o grupo oprimido. Os números 31 a 49 do documento elenca o rostos dos pobres da América Latina: indígenas e afro-americanos, camponeses sem terra, operários, desempregados e sub-empregados, marginalizados e aglomerados urbanos, jovens frustrados socialmente e desorientados, crianças golpeadas pela pobreza, menores abandonados, carentes e mulheres. Classifica a pobreza anti-evangélica, que é sinônimo de exploração, de opressão, de situação desumana. Trata-se a pobreza a partir da dimensão sócio-política, isto é, generalizada e estrutural. O documento é bem explícito: “Ao analisarmos mais a fundo tal situação, descobrimos que essa pobreza não é uma etapa transitória, e sim produto de situações e estruturas econômicas sociais e políticas que dão origem a esse estado de pobreza, embora haja também outras causas da miséria” (30).

Quando fala em “Opção” quer dizer decisão, tomada de partido. Entre opressores e oprimidos (no caso latino-americano), a Igreja toma o partido dos últimos. Trata-se de uma decisão política (pois os pobres são fruto de uma estrutura sócio-política opressora), ética (é um imperativo moral) e evangélica (pois essa foi a opção de Jesus).

A opção pelos pobres implica numa mudança de lugar social. O lugar social condiciona o nosso discernimento: sensibilidade para perceber, leitura da realidade e decisão.

Se estamos, por exemplo, no lugar social do poder do privilégio, então a nossa leitura da realidade dificilmente se fará fora da perspectiva funcionalista. Iremos sem dúvida, privilegiar determinados valores como ordem, harmonia, tranquilidade. Nossa ação provavelmente se desenvolverá numa linha assistencialista. A própria leitura das Escrituras privilegiará os temas, os textos e os contextos, que justificam a visão funcionalista da Igreja e do mundo. No caso da Igreja, por exemplo, correremos o perigo de conceber a sua unidade de modo meramente vertical, isto é, uma unidade restrita ao dogma, à moral, à obediência aos legítimos pastores; uma unidade para cima e não para os lados também, isto é, unidade que implica comunhão de bens, questionamento da escandalosa presença de opressores e oprimidos na celebração da mesma eucaristia. Qualquer plano de pastoral supõe, como ponto de partida, o questionamento sobre o lugar social daqueles que vão elaborá-lo. (PUEBLA, 1979 p. 69)

A opção preferencial pelos pobres que inspira o CPP a partir do documento de Puebla é o ângulo, através do qual os bispos fazem a leitura da realidade latino-americana, abrem pistas, questionam, denunciam e anunciam. Esse ângulo levamos a sublinhar algumas dimensões da Cristologia, eclesiologia e evangelização, muito relevantes para a situação sócio-política do nosso continente que perdura até os tempos atuais. É de um determinado ponto de vista, a partir do lugar social dos pobres, portanto, a partir de baixo, a Igreja procura evangelizar a todos. Convida todos a uma conversão que implica em abraçar a causa dos pobres. É a partir

deles e através do seu dinamismo libertador, que a Igreja procura compreender o mistério do Reino (cf. Mt 11,25) para anunciá-lo ao mundo inteiro. Se existe nos pobres um potencial evangelizador (cf. 1147), então podemos afirmar que, na América Latina, uma parte da Igreja (hierarquia, religiosos, elites leigas) está constantemente sendo evangelizada pela outra parte (o povo pobre) através, principalmente, da interpelação e do questionamento, que conduzem à conversão, à solidariedade, ao serviço.

Ainda segundo Puebla a leitura funcionalista concebe a sociedade como um todo harmônico, ao qual nós devemos adotar, e que necessita apenas de remendos. Ela conduz sempre a uma ação assistencialista e desenvolvimentista, pois supõe que as reformas se façam dentro de uma estrutura sócio-política que deve permanecer inalterada. Desenvolver não é libertar, mas apenas trazer os que estão à margem de tal tipo de sociedade para dentro dela. A leitura dialética, ao contrário, permite descobrir os conflitos da sociedade, a estrutura geradora de opressores e oprimidos. Permite não apenas detectar os sintomas, mas também suas causas.

Esta perspectiva de Puebla se inspira em Jesus, pois a um povo oprimido, clamando por libertação, ele prega o Reino de Deus, que enfeixa todas as libertações históricas e as abre ao transcendente. Puebla o confirma: “...o Reino de Deus passa por realizações históricas, não se esgota nem se identifica com elas” (192-193). É a partir do lugar social dos pobres que ele anuncia o Evangelho da libertação (cf. 190-191). Sua morte foi consequência da causa que abraçou: a justiça para os pobres. Portanto, foi um assassinato, uma consequência “da injustiça e do mal do mundo” (194). Morte injusta que ele assumiu em atitude oblativa: gesto de amor ao Pai e redenção dos homens. Em virtude da encarnação, a sua paixão se prolonga no sofrimento de todos os oprimidos, de tal modo que devemos ver nos rostos dos pobres da América Latina (indígenas, afro-americanos, desempregados e subempregados, camponeses sem terra, operários, mulheres, pescadores e pescadoras, quilombolas etc.) “os traços do Cristo sofredor, o Senhor que nos questiona e interpela” (31-39).

Puebla nos inspira a olhar o rosto de Maria, da profetisa Maria de Nazaré, que: “No seu cântico Magnificat (Lc 46-55), proclama que a salvação de Deus tem muito a ver com a justiça em favor dos pobres.

Desde Medellín fortalecido por Puebla a Igreja em nosso continente mudou de lugar social: caminhou bastante do centro para a periferia, assumindo a causa dos pobres e participando da paixão do povo. Também o CPP está do lado dos pescadores/as vivendo com eles/as, as paixões do modelo de desenvolvimento capitalista que nega a dignidade da pessoa do pescador e de suas comunidades, que violenta seus territórios, que tira direitos das mulheres, que quer tirar o direito a previdência social, que destrói a criação, elemento fundamental para a continuidade da vida, da cultura e do trabalho.

O CPP, enquanto Pastoral Social nasce do serviço de Frei Alfredo, Ir. Nilza Montenegro que com outros e outras, foram vocacionados à missão de contribuir para que a Igreja pós conciliar do Vaticano II, intensifica sua presença solidária e transformadora no mundo. Partindo das praias de Olinda, em Pernambuco, vislumbrando a propagação e concretização do Reino de Deus, anunciado por Jesus Cristo, para além daquelas praias, alcançando os pescadores e pescadoras artesanais, que clamam nos diversos rios e mares do país.

PARA REFLEXÃO

■ Quais as contribuições do Concílio Vaticano II no fazer pastoral do CPP?

■ Enquanto pastoral social em que o CPP tem contribuído para transformar a realidade onde está inserido?

2. O CPP, UMA PASTORAL SOCIAL A SERVIÇO DA IGREJA NO MUNDO...

PARA REFLEXÃO

- O que diferencia o serviço Pastoral do serviço de outras organizações sociais?
- O CPP é uma pastoral de fronteira. Quais sentimentos e aprendizados experimentamos neste “lugar pastoral”?

Segundo o Concílio Vaticano II, na constituição pastoral *Gaudium et Spes*, “pastoral” consiste em se debruçar sobre as aspirações e as angústias do ser humano para lhes propor, a partir delas, a mensagem cristã. Pastoral não se limita a ação dos pastores, mas a ação de toda a comunidade, da Igreja. Num sentido amplo, Pastoral é toda a ação da Igreja e sua missão neste mundo. Pois, a Igreja não existe para si mesma, mas em função da sua missão de anunciar Jesus Cristo e fazer acontecer o Reino de Deus.

As Pastorais Sociais, integradas à Comissão Episcopal para a Ação Social Transformadora da CNBB, têm como finalidade ações sociais transformadoras e específicas, a solicitude da Igreja diante de situações reais de marginalização do povo de Deus.

O CPP se confirma, como PASTORAL SOCIAL, sendo esta um serviço evangélico da igreja junto aos diferentes setores de excluídos do mercado capitalista neoliberal. Não se limita a socorrer as pessoas como vítimas necessitadas. Assume estas pessoas como a parte explorada deste sistema que, escandalosamente, enriquece uns poucos para dominar os outros. Por isto, tem a decisão de contribuir para promover a dignidade, a cidadania e protagonismo destas pessoas. Para isto, as Pastorais Sociais acolhem e dialogam com as diversidades – religiosas, culturais, sexuais, entre outras. Têm o desafio de serem Pastorais Libertadoras. Colocam seus diferentes serviços, no seguimento de Jesus Cristo para que nele os marginalizados/excluídos tenham vida e a tenham num ambiente preservado” (PS-2, p.31).

Entre as diversas Pastorais Sociais, o CPP é sinal de fé e vida junto as comunidades tradicionais pesqueiras. Semelhante na missão, mística e espiritualidade. E, com rosto próprio, assume a missão de: “Anunciar aos pescadores e às pescadoras, a força libertadora do Evangelho”, entendendo “a missão como parte integrante da identidade cristã” (DAP, 144).

Na luta em defesa da vida, o CPP dá a razão de sua esperança (I Pd 3,15), mesmo entre os conflitos decorrentes do seu posicionamento frente ao sistema opressor. Sem negar os conflitos, procura, evangelicamente, enfrentá-los sem formas neutras nem violentas, “sem posturas passivas, triunfalistas em que a paz se resume à ausência de guerra”. E isto



Ihe requer capacidade de discernir para não sucumbir sob as tentações e os atropelos e fazer escolha entre o que é importante e urgente.

Daí que o CPP, ao buscar as áreas dos conhecimentos afins, também se sustenta numa mística e espiritualidade, no esforço de atualizar a presença de Jesus Cristo no mundo para ler a história e a realidade, com olhos e coração abertos, dentro dos limites humanos e históricos, não se deixando paralisar, mas sempre em missão, **“avançar para águas mais profundas e lançar de novo as redes para a pesca” – (Lc 5,4)**

3. A MISSÃO DO CPP - A RAZÃO DE SUA EXISTÊNCIA.

“
ANUNCIAR AOS
PESCADORES E
ÀS PESCADORAS A
FORÇA LIBERTADORA
DO EVANGELHO
REVELADO AOS
POBRES E POR MEIO
DELES PROMOVER
A TRANSFORMAÇÃO
DAS ESTRUTURAS
GERADORAS
DE INJUSTIÇA,
TORNANDO-OS
AGENTES DE
SUA HISTÓRIA E
CONSTRUTORES
DE UMA NOVA
SOCIEDADE”.

A Exortação Apostólica de Paulo VI, *Evangelii Nuntiandi*, de 1975, diz que a Igreja não pode ensurdecer-se à voz de milhões de filhos da Igreja condenados a margem da vida (n. 30), pois há um laço profundo de ordem teológica que não dissocia o plano da Criação do Plano da Redenção, ambas abrangem situações concretas de injustiças a serem combatidas e de justiça a ser restaurada (Panazzolo, 72). Em Cristo, o Reino não é só anunciado, cumpre-se plenamente. A missão é vocação, é identidade da Igreja. Pertencer à Igreja de Cristo, implica obrigação de testemunhar a fé e a vida cristã como serviço aos irmãos e como resposta da vida dada por Deus (cf. *Redemptoris Missio* p. 11), pois o amor de Deus se revela na responsabilidade pelos outros. Se “a esperança é, para nós, como uma âncora” (Heb 6,19), precisamos ancorá-la na vida concreta dos desesperados (SUESS, 2012).

Compreendemos a missão como um dar e receber, semear e colher. Tal compreensão nos torna vigilantes para não nos fecharmos em nós mesmos, mas abrir-nos às diversidades culturais e modos diferentes de outros e outras viverem a fé. A missão precisa ser dialógica, coerente com as próprias convicções religiosas, sem restrições, na verdade, lealdade e humildade (PANAZZOLO, 81). Assim, missão é para nós paixão e testemunho da alegria da fé que nutre nossa utopia, a utopia do Reino anunciado por Jesus de Nazaré, “para que todos tenham vida em abundância”.

Em Jesus, a missão está sempre na relação com as urgências e clamores no mundo, nunca no abstrato, deslocada do tempo, do espaço e da cultura – faz uns enxergarem, outros andarem, instrui ignorantes de corações duros, denuncia hipocrisia de outros, multiplica pães e peixes para alimentar multidão faminta. Vê as multidões cansadas e abatidas, como ovelhas sem pastor (Mt 9,16). Desta compaixão nasce a missão com paixão. Jesus sente a urgência da missão e se posiciona contra tudo o que oprime e marginaliza. Põe-se a restabelecer a harmonia, a harmonia das pessoas consigo mesmas, com os outros, com a natureza abalada pelo pecado (cf. Gn 3, 14-20).

A solidariedade de Jesus como profeta dos pobres, oprimidos, e excluídos o levou a um confronto com os poderosos, enfrentando o conflito, o sofrimento, a rejeição e a morte (PANAZZOLO, 104-105). Esta missão não exclui ninguém, nem uniformiza. É universal

e solidária, constrói unidade na diferença. A profecia da missão nos desafia a sermos pessoas fortes e corajosas, criadoras do novo, sabendo-nos guiadas pelo Espírito Santo, àquele que *renova a face da terra* (Sl 104,30).

Assim, em missão testemunhamos ao mundo o que está acontecendo em nós, e não nos reduzimos ao “fazer” adeptos. Com esta compreensão de missão na Igreja, como Pastorais Sociais, no CPP, celebramos 50 anos reafirmando e ressignificando nossa missão junto aos pescadores e pescadoras orientada nos eixos de ação pastoral: Território e Meio Ambiente; Direitos Sociais e Organização; Fortalecimento da Economia Solidária das comunidades tradicionais pesqueiras.

Quatro **objetivos** principais orientam o nosso agir missionário:

- I** - Ser presença de gratuidade evangélica no meio dos pescadores e das pescadoras, cultivando assim as sementes do Reino que existe no meio deles e delas;
- II** - Movido pela força libertadora do Evangelho, colaborar com os pescadores e as pescadoras nos justos anseios de suas vidas, respeitando sua cultura, estimulando suas organizações, tendo em vista a libertação integral e a construção de uma nova sociedade;
- III** - Animar, formar e articular fraternalmente as pessoas que trabalham a serviço dos pescadores e das pescadoras nesta Pastoral;
- IV** - Lutar por todos os meios necessários para defesa e preservação do meio ambiente.

Consequentemente, quem se coloca a serviço no CPP, é convocado a cultivar uma mística e espiritualidade coletiva que desperta para o serviço do mandamento Evangélico – amar a Deus acima de tudo, amando o outro como a si mesmo (Lc 10,27), correndo riscos inerentes a atitude de quem se dispõe a **avançar para as águas profundas e lançar, de novo, as redes para pescar** (Lc 5,4). Nesse sentido somos chamados/as a ser presença viva e exemplo pedagógico no processo de libertação. A mística e a espiritualidade que movimenta os agentes de pastoral do CPP nascem de princípios construídos coletivamente, no aprendizado cotidiano e nas práticas da ação pastoral. É identidade do CPP e do conjunto dos seus agentes a profunda identificação com o trabalho de base junto às comunidades pesqueiras; conhecer os objetivos e os princípios do CPP enquanto prática coletiva; está envolvido nas diversas atividades e na vida orgânica da pastoral, na abertura para as diversas vivências e convivências comunitárias; na construção permanente em processos formativos; na construção de processos avaliativos da caminhada pastoral. Esses são os nossos princípios que tem origem na força libertadora da palavra e no exemplo profético de Jesus de Nazaré.

“Nas águas da organização pescamos vida e dignidade”.

Vivemos por aquilo que acreditamos! Sem mística, toda a ação evangelizadora e missionária corre o risco de se reduzir a uma técnica pastoral. Pelas suas finalidades, método, mística e espiritualidade, a ação evangelizadora é em primeiro lugar uma verdadeira e profunda experiência², pessoal do Deus de Jesus Cristo (PANAZZOLO, 116).

3.1 O apelo divino que está dentro do CPP – a Mística.

Mística, palavra originada do grego (mysterion)³ – Mistério! É o caminho para chegarmos ao grande mistério do segredo do plano divino que dá sentido à vida humana. Refere-se ao mistério que nos faz viver, é o sentido que tende a harmonizar a natureza com as coisas, entre nós e com Deus. É o fio condu-

PARA REFLEXÃO

- Em que concretamente, o CPP tem contribuído para “a transformação das estruturas geradoras de injustiça”?
- Quais são as evidências de que o CPP tem ajudado as pescadoras e pescadores a se tornarem “agentes de sua história e construtores de uma nova sociedade”?

² Experiência entendida como uma vivência refletida e assimilada.

³ cf. Mc 4,11; 1Cor 2,1.7; Cl 1,27; Ef 1,9).



tor, uma linha invisível que une a memória e os sonhos, a história e a utopia, o passado e o futuro e que faz do presente uma grande festa, uma grande celebração; inspira práticas que enfrentam qualquer dificuldade e sustenta a esperança no momento do fracasso.

Para nós, no CPP, MÍSTICA é a força pela qual nós aderimos a Jesus Cristo e com Ele entramos na intimidade com o seu e nosso Deus, com seu projeto de libertação e salvação. Esta mística envolve nossos mais íntimos desejos, motivações, anseios e alegrias. Tem a ver com o mistério do amor de nossas profundidades que evoca a paixão que nos impulsiona para a missão junto aos povos das águas, assumindo os conflitos inerentes a este risco de “lançar as redes em águas mais profundas”. Águas, muitas vezes, turvas e poluídas, aprisionadas pelas armadilhas do agro e hidronegócio que tentam ceifar nossas vidas e nossa profecia. Águas que, no rosto e na voz das pescadoras e pescadores, clamam pelo resgate da beleza de sua vitalidade cristalina, na teimosia e resistência em perpetuar a vida gerada desde as origens, quando “o Espírito de Deus pairava sobre as águas” (Gn 1,2). O Papa Francisco tem externado essa preocupação com a perda e a beleza da criação. É preciso, segundo ele, “tomar dolorosa consciência, ousar transformar em sofrimento pessoal aquilo que acontece com o mundo, e assim reconhecer a contribuição que cada um lhe pode dar” (LS, n. 18).

Mística é, pois, o motor secreto de todo compromisso, aquele entusiasmo que anima permanentemente o militante, aquele fogo interior que alenta as pessoas na monotonia das tarefas cotidianas e, por fim, permite manter a soberania e a serenidade nos equívocos e fracassos. É a mística que nos faz antes aceitar uma derrota com honra, que buscar uma vitória com vergonha, porque fruto da traição aos valores éticos e resultado das manipulações e mentira. (Leonardo Boff)

Esta mística, apelo do Deus da vida dentro de nós e dentro do CPP, nos imprime um modo de comprometer-nos com um jeito de viver a vida e missão entre as contradições do mundo e a persistência nos horizontes do Reino de Deus. Ou seja, nos leva a viver uma espiritualidade cristã de resistência, capaz de dialogar e somar com as diversidades encontradas nas “águas, nas praias, nas barrancas, nos igarapés e nos mangues” da missão.

Mística, espiritualidade e missão para nós cristãos são coisas inseparáveis! Uma experiência profunda com o Deus da Vida, com o Cristo Libertador, necessariamente nos leva a um engajamento profundo e gratuito em favor da vida.

Daí a missão é consequência de nossa profunda experiência mística com a pessoa de Jesus Cristo, é testemunho dessa experiência que se dá “no ir ao encontro do outro/a para gerar sentido e condições de viver em abundância (Jo.10,10). Nossa espiritualidade se traduz neste jeito de estar em missão.

PARA REFLEXÃO

■ Qual a força e motivações sustentam a ação do CPP junto aos pescadores e pescadoras artesanais?

4. ESPIRITUALIDADE, A “CHAMA SAGRADA QUE ESTÁ DENTRO DO CPP”

“
CARREGAMOS
EM NÓS ESTE
TESOURO
EM VASO DE
BARRO, PARA
DEMONSTRAR
QUE ESTE
PODER QUE A
TUDO EXCEDE
PROVÉM DE
DEUS E NÃO
DE NÓS MESMOS

(2Cor 4.7).

A palavra **espiritualidade** (ruah – em hebraico) tem sua raiz na palavra ESPÍRITO⁴. São várias as espiritualidades e vários são os conceitos e definições. Enquanto CPP referimo-nos à **espiritualidade cristã**, latino-americana, a espiritualidade da libertação, a “espiritualidade de pé no chão”, capaz de testemunhar a esperança, ponto central da fé bíblica, que sustenta e transforma a vida (SPE SALVI, 2)⁵. Carregamos dentro de nós esta chama sagrada, coberta pelas cinzas de uma vida distraída das coisas essenciais. Buscamos remover tais cinzas e despertar a chama sagrada⁶.

Compreendemos a espiritualidade não como coisa da religião. Mas como vida segundo o Espírito Santo de Deus – e “o Espírito sopra onde quer”, não restringe aos nossos conceitos e limites de crenças, filosofias ou instituições religiosas. É uma humanidade mais profunda, sempre solidária, cooperativa, ligada a todas as redes de vida. Reforçamos tudo isto entre nós para que tenhamos energia para superar as tentações do consumo, como uma espécie de ‘peixe de piracema’, nadando contra a corrente até a fonte onde ele desova e recomeça a vida. É o desafio do amor - “Sempre é possível desenvolver uma nova capacidade de sair de si mesmo rumo ao outro” (LS, n. 208).

A espiritualidade produz dentro de nós uma mudança, uma transformação capaz de dar um novo sentido à vida ou de abrir novos campos de experiência. Tem a ver com experiência, não com doutrina, dogmas, ritos, celebrações. Estes são caminhos institucionais capazes de nos ajudar na espiritualidade (Leonardo Boff).

Para nós no CPP, a espiritualidade tem raízes na vida de Jesus e na vida concreta das comunidades pesqueiras e dos povos latino americanos. Os Evangelhos contam que Jesus andava de olhos abertos pela sua terra, deixava-se tocar pela fome das multidões, pela doença de homens e mulheres, pela exclusão dos leprosos. Ao longo de sua existência, os/as agentes do CPP sempre aprendem com Jesus, deixam-se tocar pela situação difícil dos pescadores e pescadoras nas lagoas, rios e mares de Norte a Sul do Brasil, reúnem-se com eles/elas para compreender sua situação e juntos procuram caminhos e becos de saídas dos problemas que lhes afligem.

Por essa espiritualidade cristã inclusiva e dialo-
gal com as diversas formas de espiritualidades



encontradas nas águas e terras de missão, as/os agentes no CPP, bem como os demais que se põem neste serviço, são capazes de grandes renúncias, com serenidade e paz sofrida, vivenciada e doada. São conhecedoras/es de suas fragilidades como seres humanos, vivem do perdão e reconciliação, investindo suas potencialidades e energias com paixão e otimismo, reconhecendo que tudo é graça, dom de Deus Mãe e Pai (PANAZZOLO:2006, p. 126). Somos acreditadores de que nosso Deus está agindo no mundo e nutrimos um profundo respeito pelas culturas e religiosidades das comunidades pesqueiras.

Como missionários/as de vocação profética nossa espiritualidade nos intima a desmascarar as mentiras e denunciar as ameaça e agressões contra a dignidade da vida do povo, com quem acumulamos aprendizados e sabedoria para contribuir no discernimento dos valores da vida e do Evangelho no cotidiano dos conflitos a que estão imersas as comunidades que clamam pela terra e água partilhadas.

Por isso, a espiritualidade do CPP, como as outras pastorais de fronteira, é uma espiritualidade que integra o conflito, sustenta a prática pastoral e é espaço de discernimento, de confronto entre os valores do Evangelho, a cultura dos povos e comunidades tradicionais e os valores do mundo assediado pelo capitalismo neoliberalista em vigência nos tempos de agora (PASTORAL SOCIAL: 2008)]

4.1- Nosso jeito de ser e de estar em missão no CPP - metodologia

A pedagogia pastoral do CPP é profundamente comprometida com a Edu-

PARA REFLEXÃO

■ Que experiência de mística e espiritualidade perpassou a história do CPP até hoje e que sustenta o nosso fazer pastoral?

■ Como o diálogo inter-religioso é vivenciado na Prática do CPP?

⁴ cf. Gn 2,7.

⁵ Encíclica do Papa Bento XVI sobre a Esperança Cristã.

⁶ Leonardo Boff. ESPIRITUALIDADE. In: <https://www.pensador.com/frase/MjA2MzEyMA/>. Acesso em 02/05/2018

cação Popular enquanto prática de liberdade na formação de sujeitos históricos e transformadores de suas realidades. Nosso chão pastoral tem o sabor concreto da fé e da vida como parte estruturante do nosso fazer pastoral. O nosso jeito de fazer é comprometido com a construção de laços solidários e comunitários entre as comunidades acompanhadas, movimentos e organizações que o CPP tem relação. A metodologia do CPP é construída em cada território, em cada realidade. O elemento comum na nossa **metodologia pastoral** é sempre construir espaços críticos e provocativos em relação a realidade vivenciada pelas comunidades, a leitura coletiva da realidade é espaço de empoderamento. Seguimos sendo companheiros e companheiras que ajudam na leitura crítica de mundo e da profunda necessidade de mudar as relações de desigualdade existente entre nós. A educação popular tem ensinado para o conjunto do CPP a importância de escutar sempre os pescadores e pescadoras, pois a construção das alternativas é sempre feita de forma coletiva.

Nosso fazer pastoral nos territórios tradicionais pesqueiros tem compromisso com a formação e organização comunitária, sempre respeitando suas formas organizativas e cultura participativa. Entendemos que para garantir processos participativos e formativos, o diálogo é fundamental para consolidar a participação dos pescadores e pescadoras artesanais na defesa dos seus territórios e dos seus modos de vida. A roda de conversa na comunidade revela os diversos olhares e esperança do povo. Nesse sentido aprendemos no CPP que a escuta ela deve ser atenta e cuidadosa, os relatos e vivências dos pescadores/as são fontes diretas que apontam nosso fazer pastoral. É na escuta e na convivência do dia a dia que a linguagem o fazer pastoral do CPP vai ganhando vida.

Os desafios e lutas vivenciados nos territórios tradicionais pesqueiros, são o chão onde se vivencia o nosso fazer pastoral. Nesse sentido estamos ligados/as, as alegrias, conquistas e resistência do povo em luta. Aprendemos com Frei Alfredo a perceber os sinais do Verbo entre os pescadores e pescadoras artesanais. Esses sinais apontam para a consolidação de processos amplos de participação e organização para a defesa dos territórios e da Casa Comum. O horizonte histórico que o CPP desenha passa pelos caminhos de libertação, contra as diversas formas de violência e mercantilização da vida e dos territórios pesqueiros. O Conselho Pastoral dos Pescadores tem o profundo compromisso com as Bem Aventuranças, nesse sentido toda a nossa ação é baseada na força profética do evangelho, na denúncia cotidiana dos males provocados pela sociedade do capital. A metodologia e pedagogia do CPP nascem do compromisso com a Igreja em Saída na defesa da Casa Comum.

Somos parte da Igreja latino-americana, renascida do Concílio Vaticano II, confirmada nas Conferências Episcopais de Medellín, Puebla e Aparecida, nascemos do Pacto das Catacumbas por uma Igreja servidora e pobre. Nosso fazer pastoral é compromissado com os sonhos de mulheres e homens que são parte da Igreja do Serviço. Temos um compromisso profético da construção de valores que se espelha no papel transformador dos pescadores e pescadoras artesanais na perspectiva da conversão coletiva.

Acreditamos que a *“Nossa fé proclama que ‘Jesus Cristo é o rosto humano de Deus e o rosto divino do homem’”. Por isso, “a opção preferencial pelos pobres está implicitamente na fé Cristológica naquele Deus que se faz pobre por nós, para nos enriquecer com sua pobreza. Essa opção nasce da nossa fé em Jesus Cristo, o Deus feito homem, que se fez nosso irmão”*(cf. H 2, 11-12). Opção, no entanto, não exclusiva nem excludente (Documento de Aparecida). Compromissados/as com a força viva do evangelho libertador, somos convidados/as a acompanhar, vivenciar e experimentar os saberes e sabores que acontecem nas comunidades pesqueiras.

Na caminhada do CPP aprendemos o método VER-JULGAR-AGIR, que nasce do trabalho do Cardeal Joseph Cardijn, fundador da Juventude Operária Cristã- JOC, e marca a caminhada da Igreja latino-americana. Acrescentamos no nosso fazer pastoral tendo como base as diversas realidades dos pescadores e pescadores artesanais os passos AVALIAR e CELEBRAR. Nossa práxis tem identidades que vão se cruzando com a pedagogia Freiriana, com as experiências de trabalho popular das CEBs e das diversas pastorais sociais, aprendemos com os movimentos populares e com os saberes acumulados e partilhados pelos Povos Originários e Comunidades Tradicionais, nesse sentido entendemos:

O **“Ver”** é nosso olhar sobre os fatos, causas e consequências da realidade social, política e econômica vivenciada no cotidiano e também lançamos um olhar integral, considerando a realidade em suas particularidades e unidade. Buscamos a atualização da ação de Jesus de Nazaré no meio dos pobres.

No **“Julgar”** analisamos a situação à luz das Sagradas Escrituras, buscamos luzes e orientações nas doutrinas da Igreja, na tradição e nos valores éticos oferecidos pela cultura cristã, pela experiência, saberes e cultura dos povos tradicionais. Buscamos uma reflexão que aborde como faz o Papa Francisco na Laudato Si, a criação como um mistério a ser preservado na comunhão universal. E assim empenhamos por animar e apontar o **“Agir”** para uma ecologia integral, mostrar linhas de ações concretas construídas a partir dos diálogos políticos, da educação e das espiritualidades (LAUDATO SI).

O **“avaliar”** é parte do processo continuado da ação pastoral do CPP. Implica nossa disposição para admitir erros e acertos, acompanhar/monitorar e recomeçar - “lançar de **novo** as redes” depois de ter pescado a noite inteira. E apostar na surpresa de Deus: “... apanharam tamanha quantidade de peixe que as redes quase se arreventaram”.

O **“Celebrar”** é parte integrante do processo metodológico da ação do CPP. É expresso nas práticas litúrgicas da Igreja, nos rituais oriundo das espiritualidades ancestrais, nas festas, nas cirandas, nos batuques, nas poesias, no silêncio, na música.

4.2 Pedagogia das Águas - Nosso jeito de ser e fazer

A pedagogia das águas tem como referência as vivências do Conselho Pastoral dos Pescadores junto às diversas Comunidades Tradicionais Pesqueiras do Brasil. É do cotidiano de mulheres e homens das águas, que aprendemos coletivamente a construir uma prática pastoral de solidariedade, utopia e de compromisso profundo com o anúncio, a denúncia e a profecia enquanto determinantes para a construção permanente da Casa Comum.

O nosso jeito pastoral encontra sua referência nas Comunidades Eclesiais de Base, pois é no chão e nas águas que a missão libertadora acontece e se renova constantemente. É preciso aprofundar e dar continuidade aos processos coletivos de reeducação e convenção, pois somos parte de um modelo de Igreja que faz leitura da realidade. Dom Aloísio Lorscheider afirma que *“Muitos não chegaram a entender que a Igreja mudou de lugar social”. A Igreja faz a leitura da realidade social, partindo de outro ângulo. Ela passa do lugar social das elites para o lugar social do povo, os pobres e simples. Daí a opção preferencial pelos pobres. É a partir do mundo dos pobres que a Igreja ler a realidade social e deseja renovar o mundo”*. A leitura de mundo que o CPP faz, tem como ponto de partida a vida, os conflitos socioambientais, as diversas violações de Direitos Humanos, as territorialidades, esperanças e resistência que acontece entre os pescadores/as.

A prática do diálogo de saberes na pastoral dos pescadores tem como princípio fun-

dante o profundo respeito à cultura, e às diversas formas de religiosidade popular das comunidades, pois é no chão da vida que a partilha é vivenciada. É nas culturas dos povos originários e das comunidades quilombolas pesqueiras que acontece a (re) existência que alimenta a cosmovisão insubmissa dessas territorialidades que estão provocando rompimentos com uma gramática colonialista e mercantilista.

A educação popular tem papel determinante na construção da pedagogia das águas, pois acreditamos que a ação educativa pastoral tem suas bases fundantes na observação respeitosa aos modos de vida e linguagens plurais que acontecem nos territórios tradicionais pesqueiros. A ação pastoral nos territórios tem intencionalidades aliançadas com as justas lutas dos pescadores/as por reconhecimento, respeito e garantia das suas territorialidades enquanto perspectivas plurais de combate aos projetos do capital neoliberal.

As nossas práticas pastorais pedagógicas no CPP, se fazem no cotidiano e no processo permanente de corporificação das palavras pelo exemplo e presença viva na vida dos pescadores e pescadoras artesanais. Paulo Freire em PEDAGOGIA DA AUTONOMIA diz que *“Quem pensa certo está cansado de saber que as palavras a que falta a corporeidade do exemplo pouco ou quase nada valem. Pensar certo e fazer certo”*. A construção do pensamento e da prática pastoral é feita e compartilhada de forma coletiva, pois o CPP é feito de uma diversidade territorial, de linguagens e gramáticas específicas, mas que encontram na missão do CPP a unidade para a ação pastoral.

A educação popular que acontece no CPP tem suas bases de referência na Teologia da Libertação e nas contribuições do pensamento Freireano, nesse sentido a nossa ação educativa é feita de diversas experiências dos processos de auto-formação e construção de saberes ao longo dos 50 anos de atuação do CPP junto aos pescadores e pescadoras artesanais. A construção do Agente-Educador é feita de um profundo sentimento de amor e compromisso com os modos de existência e vida dos povos das águas, contribuindo na escrita de uma história coletiva feita de sotaques e diversidades, que vão dando corpo aos processos contínuos de re-significações da Pedagogia das Águas.

Nosso desafio é alimentar permanentemente processo de encontros, de socialização e escritas do nosso jeito de fazer e ser na territorialidade pesqueira, buscando sistematizar na ação e no corpo pastoral a profecia que atualiza a nossa missão e razão de existência, nesse sentido estamos de acordo com Paulo Freire na PEDAGOGIA DA INDIGNAÇÃO: *“...o profeta é o que, fundado no que vive, no que vê, no que escuta, no que percebe, no que interligue, a raiz do exercício de sua curiosidade epistemológica, atento aos sinais que procura compreender, apoiado na leitura do mundo e das palavras, antigas e novas, à base de quanto e de como se expõe, tornando-se assim cada vez mais uma presença no mundo à altura de seu tempo, fala, quase adivinhando, na verdade, intuindo, do que pode ocorrer nesta ou naquela dimensão da experiência histórico – social”*.

O Conselho Pastoral dos Pescadores na sua trajetória foi construindo e incorporando práticas pedagógicas e jeitos próprios de fazer em cada territorialidade pesqueira, buscando sempre urgir-se com a realidade histórica vivenciada e experimentada pelos povos das águas, nos seus justos processos de resistência e organização comunitária. A nossa atuação pastoral tem um percurso que foi sendo construído por muitas mãos e que hoje são parte da identidade pastoral. Assim, nossa ação educativa pastoral ganha corporeidade nas reuniões, encontros de formação, nas incidências junto com os pescadores/as aos órgãos públicos, na construção de parcerias, construção de espaços formativos e de cursos específicos que tem objetivos de fortalecer a organização comunitária dos pescadores e pescadoras artesanais para processos de formulação e monitoramento de políticas públicas, e ações afirmativas para a pesca artesanal.

4.3- Sustentabilidade – nosso jeito de garantir a continuidade de nossas ações

Assim como os peixes precisam de uma espinha para lhe dar sustentação, as iniciativas realizadas pelo CPP junto às comunidades pesqueiras artesanais requerem uma atenção especial na garantia e manutenção desse processo pedagógico.

A sustentabilidade é ampla e diversa. Não se refere apenas as questões financeiras, aquisição de apetrechos, comercialização da produção ou de pessoal. Perpassa por uma integralidade de temas.

Atualmente as organizações sociais têm dado uma relevância maior às sustentabilidades, aqui colocada no plural, para percebermos que este assunto tem a ver com o local onde é desenvolvido o trabalho, o contexto em que estão inseridas as comunidades, suas lutas e desafios cotidianos para a reprodução da vida. Está relacionada ao cenário sócio-político-econômico que nos envolve e nos motiva a ter uma postura profética diante de exclusões e negações de direitos. Neste sentido, o CPP atua contribuindo na construção de políticas públicas para a pesca artesanal e em espaços de participação democrática, como também, na elaboração e atualização de políticas e diretrizes institucionais que favoreçam a eficiência no serviço realizado junto às comunidades.

Sustentabilidade ambiental – O CPP entende por sustentabilidade ambiental a luta dos povos e comunidades tradicionais por reconhecimento e regularização fundiária de seus territórios tradicionalmente ocupados, a garantia da soberania alimentar e territorial, a construção de acordos populares de pesca, processos de retomada de território, o enfrentamento ao modelo desenvolvimentista, a denúncia constante das violações de direitos humanos e ambientais provocados pela especulação imobiliária, privatização das águas, pelo agronegócio, hidronegócio e mineronegócio. Os modos de vida e cultura das comunidades pesqueiras é sustentável sendo prova viva do cuidado com a Casa Comum.

Sustentabilidade Política – É afirmada à medida que se fortalece a autonomia dos grupos acompanhados e organizações dos/as pescadores/as. Os processos avaliativos, de planejamento e acompanhamento das ações desenvolvidas no território possibilita o conhecimento coletivo das ações realizadas enquanto espaços de socialização do fazer pastoral. Para nós a ação é sustentável quando possibilita a consolidação do pensamento crítico, da autonomia e da construção permanente de laços de solidariedade.

Sustentabilidade econômica – O CPP acredita na construção da economia solidária e de fundos alternativos como saídas que apontam para a garantia da soberania territorial dos pescadores/as artesanais. As incidências na construção e consolidação de políticas públicas específicas para a pesca artesanal que garantam a permanência no território e a valorização da economia que acontece nos territórios pesqueiros.

Sustentabilidade cultural – As comunidades tradicionais pesqueiras são constituída de uma diversidade cultura muito grande, como as raízes e presença dos povos originários, as heranças africanas e afro-brasileira que vão sendo parte constituinte no fazer dessas comunidades. Nesse sentido a defesa do território e da cultura pesqueira é de profunda importância no fazer pastoral do CPP. Acreditamos na construção de políticas afirmativas de apoio às ações culturais nas comunidades, o diálogo permanente entre as gerações, o cultivo pelo respeito às diversas práticas religiosas tradicionais. Nosso papel pastoral é buscar sempre potencializar e viabilizar a cultura viva que significa resistência e luta. A cosmovisão existente nesses territórios é parte significativa do modelo de sociedade que acreditamos: solidário, fraterno e irmão.

PARA REFLEXÃO

■ Como os princípios da educação popular dialogam com a nossa prática pedagógica do CPP?

BIBLIOGRAFIA

- Cartilhas de Pastoral Social nº 1 – Setor Pastoral Social / CNBB – 2001
- Freire, Paulo – Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa / Paulo Freire – 53ª ed – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- Freire, Paulo – Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos / Paulo Freire: Organização e Participação, Ana Maria de Araújo Freire. – 2ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2015
- http://omisterioeutopia.blogspot.com.br/2015/02/mistica-espiritualidade-e-identidade_24.html (21/07/2016)
- Histórico Geral do CPP
(CNBB – Cartilha o que é Pastoral Social, nº1, 2001).
- Laudato Si
- Bíblia Edição Pastoral
- Ecologia, mundialização e espiritualidade: a emergência de um novo. In: <http://niltonbrunotomelin.blogspot.com.br/2008/08/boff-leonardo-ecologia-mundializacao-e.html>. Acesso em 02/05/2017.
- <https://www.significadosbr.com.br/identidade> (20/07/2017)
- Regimento Interno do CPP
- HUGHES, Tomaz. Ousemos acreditar e alegremo-nos. A misericórdia de Deus ultrapassa a nossa compreensão. In revista Convergência, pag 608-617, setembro 2016, ano LI, nº 494
- TSÊ Lao.Tao Te Chink, o livro que revela Deus, Editora Martim Claret, SP, 2007.
- COMISSÃO EPISCOPAL PARA O SERVIÇO DA CARIDADE, DA JUSTIÇA E DA PAZ. A Missão da Pastoral Social. Pastoral Social – 2. Ed CNBB, Brasília DF, 2008.
- PAPA FRANCISCO. Carta Encíclica LAUDATO SI, sobre a Casa Comum. Documento Pontifício n. 22, Edições CNBB, Brasília DF, 2015.
- RESTORI, Memore. A missão no Vaticano II. Ed. Paulus. SP, 2015.
- PANAZZOLO, João Missão para todos, introdução à missiologia. Ed Paulus, SP, 2016.
- SPE SAVI, Encíclica do Papa Bento XVI, 2007.

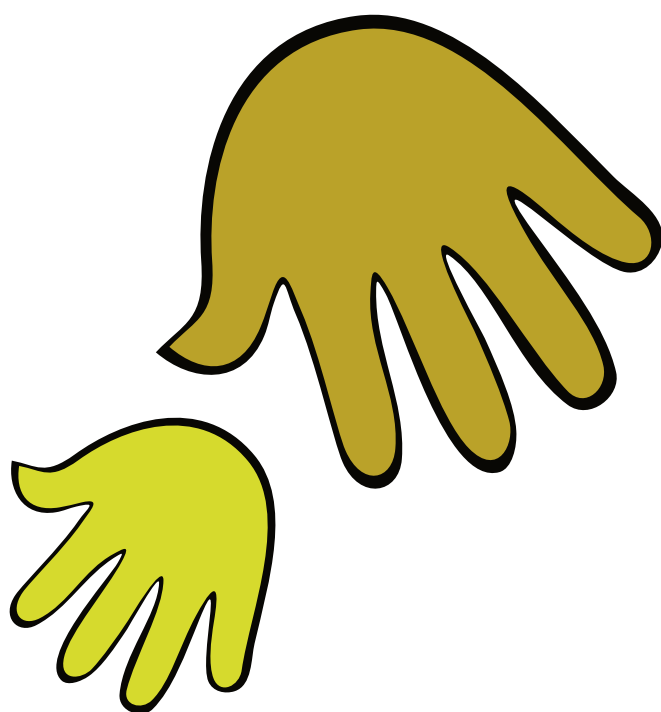


Two large, stylized hands in shades of olive green and yellow-green are positioned in the top left and top right corners of the page, palms facing outwards.

PARTE III

Desafios
E PERSPECTIVAS
para a ação pastoral
do CPP





INTRODUÇÃO

Nossa caminhada pastoral é feita pela memória histórica das nossas lutas, sonhos e esperanças que apontam para a construção do Reino de Deus. O CPP tem muita história, poesia e canção que são alimentos partilhados na mesa comum. A identidade, espiritualidade e mística que acontece e pulsa no Conselho Pastoral dos Pescadores é um profundo convite para o conjunto dos seus agentes para Celebrar a Resistência, Profetizar a Esperança em tempos de ódio contra os Povos e Comunidades Tradicionais.

O fazer pastoral é profundamente ligado com os sonhos da Igreja Popular das diversas comunidades eclesiais de base que vivenciam a força do evangelho libertador. Os agentes do Conselho Pastoral dos Pescadores são convidados pela força do evangelho a refletir sobre os desafios e as perspectivas da ação pastoral do CPP para o próximo período. É preciso mais do que nunca a nossa atuação junto as comunidades tradicionais pesqueiras seja de anúncio, denúncia e mobilização popular.

Celebrar a Resistência, Profetizar a Esperança, significa assumir as lutas e os desafios apresentados no atual contexto. A maré tem provocado o movimento de Saída, da Igreja do encontro rumo as periferias existenciais. O CPP sente a força das águas que estão conduzindo a sair de si mesmo e avançar para águas mais profundas.

Em nossa mãos o LEME, que conduz nossa embarcação rumo ao encontro, sentir o apelo dos pescadores/as artesanais, significa assumir o compromisso pastoral de desconstruir o discurso e as práticas ideológica do desenvolvimentismo, fortalecer as lutas para a conquista e a garantia de direitos, na construção permanente e viva da Igreja Popular e de serviço aos pobres. Se faz necessário escutar o convite e avançar para novas áreas.

O atual contexto pede o nosso profundo compromisso com a afirmação da identidade pastoral para enfrentar as diversas colonialidades do poder, saber e ser, é preciso renovar e garantir o compromisso de construir uma ação pastoral que garanta a equidade de gênero e respeite a diversidade afetiva, que combate as diversas violações de direitos humanos e socioambientais. Precisamos perceber o rosto jovem que pulsa em nossos territórios na defesa das comunidades pesqueiras.

Esses são apontamentos e desafios apresentados que possibilitam nossa dedicação no avanço e na organização de ações comunitárias libertárias e autônomas. Somos chamados/as ao

compromisso com as diversas organizações populares, ao fortalecimento do trabalho de base comunitária nos diversos territórios dos pescadores e pescadoras artesanais.

A voz do Papa Francisco é vento forte que reescreve em nós a gramática pastoral e acende em nós a chama viva de amor e compromisso com “Uma igreja pobre e para os pobres, uma igreja que faz opção pelo pobre; uma igreja que se move que faz opção pelos últimos, que vai à periferia, que sai de si mesma, que anda pela rua. Igreja inclusiva, não excludente, não aut centrada, não narcisista, que vive para si mesma. Igreja inteiramente missionária, discípula missionária”.

Somos chamados/as para avançar, para entrar de rio adentro, se molhar com os desafios pastorais apresentados e construir as alternativas que conduzem para o novo céu e a nova terra que acontece bem aqui perto de nós.

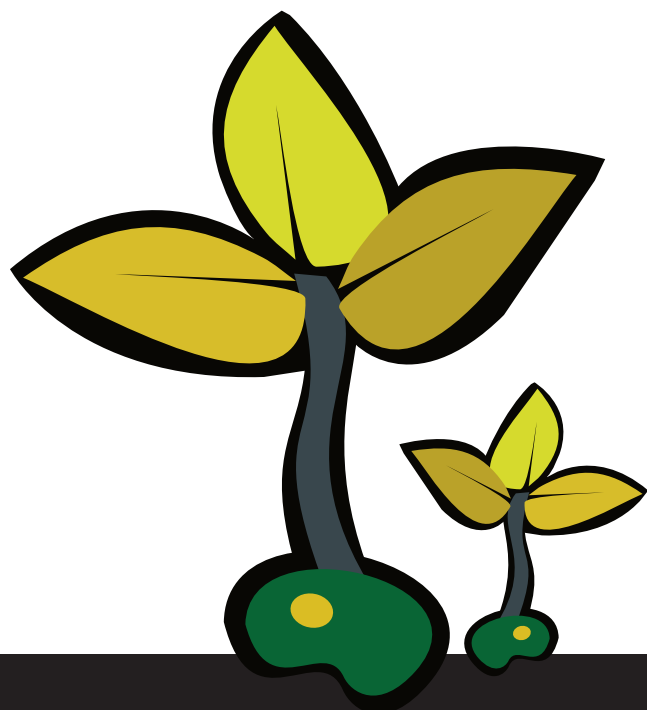
Boa leitura!!!



**UM SOPRO DO
SENHOR ESTÁ
SOBRE MIM:
POR ELE FUI
ESCOLHIDO PARA
ANUNCIAR UMA
BOA NOTÍCIA
AOS POBRES.
ENVIADO
POR ELE FUI
ESCOLHIDO
PARA ANUNCIAR
UMA BOA NOVA
AOS POBRES.
ENVIADO
POR ELE,
DECLARO AOS
PRISIONEIRO
SUA LIBERTAÇÃO.
AOS CEGOS A
RECUPERAÇÃO
DA VISTA. AOS
OPRIMIDOS A
SOLTURA”.**



(Lc 4.18 19)



CONTEXTUALI- ZANDO PARA PROFETIZAR A ESPERANÇA

1. Os instrumentos de dominação e controle da sociedade são forjados por estruturas ideológicas que os legitimam e perpetuam. Para construir outra sociedade, com base na justiça e na fraternidade, é necessário desconstruir estas ideias de morte e promover novos valores, sintonizados com o evangelho e com a vida que teima em brotar das águas.

2. Somos confrontados/as com o mito do “progresso e do desenvolvimento” sempre associado como algo bom e necessário, afirmando que o futuro será melhor. Sempre que este progresso é imposto para as comunidades tradicionais pesqueiras se utiliza o discurso do atraso das comunidades, da cultura ancestral vista como inferior, do desprezo aos modos de vida e da economia solidária que acontece no território. As empresas e empreendimentos públicos ou privados sempre trazem a promessa de empregos em contraposição ao modelo de vida das comunidades. Em geral, desconsideram as possibilidades de trabalho conectado ao meio ambiente que provém à vida de milhares de pessoas.

3. O saber científico é difundido como superior aos saberes tradicionais. A ciência moderna foi construída com base na apartação entre sociedade e natureza, entre o homem e meio ambiente. Para essa visão de mundo, o progresso só virá com o controle da ciência sobre os conhecimentos tradicionais, considerados atrasados. Contraditoriamente, nunca antes o progresso científico trouxe tantos perigos para a vida no planeta. Os efeitos desta relação utilitarista com natureza apresentam-se com inúmeras facetas:

4. O consumismo irracional e uso irrestrito da natureza, alimentam negócios cada vez mais lucrativos e atraem a ganância dos capitalistas causando danos irreversíveis para a Casa Comum. As diversas monoculturas do agronegócio e hidronegócio estão destruindo as nossas florestas; a mineração tem contaminado e destruído rios, assassinado pessoas e devastando territórios tradicionais. Recentemente vivenciamos os crimes promovidos pela VALE em Brumadinho, e pela SAMARCO em Mariana, que destruiu ecossistemas inteiros, ceifou a vida centenas de pessoas, como também do Rio Doce e do Rio Paraopeba.

5. A matriz energética consolida-se para atender aos interesses dos ricos e da concentração de riqueza, suprimindo indústrias eletro-intensivas

voltadas para a exportação. Quando as elites exportam seus produtos, estão exportando energia e água com graves consequências para as comunidades tradicionais pesqueiras. O petróleo ainda é a principal fonte energética e tem sido cada vez mais consumido agravando o aquecimento do planeta e implicando em inúmeras formas de contaminação do ambiente onde vivem os pescadores, especialmente as águas do Mar e dos Rios. Também, desdobra-se em inúmeros empreendimentos como portos, estaleiros e indústrias petroquímicas que afetam os pescadores e o meio ambiente. Existe um mito de produção de energia limpa proveniente dos ventos e das águas dos rios. Ocorre que as barragens para geração de energia matam os rios e a biodiversidade afetando o modo de vida dos pescadores. Também as usinas eólicas causam graves impactos nos territórios pesqueiros, promovendo a remoção de comunidades, contaminando os poços d'água e aumentando o processo de grilagem de terras, comprometendo assim o modo de vida das comunidades. Vale destacar ainda que a produção de energia com placas solares fotovoltaicas tem privatizado águas de reservatórios, impedindo o acesso dos pescadores a pesca.

6. As mudanças climáticas já são uma realidade e tendem a ser irreversíveis caso não haja providências urgentes. As alterações já se fazem sentir na elevação do nível do mar prejudicando de maneira especial os pescadores. Diversas comunidades costeiras estão sendo tomadas em função do avanço do mar. A salinização de áreas de estuários e de foz de rios, alteram as espécies existentes e o ciclo de vida de peixes e plantas. Alterações dos ciclos naturais das marés são percebidas e dificultam a previsão de períodos de pesca antes conhecidos, prejudicando a piscosidade destes ambientes e colocando em risco a renda e a dignidade dos pescadores e pescadoras. Aumenta a vulnerabilidade às doenças pela exposição ao sol e períodos de calor mais prolongados. Ocorrem mais epidemias e endemias de doenças transmitidas por insetos que têm sua área de reprodução e ciclos de vida ampliados, como dengue, chikungunya e zika; bem como, o reaparecimento de doenças já consideradas erradicadas do território nacional.

7. Os territórios tradicionais estão em disputa: as comunidades tradicionais são guardiãs dos Bens Comuns, cobiçados pelos capitalistas que usam os mais diversos métodos para tomá-los. Estes territórios são ricos em água que é causa de diversas disputas internacionais para transformar a água em mercadoria e fonte de lucro para poucos. Os territórios tradicionais estão em posições estratégicas próximos a rios e ao mar despertando interesse para instalação de empreendimentos portuários e aproveitamento dos fluxos hídricos e eólicos para geração de energia. Geralmente, esses territórios estão associados com riquezas florestais cobiçadas pelo agronegócio e paisagens cênicas cobiçadas pela indústria do turismo. As comunidades tradicionais como guardiões destes recursos passam por uma era de ataques às suas identidades para a retirada dos territórios. Para os povos originários e as comunidades tradicionais, território, longe de ser mercadoria, é terra, água, cultura, poder, modo de produção, sociabilidade, espiritualidade: é vida em abundância para todos. A própria existência dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais representam um risco para o sistema capitalista porque eles são a expressão objetiva e subjetiva de que é possível viver de outra forma.

8. Os ricos defendem que o Estado deve ser mínimo e que tudo deve ser resolvido pelo mercado: os cidadãos são transformados em consumidores-clientes e os pobres são excluídos do sistema. Só são incluídos nesta sociedade os que podem pagar por educação, saúde, segurança, comunicação, lazer, moradia, emprego, etc. Para as elites, as pessoas não são consideradas “sujeitos de direitos”, cidadãos. Os direitos sociais estão gravemente ameaçados. Existe ataque aos direitos trabalhistas visando desregulamentar as relações capital x trabalho. Violando os direitos, historicamente conquistados pelos trabalhadores. A previdência social está sendo golpeada para atender aos interesses de grandes bancos e seus planos de previdência privada, com consequências terríveis para os pescadores. Os programas



de construção de moradias populares, renda mínima, financiamento de educação, dentre tantos outros estão sendo esvaziados e correm o risco de desaparecer. Políticas públicas específicas voltadas para pesca, como por exemplo o financiamento produtivo e o defeso estão sendo paulatinamente combatidas e retiradas da pauta do Estado. Atualmente, o capital pretende romper com o princípio básico de que todas as pessoas têm direitos civis, sociais, políticos, econômicos e ambientais. A ideia básica do capitalismo é que as pessoas devem buscar proteção/seguridade social no mercado e não no Estado. Há um bloco de poder bem articulado no Brasil com uma clara posição de retirar direitos. Vivemos um momento grave de perda de direitos e da democracia. As diversas reformas sendo propostas e implementadas (previdência, trabalhista, ambiental, etc) estão levando o país a uma situação análoga à escravidão. Alguns exemplos concretos vivenciados de perda de direitos: É preocupante a proibição dos jovens tirarem a carteira de pescador; desmonte do ministério e das políticas públicas para a pesca; suspensão dos defesos das espécies, etc. Somente a força da organização popular poderá resistir.

9. Para manter as altas rendas da especulação financeira o Estado gasta a maior parte da arrecadação de impostos pagando juros para os especuladores de grandes bancos. De modo geral, o esvaziamento da previdência pública e dos investimentos em políticas sociais está relacionado com o desvio de recursos públicos para atender interesses privados. Assim, os recursos que deveriam ser utilizados para financiar investimentos nas necessidades básicas da maioria da população mantém uma das maiores desigualdades sociais da história. Manter a desigualdade e proteger o patrimônio privado tem sido a principal tarefa da estrutura do Estado.

10. Nesses 50 anos muitas coisas avançaram no campo das organizações dos pescadores e pescadoras artesanais do Brasil. A luta pela conquista do sistema de representação independente é um dos exemplos, seja no bolsão do sistema criado pela Marinha do Brasil nos anos 1920 ou pelas novas formas organizativas dos trabalhadores, como os Sindicatos e Associações. Por outro lado, grande parte

dessas organizações nos últimos 20 anos passaram a se dedicar à gestão dos processos burocráticos e administrativos dos órgãos governamentais como: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP, Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência Social - MTEPS. E pouco têm dado importância às lutas emblemáticas dos trabalhadores e trabalhadoras, como a manutenção da seguridade social, o acesso e permanência nos territórios, o combate à poluição e a violência nas águas.

11. Avanços nos modelos de organização para a luta e enfrentamento, tem se transformado em um vasto campo de oportunidade de mobilização pelos pescadores e pescadoras artesanais. Nos últimos anos, o surgimento dos movimentos populares de luta, de norte a sul do país, à níveis locais, estaduais, regionais, nacional e até mesmo internacional, bem como o envolvimento e articulação com outros movimentos internacionais: Via Campesina, Fórum Mundial de Povos Pescadores-WFFP, RedManglar entre tantos outros.

12. O machismo e o patriarcado manifestam-se de forma cada vez mais explícita nesta sociedade, revelados em índices alarmantes de violência doméstica e de feminicídios. As medidas recentes adotadas pelo atual governo, como a liberação de posse de arma, coloca as mulheres em situação de vulnerabilidade, e tem contribuído com a acentuação de casos de feminicídios de norte a sul do país. Por um lado, é comum a dupla jornada de trabalho das mulheres nas comunidades e, por outro lado, existe a invisibilidade sobre a sua atuação profissional e negação de seus direitos. Alterações recentes na legislação pesqueira colocam as mulheres em situação de grave vulnerabilidade. Nesse cenário adverso, de modo muito claro, as mulheres protagonizam debates de ponta nos movimentos sociais e estão na linha de frente das lutas. Existem articulações de mulheres pescadoras em nível nacional e estadual que se organizam para lutar por seus direitos e realizam forte incidência no cenário da pesca, a exemplo da Articulação Nacional das Pescadoras - ANP. Também é observada uma participação efetiva das mulheres na construção do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil - MPP, da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Marinhas - CONFREM e outros movimentos sociais que surgiram nas comunidades pesqueiras.

13. As juventudes presente nos territórios tradicionais pesqueiros é um potencial no processo de retomada dos territórios e no fortalecimento das organizações comunitárias. Destacamos que nesse cenário de negação de direitos e violação de direitos humanos, os jovens pescadores/as tem sido afetado diretamente no seu direitos básico, como acesso a licença de pesca, direitos previdenciários, à educação pública e contextualizada e acesso as políticas públicas. É preciso combater em nossos territórios de vivência o extermínio da juventude negra e pobre, a criminalização dos seus espaços de socialização e vivência. Faz-se necessário a reflexão crítica sobre as diversas violências institucionalizadas que criminalizam e retiram o direito de viver da juventude. Precisamos fortalecer entre nós práticas de acolhimento das demandas e das reivindicações das juventudes dos territórios pesqueiro, respeitando a diversidade dos rostos jovens da pesca artesanal.

14. Existe um crescente aumento da violência nas periferias das cidades e já alcança as comunidades pesqueiras. A sociedade capitalista e racista forjar uma sociedade de morte, onde negros e mulheres, jovens e pobres são marcados para morrer. As forças de segurança (públicas e privadas) têm “permissão” para matar, causando um genocídio nas classes populares e encarceramento em massa. Acentua-se a criminalização aos movimentos sociais e assassinatos contra defensores de direitos humanos. Em muitas regiões os agentes de pastoral são ameaçados e

já não podem desenvolver os trabalhos livremente. Toda essa situação é agravada pelo tráfico de drogas e pelas milícias, que acirram a situação de insegurança e ameaça contra as comunidades tradicionais pesqueiras.

15. A violência se apresenta nos últimos anos, também, nos ambientes de trabalhos pesqueiros, levando muitos pescadores e familiares a terem medo de ir aos locais de pesca. Caso emblemático tem ocorrido no estado do Pará, no norte do Brasil, onde os ataques às embarcações de pesca, com roubos e assassinatos com ritos de crueldade têm se intensificado, casos esses, atribuídos a grupos que se denominam “novos piratas do mar”. Esses ataques também são frequentes em embarcações de passageiros e de transportes de cargas, com fortes denúncias na mídia nacional e internacional. No campo dos pescadores e pescadoras artesanais, não há denúncias formalizadas, nem registros que possibilitem a quantificação/qualificação dos casos.

16. A formação cristã não está conseguindo preparar as pessoas para a participação na vida política de forma coerente com os princípios cristãos. Durante muitos anos, parte considerável da igreja optou por modelos de movimentos eclesiais semelhantes aos das igrejas pentecostais e diminuiu o apoio às CEB's, que sempre contribuíram com uma formação das comunidades numa perspectiva crítica e comprometida com as lutas sociais e que fortalece a solidariedade. Temos visto grupos conservadores que se reivindicam cristãos engrossando os movimentos fascistas, com práticas violentas e contrárias aos ensinamentos cristãos.

17. Historicamente, o serviço pastoral aos pescadores e pescadoras artesanais ficou concentrado em algumas regiões do litoral e grandes estuários na região Nordeste e no estado do Pará, ainda que as regiões extremas do país vivenciam graves violações aos direitos dos pescadores. Em grande medida, isso ocorreu pela escassez de recursos financeiros e humanos para ampliar o serviço para outras áreas. A invisibilidade dos pescadores somada à falta de sensibilidade da Igreja para esse importante serviço pastoral. Com a onda desenvolvimentista da indústria energética, da mineração, do hidro e agronegócios e da infraestrutura de transporte na Amazônia, da indústria energética, do agro e hidronegócios na Caa-tinga e o avanço violento do agro e hidronegócios no Cerrado, bem como, o agro e hidronegócios e a indústria do turismo no Pantanal, se faz urgente promover a solidariedade aos pescadores nessas regiões.

Diante esse contexto que se agrava com as mudanças recentes de governo e o avanço do ultraliberalismo e do conservadorismo na América Latina e no mundo, somos desafiados a ressignificar nossa ação pastoral, iluminados e inspirados pelo testemunho do Papa Francisco, nos manter coerentes e firmes na defesa dos direitos e dos territórios tradicionais. Para o próximo período identificamos os seguintes desafios e perspectivas:

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

18. DESCONSTRUÇÃO DO DISCURSO IDEOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTO

18.1 Intensificar o debate na sociedade civil sobre a necessidade de romper com o termo “desenvolvimento” (como sinônimo de progresso econômico).

18.2 Ampliar a difusão da perspectiva dos movimentos indígenas andinos sobre o Bem Viver.

18.3 Estabelecer um franco e respeitoso diálogo entre os saberes tradicionais e científicos.

18.4 Aprofundar o debate sobre as mudanças climáticas nas instâncias regionais. Dar atenção aos impactos das mudanças climáticas sobre os biomas (Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Amazônia e nos ecossistemas marinhos).

18.5 Incidir no debate sobre a matriz energética.

18.6 Avançar na compreensão da questão do estado e da dívida pública, que hoje financia a especulação financeira. O estado deve estar a serviço da maioria.

19. AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE PARA ENFRENTAR COLONIALIDADE DO PODER.

19.1 Fortalecer a articulação dos pescadores com Indígenas, quilombolas e outros grupos identitários;

19.2 Apoiar as ações voltadas para a afirmação da identidade pesqueira;

19.3 Aprofundar o debate sobre questões raciais negra/indígena para afirmação da identidade;

19.4 Apoiar a autoafirmação cultural das comunidades tradicionais pesqueiras/quilombolas;

19.5 Promover o resgate da memória das resistências históricas do povo;

19.6 Valorização das expressões e conheci-



mentos ancestrais nos territórios tradicionais.

20. CONQUISTA E GARANTIA DE DIREITOS:

20.1 Atuação MAIS incisiva no monitoramento das políticas públicas e das intervenções legislativas relacionadas com as comunidades tradicionais pesqueiras;

20.2 Intensificar a formação dos pescadores e das pescadoras artesanais na difusão de informações para promover maior mobilização social e fortalecer os processos organizativos;

20.3 Aprofundar os conhecimentos e instrumentos na luta pelos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais, Ambientais.

20.4 Denunciar as iniciativas de desmonte de direitos promovidas pelos poderes executivo, legislativo e judiciário, articulando-se com outras forças sociais para manutenção e conquistas dos direitos.

21. SAÚDE:

21.1 Monitorar e incidir para o devido reconhecimento das doenças ocupacionais da pesca artesanal e pelo acesso das comunidades aos direitos;

21.2 Investir em processos de sensibilização, mobilização e formação visando incidir nas políticas de saúde;

21.3 Ampliar as parcerias institucionais para promover o cuidado com a saúde nas comunidades tradicionais pesqueiras;

21.4 Mapear os impactos das mudanças climáticas no agravamento das doenças ocupacionais;

21.5 Contribuir com a luta dos pescadores para minimizar os acidentes e incidentes nas embarcações de pesca e nas atividades pesqueiras.

21.6 Defesa incondicional e sistemática do Sistema Único de Saúde/SUS como política pública conquistada pelo povo e essencial para a população.

22. CONTRIBUIR COM A CONSTRUÇÃO DE UMA IGREJA POPULAR E DE SERVIÇO AOS POBRES

22.1 Continuidade das articulações prioritárias com as Pastorais irmãs e com a

Igreja popular, especialmente as Pastorais sociais, Pastorais do Campo;

22.2 Animar a construção de espaços específicos de formação e articulação da Igreja popular, como as Semanas Sociais, Escolas de Fé e Política e encontro de CEBs, etc;

22.3 Investimentos na formação cristã numa perspectiva sócio transformadora, que contribua para o avanço da Igreja popular;

22.4 Fortalecer as CEB's, contribuindo com uma Igreja mais comprometida com a realidade do povo e a organização da sociedade;

22.5 Contribuir com o diálogo ecumênico e inter-religioso;

22.6 Aprofundar o debate de como atuar frente ao desafio do crescimento do neopentecostalismo fundamentalista nas comunidades.

23. FORTALECER O SERVIÇO PASTORAL JÁ REALIZADO E ALCANÇAR NOVAS ÁREAS:

23.1 Responder aos chamados dos pescadores e pescadoras artesanais da Amazônia, considerando o caráter estratégico desse Bioma na garantia dos direitos dos povos originários e comunidades tradicionais, da biodiversidade e do clima do planeta;

23.2 Apoiar a luta dos pescadores e pescadoras artesanais no Pantanal diante das graves ameaças impostas pela indústria do turismo e das instalações de novas centrais de produção energéticas na região;

23.3 Fortalecer e ampliar o serviço pastoral no Cerrado e na Caatinga, diante das ameaças aos pescadores e pescadoras artesanais causadas pelo agronegócio, mineração e indústria energética;

23.4 Manter uma dinâmica nos regionais que priorize a reflexão coletiva sobre o processo de trabalho junto às comunidades, grupos, movimentos e que permitam o monitoramento das ações, avaliação, registro e sistematização das experiências;

23.5 Promoção de um processo interno de discussão sistemática de reflexão sobre a ação junto aos movimentos sociais da pesca artesanal;

23.6 Apoiar a sustentabilidade financeira e política do serviço já realizado junto aos pescadores e pescadoras artesanais, especialmente nos regionais Sul/Sudeste;

23.7 Avançar para construir uma política de voluntariado;

23.8 Animar e apoiar a organização do CPP em novas áreas;

23.9 Intensificar diálogos internos e com parceiros para aprimorar estratégias de sustentabilidade;

23.10 Busca de isenção de impostos e outras políticas públicas que desonrem parte dos custos do trabalho pastoral;

23.11 Qualificar as estratégias de auto sustentação financeira em nível nacional e regional, para viabilizar geração de renda visando auto sustentar parte do trabalho do CPP.

24. EQUIDADE DE GÊNERO:

24.1 Maior aprofundamento sobre a questão de gênero na perspectiva da equidade e na construção de relações igualitárias;

24.2 Formação específica com mulheres pescadoras que contribuam com seu empoderamento;

24.3 Aprofundamento/sistematização sobre a metodologia de trabalho;

24.4 Reflexão sobre as relação de gênero no âmbito institucional.

24.5 Combater todas as formas de violência contra as mulheres.

25. VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS

25.1 Estabelecer/Fortalecer redes de defesa e autoproteção dos pescadores e agentes do CPP;

25.2 Aprofundar o entendimento sobre as questões de tráfico e uso de drogas, relacionados à violência e ao extermínio nas comunidades de pescadores e pescadoras, especialmente da juventude;

25.3 Articular-se com redes e articulações específicas para enfrentamento conjunto da violência e ameaça aos direitos humanos em nível nacional e internacional;

25.4 Aprofundar a relação entre ameaça aos direitos humanos e ações violentas de empresas nos territórios tradicionais;

25.5 Intervir nas políticas governamentais e de organismos internacionais sobre Direitos Humanos;

25.6 Desenvolver e apoiar ações autônomas de mapeamento de conflitos;

25.7 Apoiar e promover denúncias nacionais e internacionais sobre violação de Direitos Humanos.

26. AVANÇO NA ORGANIZAÇÃO E AÇÕES COMUNITÁRIAS LIBERTÁRIAS E AUTÔNOMAS DESVINCULADAS DO ESTADO

26.1 Aprimorar os processos de autogestão dos territórios e processos autônomos de gestão da pesca (acordos de pesca, manejo, automonitoramento);

26.2 Aprofundar a concepção sobre o papel do Estado frente à necessidade de aprofundar a democracia e a autonomia das comunidades, numa perspectiva de descolonização.



26.3 Manter uma dinâmica nas equipes de base e nas instâncias regionais que priorize a reflexão coletiva sobre o processo de trabalho junto às comunidades, grupos e movimentos, e que permita o monitoramento das ações, avaliação, registro e sistematização das experiências.

27. ORGANIZAÇÕES POPULARES E DEMOCRÁTICAS E TRABALHO DE BASE.

27.1 Assumir a concepção político-pastoral-pedagógico, fundamentada na Educação Popular de agentes e militantes populares;

27.2 Incluir na formação de agentes e militantes populares as dimensões da ciência, da história, da teologia e missão, da metodologia participativa, tecnologias e a elaboração de um programa de formação;

27.3 Qualificar o processo de trabalho de base que responda as necessidades e sonhos/perspectivas dos pescadores/as;

27.4 Clarear (refletir e definir) a concepção de movimento e critérios para apoiar organização de pescadores/as que o CPP quer estimular, por incorporar valores como luta, participação de homens e mulheres, de organização de base, de direção coletiva com intencionalidade, renovação de lideranças, novos modelos de organização, etc. Com a devida distância crítica dos agentes;

27.5 O processo de formação e assessoramento assume a perspectiva de preparar o movimento para a autonomia: de direção política, independência e diálogo nos seus processos de luta e organização;

27.6 Cultivar nos agentes e movimento, a espiritualidade que incorpora a dimensão do amor/respeito ao povo sem paternalismo, a permanente superação e o espírito de humildade, companheirismo e solidariedade.

28. ACOLHIMENTO E PROMOÇÃO DA JUVENTUDE

28.1 Criação de um mecanismo interno visando a escuta, acolhimento e animação da juventude pesqueira;

28.2 Aproximação com as Pastorais das Juventudes (do Meio Popular e Rural);

28.3 Capacitação de agentes para o trabalho com as juventudes, seja através de programas internos de formação, seja através de parcerias pastorais e entidades específicas como o IPJ – Instituto Pastoral da Juventude.

29. DEFESA DO TERRITÓRIO TRADICIONAL:

29.1 Ampliação da discussão sobre os mecanismos de regularização fundiária existentes e fortalecimento do debate sobre autodemarcação e autogestão como ações estratégica;

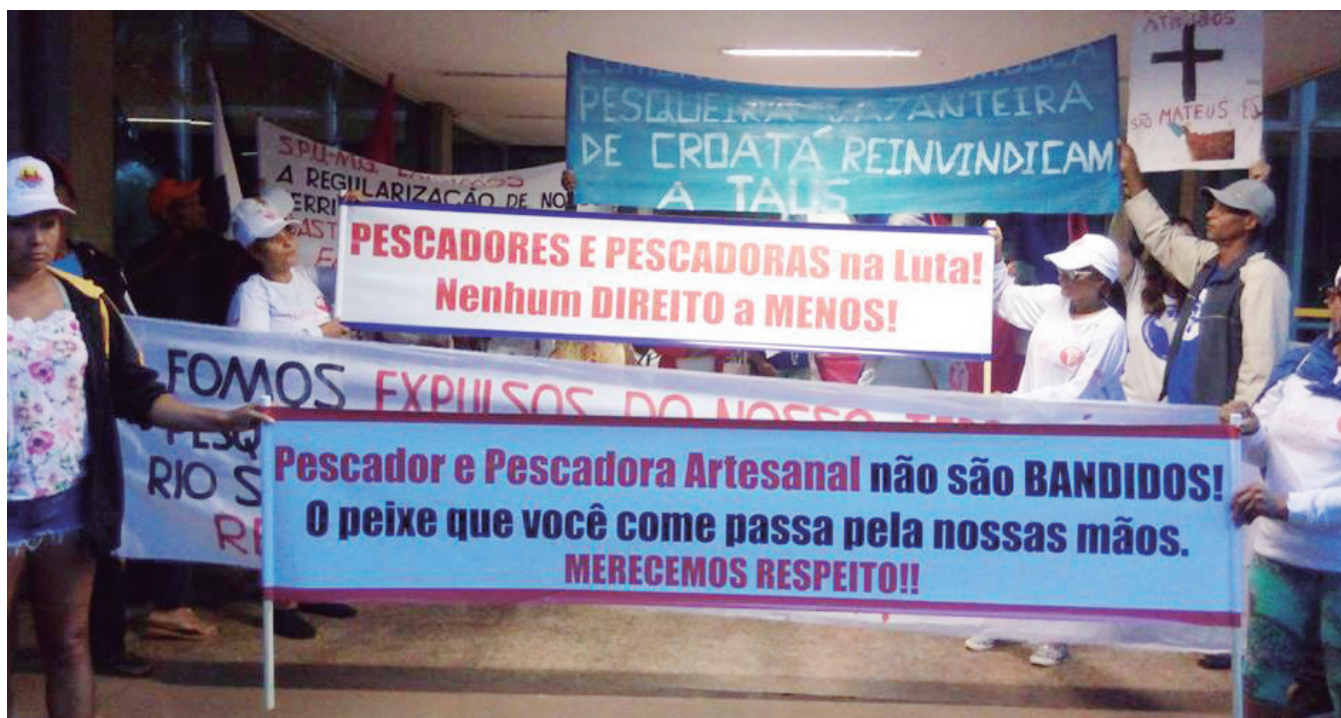
29.2 Incidir nos órgãos para construção de uma legislação específica sobre território pesqueiro;

29.3 Apoiar ações autônomas de cartografias sociais; Difusão das autodemarcação como processos organizativos e autônomos no campo da regularização fundiária;

29.4 Aprimoramento da metodologia de coleta de dados junto às equipes e continuidade da sistematização dos conflitos sociais existentes.

30. QUALIFICAR AS AÇÕES POLÍTICAS

30.1 Articulação com as lutas urbanas numa aliança campo e cidade;



30.2 Promover articulações estratégicas com grupos de pescadores que vivem nas cidades ou em suas periferias;

30.3 A luta pelas políticas públicas não deve se limitar à institucionalidade e legitimação pelo Estado. As comunidades precisam ter autonomia para implementar e gerir políticas públicas, sejam elas reconhecidas ou não pelo Estado, como por exemplo a elaboração de acordos de pesca e acordos de gestão, que apontam para uma autonomia territorial;

30.4 Num contexto da globalização é preciso agir em diferentes escalas (local, regional, nacional e internacional);

30.5 Incidência na legislação estadual de forma a garantir o reconhecimento e fortalecimento da pesca artesanal e das comunidades tradicionais pesqueiras;

30.6 Acessar e produzir informações qualificadas em parcerias com a academia, reconhecendo e afirmando o valor do conhecimento tradicional;

30.7 Incidir no IBGE e outros órgãos públicos Federais, estaduais e municipais para realização de estatística pesqueira e produção de informações qualificadas sobre as comunidades tradicionais;

30.8 Ampliar a capacidade de fundamentar as denúncias com elementos de provas mais incisivas e consistentes.

31. COMUNICAÇÃO COMO PARTE INTEGRANTE E ESTRATÉGICA DA NOSSA AÇÃO.

31.1 Fortalecimento de mecanismos internos de comunicação em nível nacional e regional, visando maior capacidade de visibilidade da realidade das comunidades tradicionais pesqueiras;

31.2 Manter um processo sistemático de mapeamento, sistematização e divulgação de conflitos socioambientais;

31.3 Refletir a possibilidade de criação de um Observatório da Pesca Artesanal;

31.4 Fortalecer e apoiar a construção de canais de comunicação comunitária;



31.5 Promover a educomunicação e auto registro das lutas comunitárias;

31.6 Promover e educar para o uso criativo e crítico das tecnologias de comunicação.

32. FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS:

32.1 Formação sobre os temas da economia solidária e políticas públicas;

32.2 Promover a economia do Bem Viver para superação da visão de mercado;

32.3 Aproximação de movimentos que trabalham a temática da Segurança e Soberania Alimentar, Mercado Justo, Produção Orgânica e Agroecológica;

32.4 Contribuir com a metodologia e o incentivo do automonitoramento da produção e estatística pesqueira como estratégia de visibilidade e importância da pesca artesanal e incidir para que seja reconhecido pela sociedade;

32.5 Evidenciar a diversidade de experiências em Economia Solidária vivenciado nos territórios pesqueiros (pesca artesanal, turismo de base comunitária e etc.).







REALIZAÇÃO:



APOIO:

CAMPO LIMPO
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

